

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS RURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL**

**O SENTIDO DO TRABALHO PLURIATIVO PARA OS
AGRICULTORES FAMILIARES: UM ESTUDO À
PARTIR DA COOPERATIVA DE RECICLADORES
ORGÂNICOS E INORGÂNICOS DE SANTA CECÍLIA
DO SUL/RS**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Isadora Wayhs Cadore Virgolin

**Santa Maria, RS, Brasil
2012**

**O SENTIDO DO TRABALHO PLURIATIVO PARA OS
AGRICULTORES FAMILIARES: UM ESTUDO À PARTIR DA
COOPERATIVA DE RECICLADORES ORGÂNICOS E
INORGÂNICOS DE SANTA CECÍLIA DO SUL/ RS**

por

Isadora Wayhs Cadore Virgolin

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do grau de **Mestre em Extensão Rural**

Orientador: Prof. Dr. Clayton Hillig

Santa Maria, RS, Brasil

2012

V817s Virgolin, Isadora Wayhs Cadore

O sentido do trabalho pluriativo para os agricultores familiares : um estudo á partir da cooperativa de recicladores orgânicos e inorgânicos de Santa Cecília do Sul/ RS / por Isadora Wayhs Cadore Virgolin. – 2012.

134 p. : il. ; 30 cm

Orientador: Clayton Hillig

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Rurais, Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, RS, 2012

1. Agricultura Familiar 2. Cooperativa de Recicladores 3. Trabalho pluriativo 4. Pluriatividade I. Hillig, Clayton II. Título.

CDU 631.95:334.73

Ficha catalográfica elaborada por Simone G. Maisonave – CRB 10/1733
Biblioteca Central da UFSM

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Rurais
Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Dissertação de Mestrado

**O SENTIDO DO TRABALHO PLURIATIVO PARA OS
AGRICULTORES FAMILIARES: UM ESTUDO Á PARTIR DA
COOPERATIVA DE RECICLADORES ORGÂNICOS E INORGÂNICOS
DE SANTA CECÍLIA DO SUL/ RS**

elaborada por
Isadora Wayhs Cadore Virgolin

como requisito parcial para a obtenção do grau de
Mestre em Extensão Rural

COMISSÃO EXAMINADORA:

Prof. Dr. Clayton Hillig
(Presidente/Orientador - UFSM)

Prof. Susimary Specht, Dra. (UFSM)

Prof. José Marcos Froehlich, Dr. (UFSM)

Santa Maria, 27 de fevereiro de 2012

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu orientador Dr. Clayton Hillig, pelas valiosas orientações, troca de ideias, incentivo e, principalmente por acreditar no meu potencial.

Ao meu companheiro Daniel, meu muito obrigado pela compreensão e paciência que teve comigo nos momentos de correria e dedicação na construção deste trabalho. Também pelo incansável carinho e cuidado com o nosso Arthur nos momentos em que estive ausente.

Ao meu amado e precioso filho Arthur pelos momentos de alegria, felicidade e ternura tão importantes nos períodos em que me via cansada ou desanimada. Um sorriso, um abraço carinhoso, as peraltices e as descobertas dele – a cada dia – foram e sempre serão fundamentais para me fazer acreditar que vale a pena.

Agradeço a Rose que trabalha conosco e que cuida do Arthur e da nossa casa com carinho e responsabilidade o que me deu condições para me dedicar a pós-graduação com maior tranquilidade.

A minha família pelo carinho e por escutarem as minhas "lamúrias" nos momentos de lassidão. Especialmente ao meu irmão Antônio que colaborou comigo no período da transcrição das entrevistas da pesquisa.

A Susi por ter me escutado com paciência e disposição nos momentos de angústia e por ter colaborado comigo quando precisei tomar algumas decisões, principalmente no período do planejamento da pesquisa.

A Claudia por se disponibilizar a colaborar com relação à troca de ideias durante o percurso da pesquisa.

Aos meus colegas e professores do Programa de Pós-graduação em Extensão Rural, pela troca de saberes durante as aulas, trabalhos e demais momentos que permearam o período de realização deste curso de mestrado. Especialmente a Adriana, Daiane, Célio, Tati, Jake, Andréia e Mirelle.

A Cooperativa de Recicladores Orgânicos e Inorgânicos de Santa Cecília do Sul e aos agricultores familiares trabalhadores da mesma pela disponibilidade em colaborar com este trabalho de pesquisa.

Enfim, com carinho, muito obrigada!

MENSAGEM

Vivemos, neste final de século, um novo e peculiar período de aceleração histórica. Rápidas e profundas mudanças econômicas, sociais, técnicas e culturais articulam-se de maneira imprescindível. Certezas e esperanças que orientaram a ação humana desde o século das luzes, em poucos anos, perderam sua base de inspiração. Energias, utopias e ideais revolucionários foram atingidos por um brusco processo de entropia.

Face a esse estado de coisas multiplicaram-se as indagações. Trata-se da superação das condições econômicas e sociais que deram forma a modernidade?

Vivemos no limiar de um novo modelo de sociedade, no qual estão abolidas as idéias de transformação?

Estamos condenados a viver este perpétuo presente, ordenado pela economia de mercado e pelos princípios neoliberais?

Ao invés de nutrirmos sonhos que orientam a busca de soluções, devemos aceitar o pesadelo de viver com os problemas atuais e conformar-nos à mediocridade do individualismo utilitarista e à concorrência predatória que gera elites novas e mais ladinas?

(Antônio David Cattani)

EPÍGRAFE

"Quando tudo nos parece dar errado, acontecem coisas boas. Que não teriam acontecido, se tudo tivesse dado certo."

Renato Russo

RESUMO

Dissertação de Mestrado
Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural
Universidade Federal de Santa Maria

O SENTIDO DO TRABALHO PLURIATIVO PARA OS AGRICULTORES FAMILIARES: UM ESTUDO Á PARTIR DA COOPERATIVA DE RECICLADORES ORGÂNICOS E INORGÂNICOS DE SANTA CECÍLIA DO SUL/ RS

AUTORA: ISADORA WAYHS CADORE VIRGOLIN
ORIENTADOR: CLAYTON HILLIG

Data e Local da defesa: Santa Maria, 27 de fevereiro 2012

O tema do presente estudo é o trabalho e ligado a este a pluriatividade no meio rural, mais especificamente na agricultura familiar. Este fenômeno consiste em indivíduos de famílias que moram na zona rural combinarem o exercício de uma ou mais atividades econômicas além da agricultura. Sendo assim, esta pesquisa foi realizada com um grupo de onze agricultores familiares que conciliam a atividade agrícola com a atividade de reciclagem na Cooperativa de Recicladores Orgânicos e Inorgânicos, situada na zona rural do município de Santa Cecília do Sul na região nordeste do Estado do Rio Grande do Sul. O objetivo geral do estudo foi analisar o sentido do trabalho para os agricultores familiares pluriativos a partir da vinculação destes à Cooperativa. A pesquisa se caracterizou como qualitativa do tipo descritiva. Realizou-se uma revisão bibliográfica dos principais autores que abordam o tema da dissertação a fim de subsidiar as principais categorias de análise da pesquisa. Os dados empíricos foram coletados por meio da realização de entrevistas semi-estruturadas. Os dados foram sistematizados e analisados através da análise das narrativas dos sujeitos. Os resultados da pesquisa demonstraram que o rural vem sofrendo transformações significativas e que a pluriatividade pode ser apontada como uma estratégia que as famílias vêm utilizando para garantia da sua reprodução social. Além disso, verificou-se que a conciliação do trabalho agrícola com outra atividade tem engendrado novos sentidos do trabalho para o agricultor. Estes ocorrem especialmente por meio de um processo que mexe com a identidade sócio profissional dos trabalhadores pluriativos no qual não existe ruptura da identificação profissional com a agricultura e sim a produção de uma nova identidade que passa agregar outra. Também se verificou que o exercício da pluriatividade passou a gerar outros sentidos que extrapolam o aspecto econômico/ financeiro, relacionando-se ao âmbito das relações familiares, da sociabilidade, dos papéis sociais, da autonomia dos trabalhadores, da função social das atividades de trabalho e entre outros. Ao mesmo tempo em que pontos positivos são apontados a pluriatividade também resulta num sentido negativo em função da sobrecarga de trabalho para os sujeitos da pesquisa.

Palavras- chave: Trabalho; Pluriatividade; Sentidos; Agricultura Familiar

ABSTRACT

Dissertation
Graduate Program in Agricultural Extension
Federal University of Santa Maria

THE MEANING OF PLURIACTIVITY WORK FOR FAMILY FARMERS: A STUDY FROM THE COOPERATIVE OF RECYCLERS OF BOTH ORGANIC AND INORGANIC IN SANTA CECÍLIA DO SUL CITY - RS

AUTHOR: Isadora Wayhs Cadore Virgolin

COACH: Clayton Hillig

Date and Place of defense: Santa Maria, February 27, 2012

The main point of this work is the pluriactivity in rural zone, specifically in family farms. This phenomenon consists of individuals from families living in the countryside were there to carry out one or more of the economic activities other than agriculture. Therefore, this research was conducted with a group of eleven family farmers that conciliate agricultural activity with the activity of recycling in Cooperative of recyclers of both organic and inorganic, situated in the rural zone of the Santa Cecilia do Sul city in the northeastern region of Rio Grande do Sul. The general objective of the study was to analyse the meaning of work for pluriativos family farmers from their binding to the cooperative. The research was characterised as qualitative. A bibliographic review was made of the main authors that discuss the dissertation in order to subsidize the main categories of research analysis. The empirical data were collected through semi-structured interviews. Data were systematized and analyzed through content analysis. The survey results showed that are significant transformations in the rural and that the pluriactivity can be pointed to as a strategy that families are using for ensuring their social reproduction. Moreover, it was found that the conciliation of farm work with another activity has engendered new meanings of work to the farmer. These meanings happen mainly by the process which gets with the socio-occupational identity of the pluriativos workers but there isn't rupture in the professional identification with the agriculture and the creation of a new identity added with other. Also it can be watched that the practice of pluriactivity went on to generate other senses that cut across the economic and financial aspect relating to family relations, sociability, social roles, the autonomy of workers, the social role of work activities, among others. At the same time, good points are raised, and the pluriactivity also results in a negative sense in light of work overload for the subject of this research.

Keywords: Work, Pluriactivity, Meanings, Family Agriculture.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Entrevistas realizadas com os agricultores no momento da coleta de dados da pesquisa	68
Figura 2 – Localização do município de Santa Cecília do Sul no Rio Grande do Sul	71
Figura 3 – Área externa da Cooperativa	74
Figura 4 - Área externa da Cooperativa	74
Gráfico 1 – Sexo dos trabalhadores pluriativos entrevistados.....	76
Tabela 1 – Idade dos trabalhadores pluriativos entrevistados	77
Tabela 2 – Faixa etária dos componentes das famílias dos trabalhadores pluriativos entrevistados.....	77
Tabela 3 – Grau de escolaridade dos componentes das famílias dos trabalhadores pluriativos entrevistados.....	78
Gráfico 2 – Renda familiar dos trabalhadores pluriativos entrevistados.....	79
Gráfico 3 – Tamanho das propriedades rurais dos trabalhadores pluriativos entrevistados.....	80
Figura 5 – Os sentidos do trabalho para os entrevistados	86

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Diferença entre part-time farming e pluriatividade.....	41
Quadro 2 – Pluriatividade e rendas não agrícolas no meio rural, Brasil e Classes de UF, 2005.....	45

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas

ALBREPE- Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais

CLT - Consolidação das Leis do Trabalho

CRESOL - Sistema de Cooperativas de Crédito com Interação Solidária

EUA - Estados Unidos da América

FAO - Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MDA- Ministério do Desenvolvimento Agrário

MOW - Meaning of Work International Research Team

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio

PNSB - Pesquisa Nacional de Saneamento Básico

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

UFMS - Universidade Federal de Santa Maria

LISTA DE ANEXOS E APÊNDICES

APÊNDICE A - Roteiro da entrevista	122
APÊNDICE B - Termo de Consentimento	124
APÊNDICE C - Trabalhadores realizando a separação dos resíduos na esteira	127
APÊNDICE D - Trabalhador desmontando os eletro-eletrônicos recolhidos para separação dos materiais reaproveitáveis	128
APÊNDICE E - Área externa do entorno da Coopercicla	129
APÊNDICE F - Área externa do entorno da Coopercicla	130
ANEXO A - Matéria sobre a Coopercicla extraída do Google	131
ANEXO B - Matéria sobre a Coopercicla extraída do BLOG "Tudo pela Reciclagem"	132

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1 AS TRANSFORMAÇÕES SOCIETÁRIAS NO CONTEXTO DA SOCIEDADE CAPITALISTA E AS REPERCUSSÕES NO MUNDO DO TRABALHO	20
1.1 Conceitos, concepções e sentidos do trabalho	20
1.2 Elementos históricos sobre o trabalho no meio rural.....	24
1.3 O trabalho no meio rural e as identidades sócio profissionais dos agricultores familiares	29
1.4 Tendências recentes de trabalho: atividades associativas e a emergência da economia solidária.....	33
2. AS TRANSFORMAÇÕES DO RURAL A PARTIR DO TRABALHO PLURIATIVO.....	36
2.1 Novas ruralidades, novo rural ou ruralidades: uma diversidade de conceitos, concepções e sentidos	36
2.2 A pluriatividade no meio rural.....	40
2.2.1 O trabalho pluriativo como estratégia de reprodução dos agricultores familiares.....	47
3 "LIXO" – PROBLEMA OU OPORTUNIDADE?.....	53
3.1 Lixo, reciclagem e a sua história	53
3.2 Resíduos: os problemas e impactos para a sociedade	57
3.3 As possibilidades a partir do "lixo"	60
4 O PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA	64
4.1 Caracterização e tipo de pesquisa.....	64
4.2 Local da pesquisa	65
4.3 População e seleção dos sujeitos	65
4.4 Fases da pesquisa, técnicas e instrumentos.....	66

5 O CONTEXTO LOCAL E AS CARACTERÍSTICAS DO TRABALHO PLURIATIVO DESENVOLVIDO PELOS AGRICULTORES FAMILIARES....	69
5.1 O município de Santa Cecília do Sul	69
5.1.2 O distrito de Vista Alegre.....	71
5.2 A Cooperativa de Recicladores Orgânicos e Inorgânicos de Santa Cecília do Sul.....	72
5.3 O perfil socioeconômico das famílias	75
5.3.1 Características da propriedade rural e do trabalho na mesma	80
5.4 O sentido do trabalho para os agricultores familiares pluriativos	83
5.5 As motivações e repercussões do trabalho pluriativo	86
5.5.1 Considerações sobre a relação dos agricultores com a pluriatividade...	86
5.5.2 Os motivos do trabalho pluriativo	88
5.5.3 As repercussões do trabalho pluriativo na vida dos agricultores familiares.....	92
6 A IDENTIDADE SÓCIO-PROFISSIONAL E A PERCEPÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES DA COOPERCICLA SOBRE O TRABALHO COM MATERIAIS RECICLÁVEIS	98
6.1 A percepção sobre o trabalho com materiais recicláveis.....	98
6.1.1 A concepção dos trabalhadores pluriativos sobre os materiais recicláveis	101
6.2 A identidade sócio-profissional dos trabalhadores pluriativos: agricultores ou recicladores?	104
CONSIDERAÇÕES FINAIS	108
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	113
APÊNDICES	122
ANEXOS	131

INTRODUÇÃO

O meio rural tem passado, ao longo da história, por significativas mudanças, sobretudo a partir da implantação do modelo de desenvolvimento e de agricultura gestado no interior das sociedades capitalistas industriais principalmente depois do pós-guerra que trouxe consigo uma racionalidade técnico-econômica sem precedentes. Os processos de industrialização, modernização e urbanização aportados neste modelo e no modo de produção capitalista passaram a exercer hegemonia sobre as organizações socioeconômicas, sendo então comumente considerados como inevitáveis. Porém, ao privilegiar o crescimento econômico, tal modelo foi o responsável, entre outros efeitos, pelo êxodo rural e consequente inchaço dos centros urbanos, além de promover em escala crescente a marginalização socioeconômica de uma grande parcela da população mundial.

Em função dessa realidade, no Brasil, durante a década de 1980, grande parte das reflexões sobre o rural apontava para um quadro crescente de desintegração e esvaziamento, que culminaria com o seu provável desaparecimento (FERREIRA, 2002).

Dado o conjunto de efeitos negativos atribuídos ao modelo produtivista, este passou a sofrer fortes questionamentos, especialmente em decorrência da modernização da agricultura. Esta favoreceu a desagregação das formas tradicionais de mão de obra, gerando excedentes da força de trabalho que passou a ser alocada para outras atividades.

Diante disso, outras potencialidades foram reconhecidas no rural e o mesmo passou a ser também espaço de residência, de turismo, de lazer, entre outros. Uma heterogeneidade de serviços, atividades, ocupação e novas funções, que não se restringem mais aos aspectos de produtividade e mercantis, passaram a compor e alterar este espaço.

Esta diversidade de funções, adquirida pelo meio rural tem sido denominada de “Multifuncionalidade do Rural”, expressão que pretende assinalar a mudança a partir da qual o rural deixa de ser entendido apenas como produtor de bens agrícolas, ampliando o campo de suas funções sociais e englobando um conjunto diverso de elementos econômicos, culturais e ambientais. A multifuncionalidade

incorpora a noção de pluriatividade, que se caracteriza por situações nas quais os indivíduos de famílias domiciliadas no rural passam a combinar o exercício de duas ou mais atividades econômicas, sendo uma delas a agricultura (CARNEIRO, 2008).

A realização de atividades não-agrícolas no meio rural vem historicamente sendo abordada a partir de discussões que utilizam termos como “agricultor em tempo parcial”, “atividades não-agrícolas no meio rural”, “empregos múltiplos”, “fontes de renda diversificadas” e “pluriatividade”. No entanto, a abordagem que toma como referência este último termo ganha consistência no Brasil, a partir da década de 90, com Schneider (1994 e 1995), Graziano da Silva (1995 e 1998) e Kageyama (1998).

Nestas décadas dois estudos destes autores destacaram-se. Um deles, realizado através do projeto Rururbano, buscou pesquisar as tendências do emprego agrícola a partir dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do IBGE. Este estudo demonstrou, na época, que a pluriatividade estava presente em 35% do conjunto das famílias ligadas às atividades agropecuárias do Brasil (GRAZIANO DA SILVA, 1999). O outro estudo foi realizado na região Sul do país por Schneider (2009), e demonstrou como as estratégias de emprego e renda estão transformando as estruturas ocupacionais no meio rural e apresentou, além disso, o papel significativo da pluriatividade na reprodução social das famílias rurais na região.

Os trabalhos mencionados têm em comum o fato de apontarem os fatores determinantes da emergência da pluriatividade. Embora apresentem algumas especificidades, registram como primeira causa desta última a própria modernização técnico-produtiva que tornou as práticas no meio rural cada vez mais individualizadas resultando, invariavelmente, em redução da utilização da mão de obra total das famílias rurais nas atividades agrícolas. O segundo fator responsável pela emergência da pluriatividade seria a queda das rendas agrícolas em decorrência principalmente do aumento dos custos de produção, da dependência tecnológica e das políticas protecionistas. O terceiro fator seriam as mudanças nos mercados de trabalho, ou seja, o fenômeno estaria associado à dinâmica do mercado de trabalho não-agrícola. Diversos estudos indicam as relações entre processos de descentralização industrial ou de industrialização descentralizada em áreas não-urbanas com o crescimento de atividades não-agrícolas nos espaços rurais. Por último, a pluriatividade estaria associada também ao reconhecimento da

importância crescente da agricultura familiar no meio rural e a sua capacidade de persistir à crescente mercantilização produtiva e inserção nos mercados na qual a conciliação da atividade agrícola com outra atividade passou a ser percebida como uma das estratégias fundamentais de reprodução da agricultura familiar e adaptação às transformações na agricultura (SCHNEIDER, 2009; GRAZIANO SILVA, 1999; KAGEYAMA, 2008).

Observa-se assim, que os fatores que motivam a pluriatividade podem ser de caráter estrutural, ligados aos processos macrossocietários e econômicos de transformação das formas de trabalho e produção, como podem estar relacionadas a respostas conjunturais dos agricultores diante do contexto em que estiverem situados ou em decorrência de suas condições intrafamiliares. Estes fatores fazem com que a pluriatividade se apresente como um fenômeno heterogêneo e diversificado.

Para Schneider (2009), a pluriatividade deve ser entendida como estratégia de reprodução social de unidades que se utilizam fundamentalmente do trabalho da família, em contextos nos quais a sua integração à dinâmica social do trabalho não decorre exclusivamente dos resultados da produção agrícola, mas principalmente, através do recurso às atividades não-agrícolas e mediante a articulação com o mercado de trabalho.

Esta pesquisa de dissertação se insere no âmbito dessa discussão, investigando a realidade de agricultores familiares que conciliam a atividade agrícola com a atividade de reciclagem na Cooperativa de Recicladores Orgânicos e Inorgânicos, situada na zona rural do município de Santa Cecília do Sul na região nordeste do Estado do Rio Grande do Sul. Esta cooperativa foi criada no ano de 2003 por iniciativa de um grupo de agricultores familiares em busca de uma alternativa de renda para as famílias e como forma de coibir o êxodo rural.

As motivações para realizar o estudo neste contexto decorrem das presunções de que as experiências de pluriatividade no meio rural, ao propiciarem vivências de conciliação entre trabalho agrícola com outra atividade laboral, refletem não só em aspectos objetivos relacionados à questão do emprego, da renda, da sazonalidade ou do êxodo rural, mas também nos sentidos que passam a ser engendrados a partir destas repercussões na vida dos sujeitos e das famílias dos agricultores.

No caso deste trabalho as motivações são acrescidas ainda do contexto e características específicas em que a atividade pluriativa é realizada, ou seja, com materiais recicláveis, cujo trabalho ainda é relativamente novo e carrega uma série de pré-concepções da sociedade em geral. Além disso, se desconhece outras iniciativas de trabalho no setor de reciclagem que sejam realizadas no meio rural e tenham sido propostas por iniciativa de agricultores familiares. Visualiza-se nesta experiência uma manifestação das transformações do rural, o que vem sendo denominado de novas ruralidades, na medida em que, neste espaço, se passa a trabalhar com uma atividade predominantemente realizada no meio urbano. Há ainda uma integração rural-urbano quando o rural recebe os resíduos descartados na cidade e transforma em uma alternativa de renda para as famílias do rural.

Considerando tais premissas, que levaram ao interesse pela temática, além da expectativa de que a pesquisa contribua para ampliação das discussões no âmbito acadêmico sobre as novas ruralidades e a pluriatividade, formulou-se o seguinte problema: Qual é o sentido do trabalho para os agricultores familiares vinculados a Cooperativa de Recicladores Orgânicos e Inorgânicos de Santa Cecília do Sul a partir da pluriatividade? Como ponto de partida, considerou-se que as novas formas de organização e funções do trabalho a partir da pluriatividade implicam numa reestruturação da vida rural, que ultrapassa os aspectos geográficos e produtivos e determina a necessidade de voltar-se para o campo dos agentes sociais que compõem este espaço, no caso deste estudo – os trabalhadores pluriativos e suas famílias – é que se formulou o seguinte problema de pesquisa.

A pesquisa teve, assim, como objetivo geral analisar o sentido do trabalho para os agricultores familiares pluriativos a partir da vinculação destes à Cooperativa de Recicladores Orgânicos e Inorgânicos de Santa Cecília do Sul. Os objetivos específicos definidos foram:

- Descrever o perfil socioeconômico das famílias dos trabalhadores rurais associados à Coopercicla;
- Verificar a contribuição do trabalho junto à cooperativa para melhoria das condições de vida do trabalhador que reside no meio rural;
- Compreender a percepção dos agricultores associados à Coopercicla sobre o sentido do trabalho que desenvolvem através do reaproveitamento de resíduos orgânicos e inorgânicos.

O estudo foi realizado a partir de uma pesquisa do tipo qualitativa de caráter descritivo. Os sujeitos foram onze agricultores familiares que se caracterizam como Pluriativos por conciliar o trabalho agrícola desenvolvido no interior da propriedade rural com a atividade de reciclador na Coopercicla. A investigação esteve centrada na descrição, compreensão e interpretação dos dados coletados a partir da realidade dos sujeitos, trabalhando com variáveis relacionadas aos aspectos subjetivos e as práticas sociais, voltados principalmente ao sentido e significado resultantes do trabalho pluriativo.

A dissertação está estruturada em seis capítulos. O primeiro apresenta alguns elementos teóricos relativos ao mundo do trabalho, considerados importantes para a elucidação do problema investigado. Além disso, faz um resgate dos principais conceitos, concepções e os diferentes papéis assumidos pelo trabalho ao longo da história, com o foco voltado para o meio rural. Considerando o contexto da pesquisa, que se situa num espaço de trabalho associativo, o primeiro capítulo também aborda algumas características próprias deste modo de organização do trabalho, bem como seus determinantes.

No segundo capítulo, são apresentadas algumas considerações dos principais autores que estudam as transformações do rural e que sustentam a posição destas a partir de diferentes conceitos e denominações, dentre as quais, de ruralidades, novo rural ou ruralidade contemporânea, entre outras. Logo, busca-se situar a pluriatividade na agricultura familiar como um dos principais fenômenos que contribui para a ocorrência destas transformações.

No terceiro, são oferecidos elementos para refletir sobre a questão do "lixo" ao longo da história, sobretudo no mundo atual, quando este passa a ser visto não apenas como um problema, mas como uma possibilidade de inclusão social a partir da oportunidade de geração de trabalho e renda, a exemplo da Cooperativa de Recicladores Orgânicos e Inorgânicos de Santa Cecília do Sul.

O quarto capítulo trata de apresentar o percurso metodológico do estudo, descrevendo e caracterizando o tipo de pesquisa, o local onde a mesma foi realizada, a amostra e os critérios empregados para selecionar os sujeitos, bem como as técnicas e instrumentos utilizados para a coleta de dados empíricos da pesquisa.

A apresentação dos dados empíricos da pesquisa ocorre no quinto capítulo. Inicialmente, a fim de situar o contexto no qual os trabalhadores pluriativos

trabalham, são apresentadas informações do município de Santa Cecília do Sul, do distrito rural de Vista Alegre e da Coopercicla. Logo, é traçado o perfil dos trabalhadores e os dados sobre o sentido, as características, as motivações e as repercussões do trabalho pluriativo para as famílias dos agricultores.

No último capítulo os dados da pesquisa voltam-se aos aspectos específicos relacionados ao trabalho com materiais recicláveis, buscando compreender o sentido que a conciliação do trabalho neste setor com o trabalho na agricultura assume para os trabalhadores, bem como este repercute da identidade sócio-profissional dos mesmos.

1 AS TRANSFORMAÇÕES SOCIETÁRIAS NO CONTEXTO DA SOCIEDADE CAPITALISTA E AS REPERCUSSÕES NO MUNDO DO TRABALHO

Questões relacionadas ao mundo do trabalho e a centralidade deste vêm sendo significativamente debatidas e problematizadas e resulta em uma multiplicidade de conceitos e concepções, indicando que as ideias formuladas podem assumir perspectivas variadas. A relevância do trabalho no contexto da sociedade capitalista dá a este debate uma importância ainda maior. Neste capítulo serão apresentados alguns conceitos relacionados ao tema, bem como as diversas formas assumidas pelo trabalho rural no Brasil, ao longo de sua trajetória histórica, desde o período colonial até o surgimento das recentes estratégias de sobrevivência do trabalhador rural a partir das atividades associativas e da economia solidária.

Diante da complexidade do tema e da conjuntura que traz formas contemporâneas de trabalho, que se mostram num cenário de terceirizações, de subcontratações, inovações tecnológicas, desemprego estrutural e as demais refrações da crise de acumulação do capital, serão apresentadas noções gerais acerca do assunto com o propósito de balizar a temática principal da pesquisa que é o trabalho pluriativo. Além disso, considerando o contexto da pesquisa que se situa num espaço de trabalho associativo, serão abordadas algumas características próprias deste modo de organização do trabalho, bem como seus determinantes.

1.1 Conceitos, concepções e sentidos do trabalho

Como campo específico de reflexão, a constituição da Sociologia está intimamente relacionada às transformações ocorridas no mundo do trabalho a partir do advento da sociedade capitalista: surgimento de novas especializações, complexa divisão de tarefas, problemas relacionados às condições de trabalho nas fábricas, aglomerações urbanas, movimento operário, entre outras. Assim, o trabalho, como categoria analítica, ocupa um lugar central nas distintas perspectivas

do pensamento sociológico, do que resulta uma variedade de conceitos, concepções e sentidos atribuídos a ele.

Do ponto de vista histórico, é possível identificar, até o início do século XIX, o predomínio, no Ocidente, de um sentido sagrado que associava o trabalho manual ao castigo divino e à tortura, sentido este derivado da tradição judaico-cristã. Aliás, originalmente, a palavra trabalho deriva do vocábulo latino *tripalium*, que significa torturar. Novos sentidos, contudo, vão sendo construídos em torno do trabalho ao longo do tempo, conferindo a ele significados positivos como fonte de riqueza material, propulsor da emancipação humana etc. Durkheim, por exemplo, ao analisar a divisão do trabalho na sociedade capitalista, considera a possibilidade desta promover a cooperação e solidariedade entre os homens (DURKHEIM, 1984).

Esses novos sentidos atribuídos ao trabalho trazem para o campo das Ciências Sociais o interesse pelas suas diversas formas de objetivação ao longo da História. Uma breve apresentação de algumas dessas formas pode ser útil à reflexão sobre as significações dadas ao trabalho.

Em sociedades nas quais a prática da agricultura não foi introduzida, o trabalho se objetiva como um esforço complementar ao da natureza, através da economia extrativa, e não gera, via de regra, excedentes econômicos. Com o advento da agricultura, por volta de 12.000 a.C., há alteração desse quadro ao trazer consigo diferentes formas de especialização de funções tornadas possíveis a partir da geração do excedente econômico (ALBORNOZ, 1987).

Essa nova realidade será responsável pela expansão demográfica e consequente colonização de novas terras. O surgimento, neste contexto, da noção de propriedade da terra, abre caminho para a separação entre trabalho e propriedade das condições de sua realização, do que irão resultar as diversas formas de relações de trabalho: escravidão, servidão, assalariamento, parceria etc. (ALBORNOZ, 1987).

A sujeição do trabalho humano - da qual a escravidão constitui o caso mais extremo - é uma das bases da visão negativa do trabalho, própria da tradição judaico-cristã. Com a Reforma Protestante do século XVI, contudo, o trabalho é reavaliado, chegando a ser considerado uma forma de devoção, o que abre caminho para a constituição de uma ética cristã favorável ao labor, segundo a qual “Deus ajuda o homem que ajuda a si próprio” (WEBER, 1996).

Nessa linha da valorização do trabalho humano, as concepções de Marx e Engels, embora rompendo com a tradição cristã, representam um importante marco. Em 1876, Engels escrevera:

O trabalho é a fonte de toda riqueza, afirmam os economistas. Assim é, com efeito, ao lado da natureza, encarregada de fornecer os materiais que ele converte em riqueza. O trabalho, porém, é muitíssimo mais do que isso. É a condição básica e fundamental de toda a vida humana. E em tal grau que, até certo ponto, podemos afirmar que o trabalho criou o próprio homem. (ENGELS, 1876, p. 32)

Nesta análise, o trabalho assume uma dimensão antropológica decisiva, a mesma encontrada em Marx, quando este afirma que:

Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a natureza. Um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade, braços, pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento sobre a Natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza (MARX, 1983, p. 149)

A perspectiva marxista não estuda as formas instintivas de trabalho, mas o trabalho vivido pelos trabalhadores como vendedores de sua força de trabalho. Na sociedade capitalista, o proprietário dos meios de produção é comprador da força de trabalho e cria mecanismos de controle para que o trabalho se realize conforme seu objetivo. Em tal sociedade, o trabalho é percebido como um meio de sobrevivência (MARX, 1983).

Antunes (2005) vê o trabalho como momento de “sociabilidade”, cujo desígnio principal é a busca da realização produtiva objetivada, na sociedade capitalista, em meios de subsistência transformados em mercadoria. Assim, sob o capitalismo, o trabalho e perde seu verdadeiro e primeiro sentido que é a criação de utilidades para a realização humana. Além disso, para o autor, o sentido no trabalho está interligado pela vida dentro e fora do trabalho; ou seja, para que se tenha uma vida cheia de sentido fora do trabalho, é preciso ter uma vida dotada de sentido dentro do trabalho. É preciso que o indivíduo encontre na esfera do trabalho o primeiro momento de realização para que haja uma vida dotada de sentido.

Nos estudos de Hackman e Oldhan (1975) apud Tolfo; Piccinini (2007) o sentido do trabalho está relacionado à qualidade de vida no trabalho, ou seja, um trabalho que tem sentido é relevante, útil e legítimo para aquele que o desempenha quando apresenta três características fundamentais:

(a) a variedade de tarefas que possibilita a utilização de competências diversas, de forma que o trabalhador se identifique com a execução; (b) um trabalho não-alienante, onde o trabalhador consegue identificar todo o processo – desde sua concepção até sua finalização – e perceber seu significado do trabalho, de modo que contribua para o ambiente social, a autonomia, a liberdade e a independência para determinar a forma com que realizará suas tarefas, o que aumenta seu sentimento de responsabilidade em relação a elas; (c) o retorno (*feedback*) sobre seu desempenho nas atividades realizadas, permitindo ao indivíduo que faça os ajustes necessários para melhorar sua performance (HACKMAN; OLDHAN, 1975 apud TOLFO; PICCININI, 2007).

Para Yamamoto (2001, p.60) o trabalho é a “atividade fundamental do homem”, pois é por meio dele que o ser humano atende suas necessidades e se afirma como ser social, diferenciando-se dos animais, cujas ações não são projetadas. . Esta autora considera que o trabalho não pode ser apartado das concepções de mundo, já que há uma relação recíproca de influência entre ambos.

O ser que trabalha constrói para si, através de sua atividade, modos de agir e de pensar, ou seja, uma maneira especificamente humana de se relacionar com as circunstâncias objetivamente existentes, delas se apropriando, tendo em vista a consecução de fins propostos pelo sujeito na criação de objetos capazes de desempenhar funções sociais, fazendo nascer valores de uso. (IAMAMOTO, 2008, p.355)

Em Kaufmann (2002, p.32) o trabalho aparece como:

Um modo de produzir bens de subsistência, mas é igualmente um modo de reconhecimento mútuo. Neste sentido, constitui-se num ingrediente essencial do cimento social. Trata-se de atividades, raramente executadas em completo isolamento, que preenchem a função de integração social, atividades realizadas em cooperação, em uma relação face à natureza, esta última mediada pela técnica.

Sendo visto como emprego ou como função a ser desempenhado tanto para produção quanto na produção, incluindo-se, aí, as funções indiretas, o trabalho tornou-se importante referencial para o desenvolvimento emocional, ético e cognitivo

do indivíduo, assim como para o seu reconhecimento social nos grupos sociais (CATTANI, 2002).

Observa-se, assim, que são muitos e variados os sentidos, conceitos e significados atribuídos ao trabalho em diferentes momentos históricos e segundo as diferentes perspectivas teóricas. As principais diferenças nos sentidos atribuídos ao trabalho são atravessadas fundamentalmente por duas perspectivas teóricas distintas:

Para os capitalistas, a valorização do trabalho ocorre a partir da existência da propriedade privada e obtenção de excedente por meio da mais valia (o lucro). Já no pensamento marxista, o trabalho-mercadoria (Marx, 1993), defendido pelos detentores do capital, não tem valor ou sentido para o trabalhador que se vê impedido de exercer sua liberdade e criatividade no trabalho exercendo suas funções com um sentimento de estranheza perante o todo, ou seja, alienado. Assim, o sentido do trabalho, por sua atribuição psicológica e social, varia, na medida em que deriva do processo de atribuir significados e se apresenta associado às condições históricas da sociedade. É um construto sempre inacabado. (TOLFO; PICCININI, 2007, p. 41).

Considera-se assim como refere Tolfo e Piccinini (2007, p. 40) que "o trabalho é rico de sentido individual e social, é um meio de produção da vida de cada um ao prover subsistência, criar sentidos existenciais ou contribuir na estruturação da identidade e da subjetividade". No item a seguir, pretende-se estabelecer um panorama das formas pelas quais o trabalho rural, ao longo da história especificamente, tem-se objetivado.

1.2 Elementos históricos sobre o trabalho no meio rural

Os historiadores da Antiguidade têm localizado o aparecimento da agricultura há cerca de 14 mil anos, na Bacia do Mediterrâneo, Ásia Menor, Índia e Nordeste da África. Entre as diversas e profundas decorrências desse aparecimento – que justificam a expressão *Revolução Neolítica* -, a emergência de distintas formas de trabalho rural será aqui abordada.

De início, predominam as aldeias de agricultores ideias, em regime de comunidade primitiva, caracterizadas pela ausência da propriedade privada da terra

e pela apropriação coletiva dos produtos do trabalho. Entretanto, a partir de aproximadamente 3.000 a.C., no Egito, Mesopotâmia e Vale do Indo, a evolução histórica deu origem a Estados bem mais complexos, com uma organização social marcada pelo aparecimento de hierarquias sociais. Embora a agricultura tenha permanecido como principal atividade econômica, multiplicaram-se os ofícios urbanos, os quais constituíram a base da distinção entre Trabalho Urbano e Trabalho Rural (AQUINO; FRANCO; LOPES, 1990).

Nesta época, as constantes guerras, associadas a outros fatores (comércio, acumulação de excedentes, entre outros) deram origem à propriedade privada da terra e, em seguida, do trabalhador. Assim, o trabalho escravo torna-se uma realidade comum tanto no meio urbano quanto no meio rural (ENGELS, 1975; CHILDE, 1978).

Exemplo extremo de sujeição do trabalhador, a escravidão é uma realidade presente em diversos momentos históricos, e não se apresenta de maneira idêntica nos diferentes contextos em que aparece. Por isso, para conceituá-la, alguns autores recorrem às suas características comuns, ou seja, àquilo que uma relação de trabalho precisa ter para que seja considerada como trabalho escravo. Maestri Filho (1985, p. 13), a esse respeito, esclarece que:

Um indivíduo submetido pela força não é, necessariamente, um escravo. Comunidades 'primitivas' aprisionavam inimigos estrangeiros para sacrificá-los em cerimoniais. Nem mesmo a compra de seres humanos com objetivos econômicos cria, forçosamente, relações escravistas. Na África Negra, cativos eram adquiridos e incorporados às comunidade aldeãs.

Para o autor, são outras as características que definem um escravo: estar ele sujeito às relações de compra e venda; produzir para um dono e receber apenas de acordo com a vontade senhorial; possuir condição vitalícia e hereditária (MAESTRI FILHO, 1985).

Estes quesitos podem ser encontrados em distintas épocas, em distintas sociedades e em graus diferenciados de intensidade. Há sociedades, como a Grécia e Roma antigas, por exemplo, que são conhecidas como sociedades escravistas, dada a importância nelas assumida pelo trabalho escravo. A América colonial conheceu a escravidão negra, que assumiu grandes proporções no Brasil, havendo autores que se referem ao período como o do "escravismo colonial" (GORENDER, 1992).

O surgimento do Estado propicia o aparecimento de uma nova forma de trabalho rural: a chamada *servidão coletiva*. Nesta, as terras pertencem ao poder central que, através de uma complexa burocracia, recolhe parte do produto gerado pelas comunidades aldeãs. Cabe também ao Estado o planejamento da produção, a distribuição do excedente, a realização das trocas (AQUINO; FRANCO; LOPES, 1990).

Sob o feudalismo, ocorre o desenvolvimento da “propriedade do senhor sobre a terra (os feudos) e a propriedade limitada do senhor sobre o camponês” (OLIVEIRA, 1990, p. 14). A servidão feudal é caracterizada, assim, como relação distinta da escravidão à medida que, nela, o trabalhador não pode ser disposto como uma mercadoria, embora tivesse sua liberdade limitada por uma série de obrigações que o ligava a um senhor. Segundo Huberman (1976, p. 17):

Os camponeses eram mais ou menos dependentes. Acreditavam os senhores que existiam para servi-los. Jamais se pensou em termos de igualdade entre senhor e servo. O servo trabalhava a terra e o senhor manejava o servo. E no que se relacionava ao senhor, esta pouca diferença fazia entre o servo e qualquer cabeça de gado de sua propriedade.

Um traço distintivo da agricultura feudal é representado pela produção parcelária, na qual a propriedade fundiária é dividida em um *domínio* (terras diretas do senhor trabalhadas pelos camponeses) e as *parcelas* (terras concedidas aos servos). As chamadas *obrigações feudais* determinam a obrigatoriedade dos servos de trabalhar alguns dias da semana nos domínios senhoriais, entregar parte da produção de suas parcelas ao senhor, entre outros deveres fixados pelo costume (OLIVEIRA, 1990).

A servidão feudal variou muito nas distintas regiões da Europa medieval, e sofreu mudanças significativas à medida que avançavam as relações capitalistas de produção. Segundo Oliveira (1990, p. 19), “a solidez representada pela sociedade de território foi-se desmontando à medida que a indústria urbana aumentou a procura de dinheiro por parte do camponês”. Vale dizer, esta procura atingiu também os senhores. Entre as mudanças que irão configurar as formas capitalistas de trabalho rural, merecem destaque: a ânsia pela produção de excedentes agrícolas, a serem comercializados nas crescentes cidades; o fechamento dos campos de exploração comuns, como os bosques; a transformação da renda em espécie em renda em dinheiro; a expansão das relações de trabalho assalariadas no campo.

Contudo, é importante assinalar que o desenvolvimento das relações de trabalho capitalistas no campo não representou e nem tem representado o desaparecimento de relações tidas com “pré-capitalistas” por alguns autores. Segundo Martins (1990, p. 19-20) “o capitalismo, na sua expansão, não só redefine antigas relações, subordinando-as à reprodução do capital, mas também engendra relações não capitalistas igual e contraditoriamente necessárias a essa reprodução”. A evolução histórica da agricultura brasileira ilustra bem essa afirmativa. Segundo Oliveira (1991, p. 11):

Se, de um lado, o capitalismo avançou em termos gerais por todo o território brasileiro, estabelecendo relações de produção especificamente capitalistas, promovendo a expropriação total do trabalhador brasileiro no campo, colocando a nu, ou seja, desprovido de todos os meios de produção; de outro, as relações de produção não capitalistas, como o trabalho familiar praticado pelo pequeno lavrador camponês, também avançaram mais.

Essa complexidade assinalada pelo autor acima mencionado reflete uma dinâmica histórica também bastante complexa. Os colonizadores portugueses trouxeram para as terras brasileiras formas de propriedade da terra e relações de trabalho baseadas no regime feudal português. Neste, “a terra se desprende, desde o século XIV, de seu caráter de domínio, adstrito ao proprietário, para se consagrar à agricultura e ao repovoamento, empresas promovidas pelo rei a despeito da concepção de propriedade como prolongamento da pessoa, da família ou da estirpe” (FAORO, 1989, p. 123).

Assim, as terras brasileiras são oferecidas, no início da colonização, aos amigos do rei, com a denominação de sesmarias. O aproveitamento dessas terras passa, então, a ser realizado essencialmente com a finalidade da exploração, e o trabalho desenvolvido se volta à obtenção de vantagens econômicas para cobrir as despesas com os impostos para a Coroa portuguesa e, ainda, o resgate do lucro.

Desse modo, a doação de terras ficou subordinada aos objetivos da colonização. Até 1822, o trabalho rural no Brasil foi modelado pelo domínio dos sesmeiros, prevalecendo, inicialmente, o trabalho escravo indígena, em seguida, o trabalho do negro, este último substituído, a partir do final da primeira metade do século XIX, pelos imigrantes até a formação dos trabalhadores hodiernos (OLIVEIRA, 1991).

As distintas relações de trabalho durante o período colonial tiveram em comum o fato que, nelas, os latifundiários detinham o controle sobre os trabalhadores, impedindo assim o desenvolvimento de atividades de trabalho independentes.

Foi a partir da libertação da escravatura que os trabalhadores estrangeiros através de correntes migratórias passaram a substituir os negros. O trabalho dos imigrantes no lugar dos negros envolvia uma revolução nos métodos de trabalho e nas concepções de trabalho livre. Entretanto, a realidade de exploração dos imigrantes não mudou muito, permanecendo o controle das oligarquias agrárias sobre a mão-de-obra rural. Assim, os imigrantes vêem frustrados seus projetos de produção independente, o qual dependia do acesso à terra, praticamente impossibilitado a partir da publicação da Lei de Terras de 1850. Esta lei definia que a terra passava a ser objeto de compra e venda em transações realizadas em leilões públicos, os quais eram rigidamente manipulados pelos fazendeiros. Segundo Martins (1990), isto representava, na prática, “aprisionar” a terra no momento em que o trabalhador se tornava livre, uma vez que a possibilidade de terra ser livre só poderia ocorrer quando a mão-de-obra era escrava.

A Proclamação da República, em 1889, não alterou estruturalmente o quadro de subordinação do trabalho rural aos interesses das oligarquias agrárias. À semelhança da independência, quando foram mantidas as mesmas relações sociais e de produção anteriores, este processo histórico preservou o poder nas mãos da elite nacional, que era, naquele momento, representada pelos “barões do café”. (SCHIFFER, 2004)

Independente da denominação adotada o certo é que posteriormente com a crise econômica e avanço da legislação trabalhista na área rural o esquema do colonato perdeu importância e no decorrer do século XX disseminam-se outras formas e relações de trabalho.

1.3 O Trabalho no meio rural e as identidades sócio profissionais dos agricultores familiares

O trabalho, no meio rural, a exemplo do trabalho urbano, vive uma profunda remodelação em consequência do processo de globalização e acumulação flexível. De acordo com Antunes (2004, p. 335), tal processo transformou a classe trabalhadora em “mais fragmentada, mais heterogênea e ainda mais diversificada”.

A luta pela competitividade, característica da economia capitalista, resultou, durante o século XX, em um desenvolvimento tecnológico sem precedentes. Tal desenvolvimento afetou de modo significativo o mundo do trabalho, tendo surgido, nas últimas décadas deste século, uma forte tendência para o crescimento da informalidade, do desemprego, da polivalência, da desregulamentação do trabalho caracterizada pela ausência de proteção social.

Antunes (2004) apontam como configurações atuais do trabalho no mundo globalizado: a “redução do proletariado industrial, fabril, tradicional, manual, estável e especializado, herdeiro da era da indústria verticalizada de tipo taylorista e fordista” (p. 336); o “aumento do novo proletariado fabril e de serviços, em escala mundial, presente nas diversas modalidades de trabalho precarizado” (p. 336); o aumento significativo do trabalho feminino; a crescente exclusão dos jovens e daqueles considerados idosos do mercado de trabalho; a expansão do chamado “Terceiro Setor”; a transnacionalização do mundo do trabalho.

No caso específico do mundo rural, este já não se constitui mais como um espaço isolado no qual se desenvolvem as atividades agrícolas, havendo, ao contrário, uma forte complementaridade urbano-rural. Além disso, o campo é palco de diferentes relações de trabalho.

Segundo Oliveira (1991), atualmente uma das marcas do processo de desenvolvimento do capitalismo na agricultura é a industrialização. Essa realidade impõe, muitas vezes, a subordinação da produção agrícola – seja ela realizada a partir da propriedade familiar ou latifundiária – aos interesses das indústrias, como no caso dos produtores de fumo do sul do Brasil que vendem sua produção às indústrias multinacionais produtoras de cigarros ou dos citricultores paulistas que fornecem matéria-prima aos produtores norte-americanos de suco industrializado. A situação se torna mais complexa quando os camponeses arrendam terra para

plantar com suas famílias e vendem a produção para as indústrias, pois, nestes casos, há três personagens envolvidos: o capitalista industrial, o camponês arrendatário e o proprietário rentista.

Entre os proprietários da terra, há aqueles que não trabalham diretamente nela, assumindo normalmente funções gerenciais e aqueles que empregam sua própria força de trabalho e a de seus familiares em suas propriedades, não recebendo remuneração direta pela atividade realizada. Os não proprietários de terra podem ser enquadrados em três categorias básicas: parceiros, arrendatários e assalariados.

Os parceiros são trabalhadores que pagam pelo uso da terra uma parte de sua produção, parte essa variável segundo o produto cultivado os serviços e insumos disponibilizados pelo proprietário da terra. Os arrendatários são aqueles que pagam um aluguel pelo uso da terra, normalmente em dinheiro, ao proprietário. Em troca, se apropriam dos lucros de sua própria produção. Os assalariados vendem sua força de trabalho em troca de uma remuneração em dinheiro. Podem ser mensalistas, diaristas ou tarefeiros e ser contratados de forma permanente ou temporária, como os volantes ou “bóias-frias” contratados em épocas de plantio ou colheita.

Os movimentos sociais de luta pela terra criaram, ainda, a figura dos agricultores assentados, que passam a ocupar, à medida que as ocupações se intensificam, um papel cada vez mais importante no cenário rural brasileiro recente (STÉDILE, 1997).

A reestruturação produtiva alavancada pela globalização e as diferentes categorias de trabalhadores no meio rural redefine os sentidos do trabalho e as identidades socioprofissionais. Santos e Léda (2004, p. 7) referem que, atualmente:

Apesar do trabalho continuar sendo o centro da vida da maioria das pessoas, é crescente o número de trabalhadores que não reconhecem a esfera profissional como um espaço de realização, de reconhecimento, de poder ser útil à sociedade. Existe uma minoria de trabalhadores atuando em funções que permitem envolvimento e identificação.

Desse modo, o trabalhador vivencia, sob a nova etapa do capitalismo, um acentuado processo de perda ou mutação de sua identidade. Essa identidade pode ser compreendida como um processo que se constrói ao longo da vida, a partir das relações que o indivíduo estabelece com diferentes instituições sociais. Dada a

centralidade que o trabalho ocupa na sociedade capitalista, a identidade profissional é entendida como fundamental para este indivíduo. Além disso, ocorre no capitalismo um processo crescente de “individualização na atribuição e geração da identidade” (DAJUI, 2006, p. 41).

A questão da identidade tem estado presente na Sociologia desde Durkheim, com seu conceito de consciência coletiva como aquela que se refere aos valores, atitudes, crenças e comportamentos comuns aos indivíduos pertencentes ao mesmo grupo social. De acordo com Hall (2006, p. 7), a ênfase maior no conceito, na atualidade, se deve ao fato de que as velhas identidades têm-se desfeito, dando lugar a uma “crise de identidade” que está “deslocando as estruturas e processos centrais das sociedades modernas e abalando os quadros de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social”.

Menezes (2010, p. 20), entende a identidade como:

(...) produto social resultante da interação entre o indivíduo com o mundo social, inclui dimensões como papéis sociais (ex. professor, médico, etc.), relações sociais (ex. parentesco, amizade, etc.), identidade grupal (ex. classe, geração, etc.) e rank (ex. pessoas com título e sem título, etc.).

Compreende-se que a identidade não pode ser vista como algo estático e está sempre referenciada ao mundo social, daí a formulação do conceito de identidade social e da Teoria da Identidade Social. Esta tem como pressuposto a ideia de que um indivíduo se define a si próprio e define os outros em função do seu lugar num sistema de categorias sociais (CABECINHAS; LÁZARO, 1997).

É no interior do conceito de identidade social que se situa a questão da identidade socioprofissional. Segundo Valle (2002, p. 214), o conceito de tal identidade se refere:

Não somente à maneira socialmente reconhecida pelos indivíduos de se identificar uns aos outros no campo das atividades remuneradas, mas também, e em especial, como a projeção que os indivíduos fazem de si no futuro, como a antecipação de uma trajetória de empresa a ser viabilizada por certos investimentos na formação.

Santos (2005, p. 132) afirma que a identidade socioprofissional tem como base uma cultura profissional que se assenta num “código interno criado através da interação social entre todos os atores do campo profissional, permitindo-lhes

desenvolver uma identidade própria de seu grupo profissional”. Desse modo, a identidade socioprofissional pode ser entendida como associada a “configurações específicas de saber (saber prático; saberes profissionais; saberes de organização; saberes teóricos), construídas através de processos de socialização, uma vez que é efetivamente pela e na atividade com outros que estes processos acontecem” (CHALITA, 2004, p. 73).

No caso do trabalhador rural, sua identidade socioprofissional é definida, segundo Dajui (2006, p. 43), a partir de “uma sabedoria implícita ao domínio de informações sociais e mentais que são adquiridas ao longo da experiência da vida e da trajetória do seu trabalho nesta atividade”. Assim, o trabalho rural pode originar distintas identidades e diferenciações entre produtores rurais. A este respeito, Shultz (2006), analisando a construção da identidade socioprofissional entre trabalhadores da agricultura orgânica, concluiu que o mercado exerceu, no caso estudado por ele, um papel decisivo na formação de uma imagem profissional positiva entre os agricultores: “o mercado, a partir de novos valores construídos socialmente, fornece as condições para a valorização da atividade profissional e para a (re)significação do trabalho na agricultura orgânica” (p. 249).

No Brasil, a identidade socioprofissional para os agricultores pode estar sofrendo influências, também, no campo dos direitos trabalhistas. Como reflexo do avanço da luta pelos direitos humanos e sociais, a legislação trabalhista brasileira, aplicável ao trabalhador rural, avançou e atualmente, exige-se que os camponeses sejam registrados em Carteira de Trabalho e Previdência Social e sejam assegurados a eles todos os direitos trabalhistas. As principais normas reguladoras do trabalho rural são representadas pela Lei nº. 5.889, de 08 de Junho de 1973, regulamentada pelo Decreto nº. 73.626, de 12 de Fevereiro de 1974. Derivam destes documentos legais direitos regulamentados como: obrigatoriedade da concessão de um intervalo para repouso ou alimentação; proibição de qualquer tipo de trabalho ao menor de 16 anos; realização de exames médicos admissionais, periódicos e demissionais; desconto limitado a 20% (vinte por cento) pela ocupação da morada, e 25% (vinte e cinco por cento) pelo fornecimento de alimentação, calculados sobre o salário mínimo nacional.

No que se refere especificamente à mulher trabalhadora rural, sua organização tem resultado em significativos avanços, refletindo-se na implementação de políticas públicas que, de algum modo, atenuam as tradicionais

desigualdades de gênero. Neste sentido, a política de Previdência Rural constitui uma das mais importantes conquistas. A partir da Constituição de 1988, as mulheres trabalhadoras rurais passaram a ter os mesmos direitos que os homens. O Pró-Rural (Programa de Assistência ao Trabalhador Rural), anterior à Constituição de 1988, era concedido somente ao chefe ou arrimo da família, deixando as mulheres em geral excluídas. A Constituição ampliou o piso da aposentadoria rural para um salário mínimo, reduziu o limite de idade para 60 anos (para homens) e 55 (para as mulheres), além de ter estendido o direito ao recebimento dos benefícios a todas as mulheres trabalhadoras (HEREDIA; CINTRÃO, 2006).

Entretanto, apesar dos avanços na legislação mencionados, é flagrante no campo brasileiro o desrespeito aos direitos dos trabalhadores rurais, que chega ao extremo da persistência do trabalho escravo diversas vezes denunciado, inclusive por órgãos internacionais, e do trabalho infantil. Além disso, no Brasil, a forte concentração das terras, associada à baixa remuneração do trabalho rural, determinam um quadro no qual a migração rural-urbana seja uma constante, os movimentos de luta pela terra proliferem e sejam buscadas alternativas capazes de garantir a sobrevivência do trabalhador rural, entre elas a criação de atividades associativas e da economia solidária. No próximo item, será estabelecido um panorama dessa última estratégia.

1.4 Tendências recentes de trabalho: atividades associativas e a emergência da economia solidária

Segundo Mance (2000), o conceito de economia solidária abriga um conjunto de práticas diferentes que têm, contudo, em comum o fato de estarem baseadas em valores como participação, autogestão, democracia, igualitarismo, cooperação, autossustentação, desenvolvimento humano, responsabilidade social. A economia solidária e as atividades associativas têm se consolidado como um caminho possível para o enfrentamento da tendência à precarização das condições de vida dos trabalhadores. Para Abramovay (2000), o quadro atual é de otimismo:

Felizmente, são cada vez mais numerosas e persuasivas as demonstrações teóricas e as experiências segundo as quais o desenvolvimento supõe - muito mais do que simplesmente a possibilidade de os indivíduos seguirem sua própria vontade – um ambiente em que a confiança, a partilha de certos valores e o sentimento de pertencer à mesma comunidade estejam na base das instituições e, portanto, das condutas. A solidariedade tem o condão de gerar recursos novos e por aí ampliar a própria base do processo de criação de riquezas (ABRAMOVAY, 2000, p.A3).

O mercado de trabalho, no capitalismo, tem sofrido constantes oscilações resultantes das crises cíclicas desse modo de produção. Assim, a refração no ritmo de desenvolvimento industrial que tem marcado a economia brasileira desde a década de 1980 se reflete significativamente no mercado de trabalho. Segundo Pochman (2004, p. 1):

De um lado observa-se a contenção do segmento organizado do trabalho, justamente aquele que responde pelos empregos regulares e relativamente homogêneos, gerados por empresas tipicamente capitalistas. De outro, além do avanço do desemprego aberto, constata-se a ampliação do segmento não organizado do trabalho, responsável pelas ocupações precárias e heterogêneas, cuja atividade não se caracteriza por ser tipicamente capitalista.

É neste contexto que ganham terreno as propostas de atividades associativas e economia solidária, que representam modos de produção distintos e alternativos àquele que sofre diretamente os efeitos das crises do capitalismo. A economia solidária tem sido definida, assim, como um “conjunto de atividades econômicas cuja lógica é distinta tanto da lógica do mercado capitalista quanto da lógica do Estado” (LAVILLE apud LECHAT, 2002, p. 1).

A Europa possui uma tradição histórica de economia solidária que remonta aos chamados socialistas utópicos do século XIX, tradição esta marcada por diversas ondas: a primeira delas protagonizada pelas sociedades de socorro mútuo, balcões alimentícios e cooperativas de produção; a segunda pelas cooperativas agrícolas e de poupança em resposta à crise de 1873 – 1895; a terceira, pelas cooperativas de consumo e habitação surgidas no contexto da grande depressão de 1929 – 1932; a quarta pela economia não-monetária do pós Segunda Guerra Mundial; a quinta pela autogestão das empresas afetadas pela crise entre 1977 e 1984 (NECHAT, 2002).

No Brasil, a economia solidária tem avançado, principalmente, a partir de 1995, através da realização de encontros, experiências e publicação de estudos em

torno do tema, que têm chamado a atenção para as possibilidades de a autogestão dar uma resposta viável às constantes crises de desemprego que marcam o desenvolvimento econômico-capitalista (SINGER; SOUZA, 2000).

No caso específico do campo brasileiro, algumas experiências de economia solidária podem ser observadas, como o caso das cooperativas agrícolas formadas nos assentamentos de sem-terra oriundos de movimentos como o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra), ou do CRESOL (Sistema de Cooperativas de Crédito com Interação Solidária), uma rede integrada de cooperativas de crédito rural que tem por objetivo apoiar financeiramente pequenos agricultores familiares para obtenção de crédito no sistema bancário (CUNHA, 2002).

2. AS TRANSFORMAÇÕES DO RURAL A PARTIR DO TRABALHO PLURIATIVO

Neste capítulo pretende-se apresentar elementos que possibilitem compreender o que tem sido denominado de "novo rural", especialmente após a adoção do modelo de desenvolvimento e de agricultura criado no interior das sociedades capitalistas industriais e no pós-guerra. Pretende-se ainda, discorrer sobre a pluriatividade no contexto da agricultura familiar que vem sendo apontada como um dos fenômenos, dentre outros, responsável pelas transformações que vêm ocorrendo no espaço rural e que tem contribuído para a discussão acerca das diferentes funções e conceituações que este vem recebendo na contemporaneidade. Antes de discorrer sobre tais assuntos é importante ressaltar que não se tem a pretensão de realizar uma revisão bibliográfica exaustiva das principais linhas de pensamento que abordam a questão agrária no Brasil e a agricultura familiar; mas sim, apresentar elementos que possibilitem uma reflexão sobre a pluriatividade compreendendo esta como uma forma social de organização do trabalho, sendo que a questão do trabalho foi discutida no capítulo precedente.

2.1 Novas ruralidades, novo rural ou ruralidades: uma diversidade de conceitos, concepções e sentidos

Estudos têm demonstrado que o espaço rural, assim como o urbano, sofreu mutações e influências dos processos sociais globais tais como a modernização da agricultura e a globalização.

De acordo com Kageyama (2008) duas ideias genéricas perpassam a noção que se tem deste espaço. A primeira está ligada a localização geográfica e ainda relacionada a esta, a segunda refere-se ao grau de distância no qual o rural é visualizado como uma área isolada ou afastada. Para Kageyama (2008, p. 15) "O rural seria, assim, o espaço mais distante, com maiores custos a superar".

Martins (1986) e Jollivet (1997 apud SCHNEIDER, 2009) ao referenciar estudos já realizados, sobretudo pela sociologia, compartilham a ideia de que o rural

não pode ser compreendido mediante o adjetivo de lugar, demarcação do espaço físico ou atividade produtiva e sim é preciso estudar as relações sociais e suas transformações, já que, indiferente do espaço urbano, há uma diversidade de relações sociais, econômicas, políticas e culturais. Inclusive, por este motivo, os estudos sobre o rural não se limitam mais a determinadas áreas específicas tais como agronomia e veterinária.

Segundo Cloke e Thrift (1994 apud PIRES, 2004), a categoria rural, ao longo da sua trajetória, foi permeada por quatro fases. Na primeira, o rural era equiparado a funções e espaços específicos e sendo assim, era identificado por características negativas se comparado ao urbano. Na outra fase, as causas para as mudanças nas áreas rurais passaram a ser dadas a partir das dinâmicas econômicas nacionais e internacionais e assim eram vistas como externas a elas. Já na terceira fase, o rural não estava coligado a um espaço geográfico determinado e sim como uma construção social com características múltiplas que se relacionam com diferentes espaços rurais. Na última fase, a partir da compreensão do rural como construção social, era necessário desconstruir e problematizar a questão a partir da desconstrução pós-estruturalista de textos sobre o rural.

Para Pires (2004), um dos autores que contribuiu para o entendimento do rural como construção social, que foi sendo progressivamente edificado por certas instituições, dentre as quais a sociologia rural, foi Marc Mormont.

Analisando os principais elementos que fizeram parte das construções modernas do rural, Froehlich (2002) reconhece que este é uma categoria de pensamento do mundo social e assim como o autor acima citado, faz a seguinte colocação:

se o rural é uma categoria de pensamento do mundo social (Mormont, 1996), então, é possível apreender em sua análise as dinâmicas sociais e as transformações em curso que a lógica cultural contemporânea imprime. A valorização das diferenças culturais e das biodiversidades, as possibilidades de se construir identidades (culturais, étnicas, regionais etc.), o resgate e a composição das tradições com o moderno são elementos que se articulam na produção de novos sentidos (e funções) para o rural, conjuntamente com a associação positivada deste com a natureza. Em conjunto, tais fatores têm permitido aos espaços rurais o estabelecimento de novos patamares de relações, experiências e valorizações, que expressam o caráter estratégico do rural nas perspectivas de futuro e na tessitura presente das sociedades contemporâneas (FROEHLICH, 2002, p. 36).

A multifuncionalidade e a pluriatividade são manifestações das transformações que produzem novos sentidos e funções para este espaço. Estas mutações, especialmente nas últimas décadas, têm sido denominadas de “ruralidade contemporânea” (CARNEIRO, 1998), “nova ruralidade” (WANDERLEY, 2000) ou “novo rural” (GRAZIANO DA SILVA, 1997).

Graziano da Silva (1997) refere que o rural só pode ser entendido como um *continuum* do urbano do ponto de vista espacial seja em função da industrialização da agricultura ou devido ao transbordamento do mundo urbano sobre o tradicional espaço definido como rural.

Seguindo a concepção de *continuum*, Wanderley (2001) identifica duas posições: a primeira, que possui uma visão “urbano-centrada” privilegiando o polo urbano como a fonte do progresso e dos valores dominantes, onde o extremo rural do *continuum* tenderia a reduzir-se sob a influência do polo urbano. E a segunda, que considera o *continuum* rural-urbano como uma relação que aproxima e junta dois polos extremos, no qual as relações entre o campo e a cidade não destroem as particularidades destes dois polos.

Marques (2002), ao analisar a corrente mencionada de *continuum* rural-urbano refere que esta se baseia na ideia de que o avanço do processo de urbanização representa mudanças significativas para toda a sociedade, atingindo também o espaço rural, fazendo com que esse espaço se aproxime do espaço urbano. O mesmo autor, para analisar a relação entre o campo e a cidade, utiliza-se da teoria de Lefebvre, um geógrafo francês, que considera esses dois espaços como partes constitutivas de uma totalidade que se forma na diversidade. Para o teórico, o espaço rural encontra-se cada vez mais envolvido pelo tecido urbano.

Carneiro (2006) coloca em questão a suposição de um novo rural. A autora argumenta que a combinação da agricultura com a atividade não-agrícola pelas famílias camponesas é uma prática tão antiga quanto é o campesinato brasileiro.

Os autores Candiotto e Corrêa (2008) utilizam o termo ruralidade para referir-se ao rural na atualidade. Mencionam que o termo é apontado por duas correntes, sendo que a primeira vê a ruralidade como um processo de valorização do meio rural, sendo a mesma disseminada pelas instituições globais por meio de financiamentos e políticas públicas. Segundo os autores, está embutido nesse interesse das instituições a ampliação das relações capitalistas por meio de

atividades agrícolas e não-agrícolas no meio rural. Candiotto e Corrêa (2008, p. 232) afirmam assim que

Nessa perspectiva, a nova ruralidade não é algo construído socialmente pela população rural, mas mais uma ideia imposta por organismos concentradores do poder, cristalizada no discurso, porém muitas vezes não concretizada, que passa a ser utilizada e propagada por diversos pesquisadores como novos aspectos da realidade do espaço rural.

Já a segunda corrente que conceitua ruralidade, prefere tratar a mesma como uma realidade empírica, construída, sobretudo de forma endógena, ou seja, internamente. Para demonstrar o conceito de ruralidade dessa segunda corrente, Candiotto e Corrêa (2008, p. 233) citam Moreira (2005) afirmando que “as ruralidades seriam compostas por objetos, ações e representações peculiares do rural, com destaque para as representações e identidades rurais dos indivíduos e grupos sociais”.

Froehlich (2002) referencia as transformações que emergem no rural sem analisar a utilização dos termos acima citados para tratar a questão, mas menciona a importância da introdução das noções de diversidade e de diferença, que passam a ser referenciais significativos para análise da sociedade e da cultura contemporânea por permitir considerar a reelaboração e os novos sentidos dos elementos tradicionais da cultura camponesa e do rural, sob os reflexos atuais do fenômeno social da modernização globalizada. Para o autor "aspectos que, até bem pouco tempo atrás, eram considerados indesejáveis, atrasados e indícios de estagnação social, passam agora a ser resgatados sob um prisma mais positivo" (p. 9).

Após observar os conceitos citados é importante ter presente que o rural e os conceitos a ele atribuídos não podem ser analisados descolados do processo histórico, pois em cada momento histórico o mesmo apresenta diferentes conceituações e mesmo dentro de cada período, há que se considerar as várias realidades rurais, pois além de dependerem das transformações globais, dependem também de outros fatores como o local, por exemplo.

Ressalvadas estas considerações, uma afirmação que é possível fazer é de que a perda da centralidade da agricultura como atividade responsável pela inserção socioeconômica da maioria das famílias que habitam este espaço compreendido como rural, associado à diversificação de ocupações, por vezes exercidas por um

mesmo indivíduo e que vem sendo denominada de pluriatividade, nos leva à necessidade de reformulação de imagens acerca deste espaço (CARNEIRO; 2006).

2.2 A pluriatividade no meio rural

A pluriatividade pode ser considerada uma adaptação do setor agrário às transformações macroeconômicas e macrosociais na qual a família toma decisões quanto às estratégias de produção. Ela se caracteriza pela junção de duas ou mais atividades agrícolas e não-agrícolas, ligadas às estratégias produtivas que os membros das famílias domiciliadas nos espaços rurais adotam. Porém, vale destacar que a pluriatividade possui diversos significados, entre eles de se tratar de um grande processo de reconstituição produtiva no espaço agrário. (DE PAULA, 2001).

Especialmente nos países desenvolvidos já se conta há tempos com o que tem sido denominado de agricultor em tempo parcial ou *part-time farmer* e que no Brasil vem sendo denominado de pluriatividade. Este termo ganha importância na academia a partir da segunda metade dos anos 1980. Não raras vezes os dois termos são utilizados como semelhantes. No entanto, as diferenças existem. A pluriatividade sugere um modo de gestão do trabalho doméstico no qual o trabalho agrícola encontra-se sempre contido, podendo não ser, no entanto, uma atividade exclusiva ou mesmo mais significativa. Além disso, outras atividades podem ser assumidas com a finalidade de apoiar ou de dar suporte à unidade doméstica, podendo também ser motivadas por considerações não-relacionadas à agricultura. Já o termo *part-time farming* pode ser usado de maneira mais concisa para definir situações nas quais, devido ao tamanho físico ou a uma opção de gestão, a unidade produtiva é cultivada através do investimento de menos do que um ano completo de trabalho (FULLER e BRUM, 1988 apud SCHNEIDER, 2009). As diferenças entre as duas pode ser visualizada no quadro abaixo:

<p><i>Part-time farming</i>: agricultura em tempo parcial</p> <p>"{...} o termo <i>part-time farming</i>, em seu uso comum, até muito recentemente, tinha mais confundido do que clarificado a questão. O termo confunde a extinção existente entre a unidade produtiva enquanto uma entidade física (como um espaço) e os ocupantes desta unidade (a família ou a unidade doméstica), os quais decidem gerenciar esta unidade de diferentes maneiras, inclusive combinando as tarefas agrícolas com outras atividades {...} Os termos <i>part-time farming</i> têm sido utilizados de forma intercambiável, o que contribuiu para o surgimento de noções errôneas ou pressupostos equivocados associados a este fenômeno. É possível dizer que uma <i>part farm</i> é uma unidade produtiva que oferece, ou na qual é alocado, menos do que um ano completo de trabalho. O conceito de <i>part-time farming</i> pode ser utilizado, de forma mais precisa, para definir situações nas quais, devido ao tamanho físico ou a uma opção de gestão, a unidade produtiva é cultivada através do investimento do que menos de um ano completo de trabalho" (Fuller e Brun, 1998, p. 150, grifos no original)</p>	<p><i>Pluractivité</i> ou <i>pluriactivity</i>: pluriatividade</p> <p>"{...} o termo procura focalizar as diferentes atividades e interesses dos indivíduos e famílias que vivem na unidade produtiva. Preocupa-se tanto com a reprodução social e a participação no mercado de trabalho rural como com a terra as questões agrícolas. A pluriatividade implica uma forma de gestão do trabalho doméstico em que o trabalho agrícola encontra-se sempre incluído, podendo não ser, no entanto, uma atividade exclusiva ou mesmo a atividade mais importante. Outras atividades podem ser assumidas com o objetivo de sustentar ou de dar suporte à unidade doméstica, podendo também ser motivadas por considerações não relacionadas à agricultura. A pluriatividade nos permite questionar o pressuposto de que a <i>full-time farming</i> é a norma e, portanto, algo bom, e de que a pluriatividade é um estado temporário ou um mal necessário no desenvolvimento econômico das unidades produtivas, das famílias ou das áreas rurais. A pluriatividade, entretanto, em seu sentido ideal, não é facilmente mensurável através das estatísticas oficiais disponíveis" (Fuller e Brun, 1988, p. 150, grifos do original).</p>
--	--

Quadro 1 – Diferença entre *part-time farming* e pluriatividade
 Fonte: Schneider (2009)

Ressalta-se que, até o final da década de 70, a agricultura em tempo parcial era considerada como um fator que travava o desenvolvimento capitalista da agricultura, assim como este havia sido previsto por alguns autores marxistas – como Kautsky – que denominavam o processo de paradigma de "la proletarización agrária". Era vista ainda como um fenômeno associado a explorações decadentes, por suas características como descapitalização e má-qualidade dos solos que impediam o desenvolvimento de uma agricultura competitiva (ANJOS e CALDAS, 2004).

Segundo Schneider (2009) nos anos 80, no Brasil, o tema passou a ser discutido não como trabalho pluriativo, mas sob a designação de dupla atividade dos agricultores, sendo que o tema encontrava respaldo nos estudos e pesquisas relacionadas aos denominados "colonos operários" que se referiam fundamentalmente aos trabalhadores de Santa Catarina que residiam no meio rural

e passaram a trabalhar nas indústrias têxteis. Estes eram indivíduos que não eram nem operários e nem camponeses, mas se identificavam como colonos.

Na década de 90, já sob a denominação de pluriatividade, as pesquisas intensificaram-se com o Projeto Rurbano que buscou pesquisar as tendências do emprego agrícola a partir dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do IBGE. O projeto contou com três fases distintas. Na segunda fase do estudo o foco mudou das pessoas ocupadas para as famílias rurais, visando principalmente à análise da pluriatividade. Naquela época, os dados demonstraram que a pluriatividade estava presente em 35% do conjunto das famílias ligadas às atividades agropecuárias do Brasil (GRAZIANO DA SILVA, 1999). Na mesma década, um estudo bastante importante sobre o tema foi realizado na região Sul do país por Schneider (2009). O autor buscou demonstrar como as estratégias de emprego e rendas estão transformando as estruturas ocupacionais no meio rural e apresentou o papel significativo da pluriatividade na reprodução social das famílias rurais na região. Destacaram-se, na época, também as pesquisas realizadas por Carneiro (1998).

No meio acadêmico, assim como existem pesquisadores e estudiosos que reconhecem a pluriatividade como algo novo e recente que traz uma nova configuração para o rural, existem aqueles que argumentam que a combinação de várias atividades no interior de uma família de agricultores é uma característica muito antiga que anteriormente se materializava pelo chamado setor de subsistência. Deste modo, a única novidade seria o reconhecimento político e social deste setor. Carneiro (2004) se posiciona sobre este aspecto referindo que a pluriatividade pode ser vista tanto como um fenômeno antigo como recente. De acordo com a referida autora:

Esses rendimentos exteriores sempre estiveram presentes na sociedade rural. Entretanto, podem ser considerados como aspecto recente "se atentarmos para suas características específicas, decorrentes do contexto econômico e social que as engendrou na atualidade" (CARNEIRO, 1996, p. 94). Diante disso, o esforço do pesquisador frente à pluriatividade praticada pelas famílias rurais, parece ser, não só o de identificar os fatos que engendram sua aparição, mas a natureza e as próprias características que assume esse processo de transformação (CARNEIRO, 2004, p. 2004).

Há ainda aqueles que defendem que a pluriatividade seria uma característica passageira ou transitória, que tenderia a desaparecer na proporção em que

avançasse o processo de subordinação da agricultura e do mundo rural à dinâmica urbana e industrial da sociedade contemporânea. Mesmo tendo presente tais divergências, é possível afirmar que a noção de pluriatividade tem sido apontada como uma maneira de entender o fenômeno da multiplicidade de formas de renda e trabalho das unidades agrícolas.

Segundo Schneider (2009, p. 14) a pluriatividade:

É uma característica peculiar dos processos de desenvolvimento em que a integração dos agricultores familiares à divisão social do trabalho passa a ocorrer não mais exclusivamente através de sua inserção nos ciclos mercantis via processos de produção ou mesmo pelas relações de trabalho (assalariamento) em atividades exclusivamente agrícolas.

O mesmo autor acima citado, ao buscar uma conceituação para a pluriatividade, recorre a Fuller mediante a alegação de que este autor apresenta uma das mais rigorosas definições acerca do termo. Segundo o autor, a pluriatividade

Permite reconceituar a propriedade como uma unidade de produção e reprodução, não exclusivamente baseada em atividades agrícolas. As propriedades pluriativas são unidades que alocam trabalho em diferentes atividades, além da agricultura familiar (*home-based farming*). [...] A pluriatividade permite separar a alocação do trabalho dos membros da família de suas atividades principais, assim como permite separar o trabalho efetivo das rendas. Muitas propriedades possuem mais fontes de renda do que locais de trabalho, obtendo diferentes tipos de remuneração. A pluriatividade, portanto, refere-se a uma unidade produtiva multidimensional, onde se pratica a agricultura e outras atividades, tanto dentro como fora da propriedade, pelas quais são recebidos diferentes tipos de remuneração, receitas, rendimentos, rendas em espécie e transferências (FULLER, 1990 apud SCHNEIDER, 2009).

A partir deste conceito percebe-se que a pluriatividade é um elemento diversificado e heterogêneo que se constitui numa espécie de estratégia através da qual as famílias e os indivíduos se organizam para inserção na divisão social do trabalho. A pluriatividade se manifesta em iniciativas diversas as quais recorrem às famílias de agricultores em momentos diferentes do seu ciclo demográfico. Há ainda quem afirme como desdobramento do fenômeno o fato de criarem-se condições através das quais se fortalece a dissociação entre família, unidade de produção e exercício profissional (ANJOS e CALDAS, 2004).

A pluriatividade oferece variantes bastante significativas de tempo e espaço, mesmo que se possa afirmar que sua característica essencial seja a interação entre agricultura, o mercado de trabalho e a unidade familiar. Desse modo, o seu conceito remete à utilização de três níveis de análise a respeito do fenômeno. Um que enxerga a pluriatividade como uma expressão de certos tipos de economias locais ou regionais; outro faz referência à abordagem da família como o núcleo das decisões para compreender as relações entre pluriatividade e agricultura; e por último, o nível de análise que faz a interpretação da pluriatividade a partir das transformações socioeconômicas estruturais do rural e seus espaços (BRUN e FULLER, 1991 apud SCHNEIDER, 2009).

Há autores como Alejandro (1999 apud ANJOS e CALDAS, 2004) que criticam a visão que associa a pluriatividade à industrialização regional e que reduz o fenômeno do ponto de vista geográfico e conceitual:

Primeiro, deve-se considerar que, também no Brasil, está começando a se verificar um processo de desconcentração espacial da indústria e da urbanização, mesmo em regiões onde a estrutura agrária permanece altamente concentrada, o que poderá contribuir para ampliar as possibilidades de desenvolvimento do trabalho pluriativo independentemente de uma ampla democratização do acesso à terra; de outro lado, não se deve associar a pluriatividade apenas aos processos de urbanização e industrialização, pois o trabalho pluriativo cresce também associado a outras formas, como o turismo e lazer (ALEJANDRO, 1999 apud ANJOS & CALDAS, 2004, p. 85).

Kageyama (2008) apresenta dados que possibilitam perceber a evolução da pluriatividade nos diferentes estados do país :

Classes de UF	Domicílios rurais pluriativos (%)	% do trabalho principal não-agrícola no rendimento domiciliar total	% do rendimento de aposentadorias, pensões e benefícios de programas sociais no rendimento total	Relação entre rendas de transferências sociais (coluna anterior) e rendimento do trabalho não-agrícola
1 (RO,PA, TO)	15,4	44,2	14,3	0,325
2 (SP)	13,5	55,8	14,5	0,259
3 (AC, AM)	11,1	37,1	16,1	0,434
4 (MS, MT)	22,7	25,3	10,1	0,400
5 (MG, ES, GO)	20,3	19,1	23,0	1,255
6 (MA, PI, BA)	18,6	21,8	30,4	1,396
7 (PR, SC, RS)	18,3	27,6	20,9	0,757
8 (RR, AP)	23,1	48,7	13,8	0,284
9 (RJ)	8,7	51,3	21,4	0,418
10 (CE, RN, PB, PE, AL, SE)	21,2	24,4	36,3	1,484
11 (DF)	6,5	74,9	9,9	0,133
Brasil	18,4	30,9	23,1	0,747

Quadro 2 – Pluriatividade e rendas não agrícolas no meio rural, Brasil e Classes de UF, 2005.
Fonte: IBGE (PNAD de 2005)

A autora, ao apresentar os dados, complementa que no Brasil a pluriatividade tem crescido vagarosamente. Para isso, demonstra que em 2005¹ havia 16,6% de domicílios rurais pluriativos, em 2003 essa proporção cresceu para 17,2 e somente 18,4 dos domicílios rurais eram pluriativos em 2005. Nesse último ano em apenas alguns estados do Centro-Oeste (classes 4 e 5) e do Norte e Nordeste (classes 8 e 10) chegava a 20% a proporção de domicílios rurais pluriativos. Mas excluindo a

¹ Importante ter presente que estes dados são de 2005 e que até o ano em que se realiza esta pesquisa já se passaram sete anos. Porém, mesmo sabendo que o quadro pode ter alterado, optou-se em apresentar as informações considerando que estas possibilitam a projeção de uma ideia acerca dos últimos anos.

classe 8 (Roraima e Amapá) pela sua baixa representatividade, justamente nessas três regiões com maior presença de pluriatividade, verifica-se que o trabalho não-agrícola tem menor peso no rendimento total da população rural (20% a 25%, aproximadamente). Isto se deve², em parte, à não-captação dos rendimentos não-monetários pelos dados do Censo e das PNADs do IBGE, que devem ter maior peso nas regiões mais pobres, apesar da menor remuneração e pior qualidade das ocupações agrícolas em comparação com as não-agrícolas. Esses dois fatores são responsáveis pela aparente elevada participação do trabalho não-agrícola na renda das famílias rurais, de forma que os dados devem ser vistos com ressalvas.

Com relação aos motivos que colaboraram para a emergência da pluriatividade e das atividades não-agrícolas são assinaladas três razões. A primeira seria decorrente do que se denomina urbanização do campo³, a segunda estaria ligada à crise do próprio setor agrícola, fundamentalmente a partir das dificuldades enfrentadas pela esfera agroexportadora na década de 90. Esta crise estaria ligada às transformações estruturais da agricultura brasileira, geradas pela modernização tecnológica aliada a um conjunto de condicionantes macroeconômicos típicos de 1990, tais como as mudanças no financiamento da produção, na política de abertura comercial, na exasperação da concorrência com os produtos estrangeiros e, sobretudo, na supervalorização cambial da moeda do país ocorrida no período de 1994 e 1998. A última causa é relacionada aos limites de crescimento do emprego agrícola que estaria acontecendo por conta da alta taxa de inatividade tecnológica e ao subemprego existente na agricultura (GRAZIANO DA SILVA, 1999).

A partir das colocações acerca dos principais autores que estudam a pluriatividade e que apresentam seus argumentos sobre os motivos que levam ao surgimento da pluriatividade, que questionam a novidade deste fenômeno, que apresentam aspectos positivos e negativos decorrentes do mesmo, a consideração que se faz é de que é preciso enxergar a complexidade do tema a partir do reconhecimento da grande diversidade de causas e circunstâncias que a afetam.

² A autora indica a respeito desta última afirmação ver, (BALSADI, 2000 e KAGEYAMA, 2001)

³ Esta expressão tem sido utilizada para caracterizar o processo decorrente de um transbordamento das cidades e do mercado de trabalho urbano para as áreas rurais, situadas em seu entorno.

2.2.1 O trabalho pluriativo como estratégia de reprodução dos agricultores familiares

A categoria dos agricultores familiares⁴, ao longo da história, comporta uma variedade de tipos e formas. A mesma já recebeu a denominação de pequenos produtores, pequenos agricultores, colonos, camponeses entre outras tantas definições. Isso ocorre principalmente por estar inserida em diferentes realidades e contextos.

Segundo Schneider (2009, p. 32) "no Brasil, permanecem muitas dúvidas e mesmo divergências entre os estudiosos em relação à utilização da noção de agricultura familiar". Os principais autores no Brasil que impulsionaram estudos sobre este grupo social foram Veiga (1991), Abramovay (1992) e Lamarche (1993).

Abromovay aborda o conceito de agricultura familiar fazendo a seguinte colocação, referindo que:

A agricultura familiar é aquela em que a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho vêm de indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento. Que esta definição não seja unânime e muitas vezes tão pouco operacional é perfeitamente compreensível, já que os diferentes setores sociais e suas representações constroem categorias científicas que servirão a certas finalidades práticas: a definição de agricultura familiar, para fins de atribuição de crédito pode não ser exatamente a mesma daquela estabelecida com finalidades de quantificação estatística num estudo acadêmico. O importante é que estes três atributos básicos (gestão, propriedade e trabalho familiar) estão presentes em todas elas (ABRAMOVAY,1999, pg. 223).

Lamarche define agricultura familiar como:

aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo. É importante insistir que este caráter familiar não é um mero detalhe superficial e descritivo: o fato de uma estrutura produtiva associar família-produção-trabalho tem consequências fundamentais para a forma como ela age econômica e socialmente. No entanto, assim definida, esta categoria é necessariamente genérica, pois a combinação entre propriedade e trabalho

⁴ Abramovay (1992) conseguiu indicar que os autores clássicos se interessavam pelos intentos do que atualmente recebe a denominação de agricultura familiar. Para Marx eram "produtores parcelários", para Lênin e Angels eram "camponeses" e Kaustsky os denominava de "pequenos proprietários". O autor demonstrou em seus estudos que os clássicos não conseguiram formular uma teoria específica para os camponeses ou agricultores. Estes acreditavam que a presença desta categoria poderia ser explicada no escopo de uma teoria mais geral acerca do desenvolvimento do capitalismo.

assume no tempo e no espaço, uma grande diversidade de formas sociais (LAMARCHE, 1997, p. 14).

Independentemente da definição adotada, a verdade é que no Brasil a agricultura familiar carrega um histórico de exclusão e marginalização. Wanderley (1996), ao analisar a constituição do campesinato brasileiro, reforça que este segmento social, desde o seu surgimento no modelo colonial da economia, carrega o símbolo da precariedade e da dependência política e econômica, principalmente com relação ao acesso e à propriedade da terra em função do preço alto da mesma e dos limites da estrutura fundiária que historicamente concentrou muito na mão de poucos. Diante de tais dificuldades, esta categoria sempre esteve em busca de estratégias para desenvolver seu trabalho e sobreviver. Para Wanderley (1996, p. 6), esta situação demonstra que “uma das dimensões mais importantes dos camponeses brasileiros esteve centrada no esforço para constituir um ‘território familiar’, um lugar de vida e trabalho” e garantir o futuro para os seus sucessores.

O processo de modernização na agricultura que iniciou na década de 50 e se consolidou nas duas décadas posteriores, alterou significativamente o processo de produção neste setor através da implantação no país de um setor industrial, voltado para a produção de equipamentos e insumos agrícolas. Porém, este processo foi seletivo, favorecendo as grandes propriedades agrícolas e os produtos de exportação principalmente através do crédito agrícola subsidiado pelo Estado. Estas questões acabaram gerando também mudanças significativas na lógica de organização e gestão do processo produtivo e dependência do agricultor ao mercado externo. Esse processo expulsou muitos pequenos agricultores do meio rural, promovendo ainda mais a concentração de terra e renda junto ao setor patronal, ou seja, as transformações provocaram um grande aumento no número de trabalhadores rurais desempregados, pois a partir da implantação de novas tecnologias, os esforços físicos foram reduzidos ou substituídos pela tecnificação.

Foi somente a partir da criação do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)⁵ em 1996 que a agricultura familiar toma contornos mais sólidos no cenário político-social brasileiro. O programa surge para fornecer apoio

⁵ Em 2006 foi criada a Lei nº 11.326, de 24 de julho, que atende simultaneamente os seguintes critérios: a área do estabelecimento ou empreendimento rural não excede quatro módulos fiscais; a mão de obra utilizada nas atividades econômicas desenvolvidas é predominantemente da própria família; a renda familiar é predominantemente originada dessas atividades e o estabelecimento ou empreendimento é dirigido pela família.

institucional e crédito agrícola as categorias de pequenos produtores rurais que vinham ao longo da década de 80 encontrando sérias dificuldades de se manter na atividade e sendo colocados em segundo plano nas políticas públicas.

Anteriormente, em 1994 e em anos subsequentes importantes trabalhos foram produzidos através da Cooperação Técnica INCRA/FAO no sentido de fazer diferenciações dentro dessa categoria o que contribuiu para o seu reconhecimento. Schneider (2009) acrescenta ainda que a introdução da agricultura familiar nos estudos e pensamento acadêmicos também contribuiu para o seu reconhecimento.

Estudos realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), baseados no Censo Agropecuário 2006, revelaram que do total de 5.175.489 estabelecimentos agropecuários, no Brasil, 84,45% pertencem a agricultura familiar, mas ocupam apenas 24,3% da área dos estabelecimentos agropecuários brasileiros. Apesar de ocupar apenas um quarto da área, a agricultura familiar responde por 38% do valor total da produção. Mesmo cultivando uma área menor, a agricultura familiar é responsável por garantir a segurança alimentar do país gerando os produtos da cesta básica consumidos pelos brasileiros.

Os dados do IBGE apontam também que em 2006, a agricultura familiar foi responsável por 87% da produção nacional de mandioca, 70% da produção de feijão, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz, 58% do leite, 59% do plantel de suínos, 50% das aves, 30% dos bovinos e, ainda, 21% do trigo. Outro resultado positivo apontado pelo Censo (2006) é o número de pessoas ocupadas na agricultura: 12,3 milhões de trabalhadores no campo estão em estabelecimentos da agricultura familiar (74,4% do total). Ou seja, de cada dez ocupados no campo, sete estão na agricultura familiar que emprega 15,3 pessoas por 100 hectares.

Mesmo com toda esta relevância, a todo momento este modelo de agricultura é colocado em uma situação de restrição das suas atividades, como por exemplo a eficiência produtiva em pouco espaço de produção, uma vez que a maioria da cultura vinculada a pacotes produtivos exige uma quantidade de fatores de produção mínimo para realmente dar lucro ao agricultor, são poucas as culturas agropecuárias que efetivamente dão uma rentabilidade competitiva destes pequenos agricultores na sua relação com o mercado.

Diante disso, a teoria de alguns autores tais como Lênin na obra *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia* e Kautsky em *A Questão Agrária* balizam as discussões que buscam responder a alguns questionamentos com

relação a persistência e reprodução das formas familiares de produção dentro do capitalismo.

Para Lênin (1982) a tendência frente ao desenvolvimento do capitalismo na agricultura seria uma diferenciação social, sendo esta colocada no sentido de diferenciação de classe, o que resultaria no desaparecimento dos camponeses. Já para Kautsky (1980) se criaria uma situação agrária na qual a tendência para o campesinato não é o seu desaparecimento e sim uma subordinação das pequenas unidades de produção em relação às grandes em decorrência principalmente das condições de apropriação tecnológicas das grandes propriedades.

Schneider (2009, p. 98) ao buscar responder elementos para elucidar a questão faz a seguinte colocação: "parte-se do pressuposto de que a forma familiar existe no interior da sociedade mais ampla e que, em determinadas situações históricas ela certamente terá sua dinâmica e reprodução determinadas pelo regime capitalista".

Logo, o mesmo autor procura delinear alguns elementos que julga importantes para a compreensão da definição da forma familiar de organizar o trabalho e a produção na atividade agrícola e assim compreender as suas características em sociedades capitalistas. A primeira questão apontada relaciona-se com a forma de uso do trabalho, ou seja, nas unidades familiares é utilizada fundamentalmente a força de trabalho da família. O segundo ponto a ser considerado refere-se aos obstáculos oferecidos pela natureza que evitam que a atividade agrícola se torne essencialmente correspondente à atividade industrial produtiva. O terceiro elemento é extraído da teoria social crítica, considerando a persistência da tradição marxista em privilegiar o enfoque do desenvolvimento agrário como um processo macrossocial e econômico, ao invés do papel do campesinato como ator, podendo ser recuperada desde que passe por um ajustamento importante, ou seja, deslocá-la da posição holística sem desconsiderar que a compreensão dos fadários da agricultura familiar passa pelo entendimento do ambiente social e econômico em que estiver inserida (SCHNEIDER, 2009).

Outro elemento – ou o elemento central – segundo o autor é a própria natureza familiar das unidades, pois é no interior da própria família e das relações que se estabelecem entre os seus membros que se assentam as bases que explicam a persistência e a reprodução de certas unidades, a desagregação e o desaparecimento de outros. É importante ainda, ter claro que estas formas sociais

se complementam, se transformam e se reproduzem dentro das relações capitalistas, o que não é motivo para considerar que são pertencentes a categorizações capitalistas (SCHNEIDER, 2009).

Schneider (2009) ao abordar a pluriatividade como uma das características constitutivas da forma familiar da organização do trabalho e da produção na agricultura utiliza-se de uma síntese acerca da questão advinda do debate recente da sociologia da agricultura:

A unidade de produção agrícola familiar constitui-se no sentido mais amplo do termo, enquanto um conjunto heterogêneo de relações entre o capital e o trabalho. Esta categoria pode ser mais bem definida, de um modo mais específico como uma forma de produção que combina as relações internas e externas de produção, as quais conectam a unidade produtiva familiar com circuitos mais amplos de capital. Diferentes combinações de relações internas e externas servem de base para definição de diferentes formas de produção, representando, cada uma delas, diferentes modos de integração com o capitalismo. Estas formas de produção, no entanto, não devem ser vistas enquanto modelos pré-fabricados de explicação acerca do processo de integração do processo da agricultura familiar ao capitalismo. Inversamente estas formas de produção poderiam ser descritas através de diferentes processos de subordinação do trabalho ao capital (KASIMIS; PAPADOPOULOS, 1999, p. 213 apud SCHNEIDER, 2009, p. 94);

O fenômeno da pluriatividade vem sendo apontado como uma das características da agricultura familiar contemporânea e como uma das formas pelas quais as unidades familiares têm conseguido se reproduzir no campo. É considerada como estratégia de reprodução o conjunto de medidas econômicas e sociais tomadas pelos agricultores para garantir a sua reprodução social. Segundo Schneider (1999),

A reprodução social, econômica, cultural e simbólica das unidades familiares dependerá de um intrincado e complexo jogo pelo qual as unidades familiares se relacionam com a natureza e o ambiente em que estão inseridas. Nele os indivíduos e a família levam em conta o bem-estar e o progresso de sua unidade de trabalho e moradia e as possibilidades materiais de alcançar determinados objetivos. Desse modo, a reprodução não é apenas o resultado de um ato da vontade individual ou da coletividade familiar, e tampouco uma decorrência das pressões econômicas externas do sistema social (SCHNEIDER, 1999, p. 117).

Para o autor, os determinantes socioeconômicos da estrutura social que explicam os recursos dos agricultores às atividades não-agrícolas já foram de certa forma esclarecidos pela literatura, porém ainda é necessário, segundo Schneider

(2009, p. 103) "descer ao ambiente intrafamiliar para conhecer melhor os mecanismos pelos quais uma família se torna pluriativa e de que modo exerce essa pluriatividade"

Para Carneiro

a família não deve ser entendida tão somente como um grupo estruturado segundo as condições históricas e culturais que os cercam. É necessário considerar também o conjunto de valores que orientam e dão sentido às práticas sociais no interior da família, já que ela agrega indivíduos de uma rede de relações que inclui, como toda relação social, uma parte ideal de pensamento, ou se quisermos, de representação (CARNEIRO, 1998, p. 66).

Para a autora a família é um ambiente de reprodução e produção de valores cujos significados ultrapassam a lógica de parentesco e da racionalidade econômica.

A pluriatividade passou a ser vista como uma forte aliada no esforço de resolução dos dilemas comuns à categoria dos agricultores familiares na medida em que se constitui como um dos elementos estratégicos das famílias descapitalizadas e não integrados às cadeias agroindustriais, uma importante alternativa de reprodução social, garantindo a esse contingente uma maior estabilidade diante das incertezas do mundo do trabalho. Estes aspectos poderão ser demonstrados, observados e analisados, nesta pesquisa (ANJOS, 2004), referente ao trabalho dos agricultores familiares, que também exercem a profissão de recicladores na Coopercicla, como será visto no capítulo quatro.

3 "LIXO" – PROBLEMA OU OPORTUNIDADE?

Este capítulo pretende fornecer subsídios para refletir sobre a questão do "lixo" ao longo da história até a atualidade, quando este passa a ser visto não só como um problema, mas como uma possibilidade de inclusão social a partir da oportunidade de geração de trabalho e renda. Pretende-se demonstrar ainda, que os resíduos não são um problema ou uma oportunidade restrita a algumas áreas ou setores da sociedade. Um exemplo é a Coopercicla - Cooperativa de Recicladores Orgânicos e Inorgânicos de Santa Cecília do Sul - que foi criada no meio rural por um grupo de agricultores familiares em busca de uma alternativa de trabalho. Isso demonstra que o mesmo "lixo" que segrega pessoas também une, integra e faz romper com determinadas pré-concepções historicamente construídas. No caso deste estudo, verifica-se que o lixo é, além de uma oportunidade de inclusão social, um elemento que demonstra a integração do rural/urbano à medida que o lixo produzido na cidade é recebido e processado pelo rural, gerando renda neste meio, fato que vem ao encontro das discussões acerca das novas funções do rural, da integração rural e urbano que configuram o que vem sendo denominado de "novas ruralidades ou novo rural."

3.1 Lixo, reciclagem e a sua história

Historicamente as diferentes sociedades no tempo e no espaço, têm uma relação de afastamento e estigmatização com relação aos resíduos por ela produzidos.

O próprio significado da palavra lixo influencia esta estigmatização. O seu significado é derivado do termo latim *lix* que significa cinza. No dicionário, a mesma recebe a definição de sujeira, coisa ou coisas inúteis, sem valor e velhas, ou seja, aquele material que, por razões diversas acaba jogado fora ou descartado. Já na linguagem técnica o seu significado associa-se a resíduos sólidos, compreendendo

os materiais descartados pelas atividades humanas (RODRIGUES e CAVINATTO, 2003).

Segundo Senges (apud GRIPPI, 2006) resíduo provém do termo em latim *residuum*, significando aquilo que resta de qualquer substância. O adjetivo “sólido” foi adicionado posteriormente para distinguir os resíduos dos efluentes líquidos ou gasosos, tornando comum, nos referirmos à palavra lixo como sendo um resíduo sólido.

A NBR 10004/ 2004 traz uma definição mais completa e técnica de resíduos sólidos:

resíduos nos estados sólido e semisólido, que resultam de atividades da comunidade de origem: indústria, doméstica, hospitalar, comercial, agrícola, de serviços e de varrição. Ficam incluídos nesta definição os lodos provenientes de sistemas de tratamento de água, aqueles gerados em equipamentos e instalações de controle de poluição, bem como determinados líquidos cujas particularidades tornem inviável seu lançamento na rede pública de esgotos ou corpos d água, ou exijam para isso soluções técnica e economicamente inviáveis, em face à melhor tecnologia disponível. (RIBEIRO et al, 2009, p. 21)

Outra forma de conceituar lixo é dada por Michaelis como sendo: “aquilo que se varre para tornar limpa uma casa, rua, jardim etc., varredura, restos de cozinha e refugos de toda espécie como latas vazias e embalagens de mantimentos, que ocorrem em uma casa: imundície, sujidade, escória, ralé”. (Michaelis, 1997, p. 120).

Desde a pré-história o lixo foi visto como um problema. Segundo Mattos; Granato, (2006) antigamente muitas comunidades quando incomodadas por causa do seu lixo, migravam para outros locais. Inclusive, os destroços deixados para trás são, atualmente, fontes valiosas de informações e estudos realizados por arqueólogos sobre as culturas pré-históricas.

Segundo Mattos e Granatto:

O lixo surgiu no dia em que os homens passaram a viver em grupo, fixando em determinados lugares e abandonando os hábitos de andar de lugar em lugar à procura de alimentos ou pastoreando rebanhos. A partir daí, processos visando a eliminação do lixo passaram a ser motivo de preocupação, embora as soluções visassem unicamente transferir os resíduos produzidos para locais afastados das aglomerações humanas primitivas. (MATTOS; GRANATTO, 2009, p. 18.)

Com o surgimento das cidades o problema ficou ainda maior. Desde a antiguidade até meados do século XIX, as ruas urbanas acumulavam não só restos de alimentos, como também incrementos de animais e de humanos, o que contribuiu para o surgimento das grandes epidemias e pestes da Idade Média. Os primeiros depósitos de lixo surgiram na Grécia, em Atenas, e embora existissem leis proibindo jogar lixo nas ruas, as pessoas não se importavam, deixando as cidades muito sujas.

No Brasil, em registros de épocas pré-históricas, são encontrados sambaquis⁶ e o lançamento de detritos em locais desabitados a céu aberto ou em córregos ou rios. Há ainda algumas referências na história antiga ao enterramento e ao uso do fogo como método de destruição dos restos inaproveitáveis (MATTOS; GRANATTO, 2009).

No século XIX, com o desenvolvimento dos processos sanitários, reconheceu-se que o lixo e os animais a ele associados (ratos, baratas, moscas etc.) eram transmissores de doenças e de possíveis epidemias. Desta forma, foram tomadas as primeiras providências para que o lixo tivesse outro destino que são as ruas e terrenos baldios. Com o tempo, passou a ser coberto com terra para impedir a proliferação desses animais, numa técnica muito parecida com a dos aterros sanitários⁷ atuais (MATTOS; GRANATTO, 2009).

Em 1929 a quebra da bolsa de valores, determinada pela crise do café, afetou todo o planeta. A partir de então o Brasil passou a assumir um caráter mais nacionalista e industrial, modificando sua política econômica. O presidente Getúlio Vargas divulgou a implantação de indústrias de base diminuindo as importações e estimulando a produção nacional de bens e consumo. O desenvolvimento das indústrias locais foi favorecido pela falta de concorrência externa. Grandes estatais como a Petrobras foram criadas neste período.

No período Kubitschek o nacionalismo da Era Vargas é substituído pelo desenvolvimentismo, criando-se o Plano de Metas que destinava dois terços de seus

⁶ Sambaquis são conhecidos como concheiros, casqueiros, berbigueiros ou até mesmo pelo termo em inglês shell-mountains, são depósitos construídos pelo homem, constituídos por materiais orgânicos, calcários e que, empilhados ao longo do tempo e a ação da interpérie, acabaram por sofrer uma fossilização química.

⁷ Instalação fundamentada em processos e critérios de engenharia para a disposição final de resíduos sólidos urbanos no solo, abrangendo resíduos classificados como residenciais, comerciais, institucionais ou públicos. A disposição é realizada através do confinamento em camadas cobertas com material inerte, geralmente solo, segundo normas operacionais específicas, de modo a evitar danos ou riscos à saúde pública e à segurança, minimizando os impactos ambientais (RODRIGUES e CAVINATTO, 2003).

recursos para incitar o setor de energia e transportes. Através da disponibilidade externa de capital e a determinação dos governos militares de fazer o Brasil uma potência emergente, pesados investimentos foram viabilizados em indústrias de base, infraestrutura, equipamentos de transformação e de bens duráveis entre outros.

Porém, todo este investimento gerou resíduo e sobras, que precisariam de cuidados especiais, preocupação que não ocorreu desde o início do desenvolvimento industrial.

Outro agravante é o fato de que o crescimento das áreas urbanas não foi acompanhado da preocupação com a disposição de locais adequados para depósito e tratamento dos resíduos.

Foi ainda na década de 80 do século passado que a preocupação com os resíduos industriais passou a ser uma preocupação quando foi instaurada uma legislação específica que tinha a finalidade de restaurar os grandes lixões de resíduos dos Estados Unidos.

Nos países europeus e no Japão, mesmo com a boa qualidade de vida, há uma significativa preocupação com relação à recuperação e o reaproveitamento energético. A dificuldade de geração de energia, devida aos escassos recursos disponíveis e aliada a um alto consumo energético favorece a estratégia de reciclagem dos materiais e seu aproveitamento térmico (RIBEIRO; MORELLI, 2009).

Ao buscarmos conhecer a história da reciclagem, nos deparamos com a história dos principais materiais recicláveis. Com relação ao papel encontramos que:

A reciclagem de fibras secundárias do papel é tão antiga quanto sua própria descoberta no ano 105 d.C. Desde aquela época, papéis usados eram convertidos em polpa para gerar papel novamente, em menor qualidade, claro, mas de excelente economia para os padrões da época (GRIPPI, 2006, p. 11).

O primeiro plástico foi produzido em 1862, tornando-se rapidamente um dos maiores fenômenos da era industrial por garantir durabilidade e leveza. Porém, logo se tornou alvo de críticas em função de que em sua maioria não é biodegradável (GRIPPI, 2006).

As latas de alumínio surgiram nos Estados Unidos em 1963. No Brasil surgiu com o crescimento siderúrgico, em 1945, com o início de produção da Companhia Siderúrgica Nacional em Volta Redonda – RJ (GRIPPI, 2006).

Com relação ao vidro, existe uma lenda de que o mesmo foi descoberto ocasionalmente há aproximadamente 4 mil anos por navegadores fenícios. A lenda diz que "ao fazerem uma fogueira na praia, com a areia, o salite e o calcário surgiu o vidro" (GRIPPI, 2006, p. 13). A coleta seletiva do vidro iniciou na década de 1960, apesar da indústria vidreira ter se desenvolvido rapidamente.

Atualmente quanto à classificação dos resíduos, observa-se que existem diversas formas de classificar os diversos tipos de resíduos sólidos existentes. Algumas delas são conflitantes, porém a maioria caminha para o senso comum, sofrendo poucas alterações em decorrência de conceitos próprios de autores diversos. As classificações mais usuais são: secos, molhados, orgânicos e inorgânicos.

Com relação a origem dos resíduos, as informações e detalhes técnicos estão contidos na NBR - 10004 da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas. A norma trata da classificação de uma forma ampla, dividindo-os em perigosos, não-perigosos, não-inertes e inertes, classes I, II e IIb, simultaneamente.

De acordo com Grippi (2009) sob uma forma mais usual e específica de gerenciamento do lixo é mais didático classificá-lo da seguinte forma: lixo hospitalar, lixo comercial, lixo público, lixo especial, lixo industrial e lixo agrícola.

3.2 Resíduos: os problemas e impactos para a sociedade

A questão do lixo hoje é um dos grandes problemas a serem enfrentados, principalmente, nos países subdesenvolvidos. É importante ter claro que a questão está diretamente ligada ao modelo de desenvolvimento que vivemos, vinculada ao incentivo do consumo, pois muitas vezes adquirimos coisas que não são necessárias, e tudo que consumimos produz impactos. Nas décadas anteriores a quantidade de lixo gerada era muito inferior à atual. A população aumentou, a globalização se encontra em um estágio avançado, além disso, as inovações tecnológicas no setor dos meios de comunicação promoveram a disseminação de mercadorias em nível mundial.

Piva (2008) se posiciona referindo que o homem, desde sua origem, sempre interagiu com a natureza retirando os recursos naturais necessários para sua

sobrevivência e rejeitando as matérias usadas, porém enfatiza que a intensidade e a velocidade dos impactos variaram no decorrer da história, de acordo com as transformações culturais. Após a Revolução Industrial, período fundamental para a consagração da economia capitalista pautada na lógica do crescimento ilimitado da produção e do consumo, a capacidade da humanidade de intervir na natureza dá um salto enorme e, até hoje, continua aumentando de tal forma que não respeita os limites ambientais globais, inclusive em relação à capacidade do planeta de absorver os resíduos sólidos produzidos. De acordo com a autora, "a sociedade atualmente vive uma intensa crise ambiental e necessita reformular os padrões socioeconômicos, institucionais e culturais que possibilitem promover o desenvolvimento de uma sociedade sustentável" (PIVA, 2008, p. 23).

A questão do consumo e as suas consequências tem sido refletida, especialmente quando se trata da questão do descarte. Determinados autores, entre eles Bauman (2008), entendem que o consumo é a marca mais ressaltante da sociedade contemporânea. Segundo este autor o centro da ética que orienta a vida da sociedade de consumo se exprime nas experiências de "evitar estar satisfeito". O comando gerencial da vida, difundida na sociedade de consumidores, pode ser expressa na direção "compre, desfrute, jogue fora". O mesmo autor refere que na sociedade de consumidores é evidente que a forma mais utilizada para enfrentar a insatisfação é o descarte dos objetos que a causaram. Nesta direção o autor faz a seguinte colocação referindo que a sociedade de consumidores

desvaloriza a durabilidade, igualando "velho" a defasado", impróprio para continuar sendo utilizado e destinado à lata de lixo.[...] Não se espera dos consumidores que jurem lealdade aos objetos que obtêm como intenção de consumir.(BAUMAN, 2008. p.31).

Outra tese que tem sido relacionada ao consumismo se refere a sociedade de risco. Esta prega que existem riscos que atualmente temos experiência, entre eles os riscos ambientais, que são resultado das decisões e atitudes baseadas nas oportunidades de ganhos econômicos fundados na ciência e na tecnologia. Estes são, assim, derivados da riqueza e do consumo ligados ao desenvolvimento tecnológico e industrial (BECK, 1997).

Percebe-se que ao refletir sobre a questão do lixo não se pode mais pensá-la somente como um problema ambiental, mas como um dos grandes problemas de

caráter sócio-ambiental, relacionado aos fatores econômicos e culturais. Enquanto problema sócio-ambiental se pode citar fatos recentes como as enchentes em alguns estados do país que em meio às chuvas em acesso têm seu escoamento comprometido pelos bueiros entupidos pelo lixo disposto de forma inadequada. Como resultado ocorre alagamentos que geram as mais variadas consequências sociais para inúmeras famílias, normalmente estas são já são vulneráveis socialmente por residirem em locais de risco.

Ribeiro et al (2009, p. 18) aponta como impactos socioambientais decorrentes da disposição inadequada dos resíduos sólidos:

a degradação do solo, o comprometimento dos corpos d água e mananciais, a contribuição para a poluição do ar; a proliferação de vetores de importância sanitária nos centros urbanos; e a catação de lixo em condições insalubres nos logradouros públicos e nas áreas de disposição final. (RIBEIRO et al, 2009, p. 18)

Além disso, o autor complementa referindo que um dos maiores problemas está em cidades demasiadamente urbanizadas em que há falta de locais apropriados para dispor os resíduos adequadamente.

O Brasil produz uma média de 61 milhões de toneladas dos mais variados tipos de resíduos por ano. São produzidas cerca de 170 mil toneladas de resíduos a cada dia. Uma média de 61 toneladas do lixo coletado no Brasil tem destinação inadequada, de acordo com informações da Albrepe - Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (Abrelpe, 2007).

No Brasil, cerca de 50% dos municípios ainda destinam os seus resíduos em áreas a céu aberto sem nenhum preparo para receber estes dejetos. Uma análise comparativa dos dados da Pesquisa Nacional de Saneamento Básico (PNSB) de 1989 e de 2000 demonstra que o percentual de resíduos com destinação final adequada no país na época cresceu de 28,8% para 40, 5%. Nesse período, cerca de 60% do que foi coletado ainda era destinado de forma inadequada aos lixões a céu aberto, aterros controlados ou lançado em corpos d água (IBGE, 2002).

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (IBGE, 2004) 15,2% dos domicílios não contavam com coleta de lixo em 2003, sendo que o percentual de domicílios atendidos passou em 2005 para 85,8 e 86,6 em 2006, de um total de 54,6 milhões de moradias particulares. No entanto, um universo de 7,3 milhões de moradia ainda não contava com o serviço (IBGE, 2004).

A análise realizada por regiões demonstrou que no Nordeste 72,8% dos domicílios tinham o lixo coletado, sendo que esta região foi a que apresentou maior índice. Gradualmente, o número subiu no Norte (76,0%), no Centro-Oeste 87,8%, no Sul 89,4% e no Sudeste 94,9% (IBGE, 2004).

Com relação a existência de programas de coleta seletiva de materiais recicláveis, em 2000, dos 5.507 municípios brasileiros apenas 451 contavam com programas dessa natureza (IBGE, 2004).

Acredita-se que atualmente este quadro já tenha sido superado ao menos em partes a partir da ampliação das discussões acerca da necessidade de dar destinação correta aos resíduos produzidos a partir da noção de gestão integrada de resíduos sólidos, que é definida pela Organização Pan- americana de Saúde como (OPAS, 2005 apud RIBEIRO et al., 2009, p. 20):

Um conjunto articulado e inter-relacionado de ações: normativas; operacionais e financeiras; de planejamento; administrativas; sociais; de monitoramento, supervisão e avaliação. Essas ações comporiam a administração dos resíduos desde a sua geração até a sua disposição final, a fim de se obter benefícios ambientais, otimização econômica e aceitação social. Além disso, a gestão integrada deve responder às peculiaridades locais e regionais.(OPAS, 2005 apud RIBEIRO et al, 2009, p. 20):

Observa-se a partir do conceito acima que a gestão integrada conglomerava vários elementos que abrangem as áreas de saúde, educação, meio ambiente, participação social, promoção de direitos e geração de emprego e renda, conforme será apresentado no próximo item deste capítulo que buscará apresentar o lixo não só como um problema, mas como uma possibilidade de inclusão social.

3.3 As possibilidades a partir do "lixo"

A partir do quadro acima exposto acerca da questão dos resíduos O enfrentamento desta realidade segundo Ribeiro *et al.* (2009, p. 34) "passa necessariamente pela mudança dos padrões de consumo, mas também pela coleta diferenciada e recuperação de todos os tipos de resíduos sólidos, transformando-os em matéria prima para a produção de novos produtos".

Na década de 90 foram acionadas novas prioridades na gestão de resíduos sólidos no Brasil. A Conferencia Rio 92 e a consolidação dos compromissos assumidos através da Agenda 21 foram de fundamental importância para disparar o processo de atenção e preocupação com a gestão dos resíduos sólidos no país. A redução e a produção de resíduos na fonte geradora e o envio aos aterros e lixões, por meio da implantação de programas de coleta seletiva, bem como o desenvolvimento de atividades de educação ambiental passou a fazer parte das bandeiras dos movimentos sociais e do setor público. É a partir desta década que surge uma forma de coleta seletiva nas quais os poderes públicos dos municípios estabelecem parceria com cooperativas ou associações de catadores. Segundo Ribeiro *et al.* (2009, p. 11) "após quase duas décadas, constata-se que estes programas multiplicaram-se pelo país e se tornaram um modelo de política pública de resíduos sólidos, com inclusão social e geração de trabalho para população de baixa renda".

A mesma autora refere que são inúmeros os motivos que contribuíram para esta nova realidade, sendo que um dos principais foi o retorno das eleições diretas na década de 80 quando se abriu espaço para novas propostas de gestão municipal, firmadas na valorização da participação e mobilização social, na inclusão de temas socioambientais, assim como no reconhecimento dos catadores ou coletores como um dos atores centrais de um programa compartilhado de gestão dos resíduos. A exemplo do que afirma a autora, em 2000 é criado o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis, e um dos principais resultados da mobilização deste movimento foi que a atividade de catação foi reconhecida pelo Ministério do Trabalho e incorporada ao Código Brasileiro de Ocupações.

São inúmeras as experiências nos diversos estados do país no qual os modelos de parceria adotados variam conforme as diferentes realidades locais. Normalmente, as parcerias com os grupos organizados têm ocorrido através da cedência de imóveis, equipamentos (prensas, enfardadeiras, esteiras) pelo poder público para a instalação de galpões para a realização da triagem dos resíduos coletados. Essas parcerias com as organizações (associações ou cooperativas) abarcam grupos variados, constituídos por catadores de rua, ex-catadores de lixões, desempregados e associações organizadas de bairros ou moradores. A remuneração dos trabalhadores organizados tem ocorrido, em geral, de modo

igualitário ou por produção, através da renda obtida com a venda do material reciclável coletado (RIBEIRO, 2009).

Os modelos de coleta dos materiais recicláveis encaminhados para estas centrais de triagem também variam, podendo ser realizadas pelas prefeituras em parceria com a organização de catadores, exclusivamente por catadores ou exclusivamente pelas prefeituras. O sistema de recolhimento também pode variar podendo ser porta a porta em dias diferentes da coleta regular do lixo comum ou então são utilizados os sistemas de entrega voluntária entre outros.

A parceria estabelecida entre os programas de coleta seletiva e as organizações de grupos organizados traz uma série de benefícios, principalmente com relação aos aspectos sociais de famílias de baixa renda que encontram na atividade com o "lixo" uma alternativa de renda e sobrevivência. Segundo Ribeiro *et al.* (2009, p. 34), em primeiro lugar o benefício desta parceria relaciona-se a:

A valorização do trabalho do catador, promovendo a cidadania e a inclusão social. Em muitas cidades, os programas retiraram adultos e crianças dos lixões que serviam não apenas como fonte de materiais recicláveis, mas também como fonte de alimento e mesmo de automedicação.

Além deste aspecto social, outro benefício importante refere-se a garantia da maior quantidade e de melhor qualidade do material reciclável, aumentando as oportunidades de venda direta as indústrias por melhores preços.

Apesar dos inúmeros benefícios há que se apontar que existem também muitos desafios que podem comprometer a sustentabilidade e os grupos organizados que trabalham em parceria com as prefeituras. A valorização do mercado de recicláveis atraiu uma série de atores novos a procura destes materiais, ou seja, assim como ampliou o interesse dos excluídos aumentou o número de empresários que passaram a enxergar no lixo uma importante oportunidade de negócio. Assim, se os grupos vulneráveis não estiverem suficientemente organizados correm o risco de serem explorados pelo o que tem sido denominado de atravessador, que é aquele que dispõe de condições para comprar os resíduos e comercializar diretamente com a indústria.

Já através do trabalho associativo ou cooperativo, baseados nos princípios da economia solidária há a possibilidade de realizar compras em comum a preços

menores e vendas em comum a preços maiores, além de ser uma oportunidade de resgate da dignidade humana e de desenvolvimento (SINGER, 2002).

Ribeiro *et al.* (2009, p. 13) faz a seguinte reflexão ao refletir o papel e a importância da sociedade civil a partir da perspectiva da cooperação.

A sociedade civil tem desenvolvido e multiplicado práticas que reforçam a autonomia e a legitimidade de atores sociais que atuam articuladamente numa perspectiva de cooperação, como é o caso de comunidades locais, ONGs e empresariado. Isso tem representado, em muitos casos, a possibilidade de mudar as práticas prevalecentes, rompendo com as lógicas da tutela e da regulação, definindo novas relações baseadas na negociação, na contratualidade e na gestão conjunta de programas e atividades. Essas novas práticas introduzem significados diferenciados nos processos de formulação e implementação de políticas sociais (RIBEIRO *et al.*, 2009, p. 13).

A Coopericla que será apresentada nos próximos capítulos é um exemplo onde determinados sujeitos de uma comunidade local encontram a possibilidade de legitimar através da organização cooperada novas relações baseadas da negociação e introdução de uma prática de gestão compartilhada na medida em que a cooperativa negocia com a prefeitura a gestão dos resíduos dos municípios. São práticas que acabam "pressionando" ou impulsionando novos processos de implementação de políticas sociais públicas com a participação da sociedade civil.

A modificação de relação da sociedade atual com os resíduos sólidos é essencial nos esforços da busca da sustentabilidade, pois "todos tem direito ao ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações". (Artigo 225 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988).

4 O PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA

Este capítulo apresenta o percurso metodológico da pesquisa, através da apresentação do método e do planejamento da mesma, além dos procedimentos técnicos utilizados e sua operacionalização.

4.1 Caracterização e tipo de pesquisa

Pesquisa, segundo Minayo (2007), é atividade fundamental das ciências na sua indagação e descoberta da realidade, é atitude teórica e prática de busca constante que define o processo como inacabado e permanente. A pesquisa realizada nesta dissertação caracteriza-se como qualitativa⁸ do tipo descritiva.

Segundo Prates (2003), a pesquisa qualitativa busca aprofundar a análise e não apenas conhecer os fatos de forma sumária. Trabalha basicamente com a experiência social dos sujeitos expressa no seu cotidiano, considerando a expressão de sua cultura, incluindo modo de vida, significados atribuídos, valores, sentimentos, linguagem, representações e práticas sociais.

Quanto ao tipo, optou-se pela pesquisa descritiva em função de que esta tem por objetivo básico descrever as características de determinada população ou fenômeno e estabelecer possíveis relações entre variáveis. Além disso, este tipo de pesquisa é comumente realizado por pesquisadores da área social (GIL, 1994).

Cabe ressaltar que as pesquisas e estudos descritivos também podem ser denominados de estudo de caso. Gil (1994) descreve um estudo de caso como sendo um estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento. Nesse sentido, a Cooperativa de Recicladores Orgânicos e Inorgânicos de Santa Cecília do Sul é o caso escolhido por esta pesquisa.

⁸ Estas pesquisas compreendem a utilização de ambas as naturezas, quantitativa e qualitativa (GIL, 1994). No caso desta pesquisa de dissertação como a mesma através dos seus objetivos busca principalmente as significações, o sentido e as interpretações dos sujeitos e de suas histórias o enfoque qualitativo é o mais significativo.

A escolha por este caso é relacionada ao envolvimento profissional da pesquisadora com projetos de extensão universitária, voltados à geração de trabalho e renda por meio da reciclagem de resíduos sólidos. No entanto, estas experiências ocorrem no meio urbano e com trabalhadores (catadores) que vivem neste meio. A pesquisa na Coopercicla apresentou-se como uma oportunidade de aprofundar o tema, porém, num outro contexto; ou seja, no meio rural e com agricultores familiares que, assim como os trabalhadores do meio urbano, enxergaram no "lixo" uma oportunidade de trabalho e geração de renda. Além disso, não se tem conhecimento de outra iniciativa no meio rural de organização para o trabalho neste ramo de atividade.

4.2 Local da pesquisa

A pesquisa foi realizada na Cooperativa dos Recicladores de Resíduos Orgânicos e Inorgânicos - Coopercicla, no município de Santa Cecília do Sul, estado do Rio Grande do Sul, localizada no distrito denominado Vista Alegre, situado na zona rural a 7 quilômetros da sede do município.

4.3 População e seleção dos sujeitos

Num universo de 113 associados da Coopercicla, foram selecionados, para participar da pesquisa, onze agricultores familiares, residentes no meio rural em que pelo menos um membro do grupo familiar exerce atividade de trabalho regularmente na usina de reciclagem e na agricultura.

Foram excluídos do estudo aqueles que são agricultores familiares associados a cooperativa, porém não trabalham cotidianamente na mesma e ainda aqueles agricultores que estão trabalhando na usina há menos de um ano.

Nas famílias em que havia mais de um membro do grupo familiar trabalhando na cooperativa, apenas um familiar foi entrevistado, sendo que nestes casos, se priorizou o que exerce função de chefe da família.

4.4 Fases da pesquisa, técnicas e instrumentos

A pesquisa foi realizada em quatro fases. Na primeira, buscou-se analisar as bibliografias existentes e artigos científicos relacionados ao tema, buscando um maior aprofundamento e ampliação dos conhecimentos, posicionamento dos diferentes autores e uma possível correlação com as questões da pesquisa, buscando uma análise crítica para melhor contextualização. Ressalta-se que esta fase estreou anteriormente ao início do processo de escrita da dissertação, ou seja, a busca por bibliografias, leitura e por alguns conceitos já ocorreu no momento em que o projeto de pesquisa começou a ser delineado e as etapas da pesquisa foram planejadas.

Nesta etapa, antes da pesquisa de campo foi realizado um levantamento de dados secundários junto a *sites* eletrônicos da Prefeitura Municipal de Santa Cecília do Sul, buscando compreender a realidade deste município, bem como do contexto nos aspectos socioeconômicos e cultural que cercava a localidade na qual a Coopercicla está inserida. Também foram realizados contatos telefônicos com a diretoria da cooperativa e uma visita a fim de iniciar uma aproximação com o objeto empírico da pesquisa. Além disso, na ocasião desta visita foi disponibilizada a pesquisadora materiais impressos da Cooperativa, tais como: Regimento Interno da mesma, projetos enviados para instituições de fomento para captar recursos financeiros para a cooperativa, modelo de fichas de cadastro, entre outros. Esta fase que antecedeu a realização das entrevistas proporcionou o conhecimento necessário para a elaboração do formulário de coleta de dados (Apêndice A).

A segunda fase se caracterizou pela realização da pesquisa de campo⁹ que teve como propósito focar nas relações dos sujeitos da pesquisa com o trabalho que exercem junto a usina de reciclagem – Coopercicla.

A terceira fase se caracterizou pela sistematização e análise dos dados; e a última fase, pela organização e conexão das partes da pesquisa que finalmente resultaram nesta dissertação.

Na fase da realização da pesquisa de campo foram realizadas as entrevistas com os agricultores familiares trabalhadores da Coopercicla, num total de onze. As

⁹ Ressalta-se que se buscou atender a todos os aspectos éticos atinentes a um processo de pesquisa. Sendo assim, o projeto de pesquisa e os instrumentos de coleta de dados foram submetidos para avaliação no Comitê de Ética em Pesquisa.

entrevistas foram realizadas entre os dias 17 a 20 de agosto do ano de 2010 na sede da cooperativa.

Na ocasião da primeira visita à Coopercicla os sujeitos já haviam sido informados sobre a finalidade do estudo. No entanto, nos dias em que as entrevistas foram realizadas os objetivos e procedimentos foram expostos novamente de forma individualizada junto com a leitura e assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido (Apêndice B).

As entrevistas tiveram uma média de duração de 45 minutos a 1 hora e foram baseadas em um roteiro semiestruturado, com perguntas referentes aos fatores socioeconômicos (renda, idade, escolaridade, etc.), questões relacionadas aos motivos que levaram ao trabalho na cooperativa, aspectos positivos e negativos do trabalho pluriativo e questões referentes as especificidades da atividade realizada junto a cooperativa - a reciclagem de materiais orgânicos e inorgânicos. Segundo TRIVIÑOS (1987), a entrevista com roteiro semiestruturado é aquela que parte de determinados questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa, e que oferecem amplo campo de interrogativas, frutos de novas suposições à medida que vão surgindo as respostas do informante que, seguindo a linha do seu pensamento e experiências dentro do foco principal colocado pelo investigador, começa a participar na elaboração do conteúdo da pesquisa.

Todas as entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas. Também foram registradas imagens através do recurso fotográfico.

Os dados quantitativos foram objeto de tratamento estatístico, alguns foram representados por meio de gráficos, conforme a relevância das informações que representam.

Cabe ressaltar que a etapa da sistematização dos dados foi orientada pela análise das narrativas dos sujeitos da pesquisa.

A socialização dos resultados da pesquisa realizou-se através da elaboração da dissertação, ocorrerá também através da participação em eventos e seminários de pesquisa, com a publicação de artigos, além da sua devolução à Cooperativa de Recicladores Orgânicos e Inorgânicos de Santa Cecília do Sul através da disponibilização de uma cópia.



Figura 1 – Entrevistas realizadas com os agricultores no momento da coleta de dados da pesquisa

Fonte: Entrevistas com os agricultores familiares trabalhadores da Coopercicla.

5 O CONTEXTO LOCAL E AS CARACTERÍSTICAS DO TRABALHO PLURIATIVO DESENVOLVIDO PELOS AGRICULTORES FAMILIARES

Neste capítulo inicia-se a exposição dos dados da pesquisa de campo, buscando, inicialmente, apresentar informações sobre o município de Santa Cecília do Sul e do distrito de Vista Alegre, a fim de situar o contexto em que a Cooperativa de Recicladores é criada e posteriormente desenvolvida. Logo, são apresentados dados que formatam o perfil dos agricultores, o sentido, as características, as motivações e os impactos do trabalho pluriativo para os mesmos e suas famílias.

5.1 O município de Santa Cecília do Sul

O município de Santa Cecília do Sul está localizado no nordeste rio-grandense e faz parte da microrregião de Erechim. Abrange uma área de 195km² na região Planalto do estado, fazendo divisa com os municípios de Tapejara, Água Santa, Ibiaçá e Caseiros.

O mesmo foi emancipado em 16 de abril de 1996 e criado através da Lei nº 10.763, juntamente com outros 30 novos municípios do Estado. Anteriormente, Santa Cecília¹⁰ fazia parte do município de Tapejara que por sua vez também era uma área de terras que havia pertencido ao município de Passo Fundo, antes de sua emancipação, quando ainda se chamava Sede Teixeira.

O processo de emancipação foi marcado por inúmeras dificuldades e sua consolidação ocorreu somente após várias reuniões na comunidade com o governo do Estado, ações judiciais de impedimento da emancipação e inúmeros levantamentos socioeconômicos por iniciativa da própria comunidade, que pretendia demonstrar as condições favoráveis do município para a referida emancipação política. Segundo relato dos moradores, não havia, na época, consenso entre os

¹⁰ Foi no ano de 1957 que Santa Cecília passou a ser distrito de Tapejara.

membros da comunidade quanto às conveniências da emancipação, o que tornou necessária a realização de um plebiscito, o qual finalmente revelou o desejo favorável de mais de 85% da população pela emancipação. Entretanto, ainda hoje existem moradores que consideram que o município se emancipou sem possuir as condições para tal.

A população da cidade é de 1.655 moradores, sendo que apenas 29% dessa população residem em área considerada urbana (480 indivíduos). (Fonte). Trata-se de um município de colonização predominantemente italiana.

A área total de estabelecimentos agropecuários com lavouras permanentes e temporárias é de 8.600 hectares. Os estabelecimentos agropecuários com pastagens naturais e plantadas ocupam 2.450 hectares, os estabelecimentos com matas naturais consistem em 7.200 hectares e a área total dos estabelecimentos agropecuários com lavoura em descanso e terras produtivas não utilizadas é de 850 hectares. A maioria das propriedades possui em média de 10 a 20 hectares (SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, 2011).

A produção se baseia principalmente no milho, soja, feijão, gado de leite e avicultura representando 70% da renda gerada. Os outros 30% estão distribuídos nos setores do comércio, prestação de serviços e indústria. A prefeitura disponibiliza diariamente transporte para os trabalhadores se deslocarem do interior do município para trabalhar nas indústrias e lojas no município de Tapejara. Um dos ramos da agricultura que mais se destaca no município é a avicultura. (SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, 2011).

A Prefeitura de Santa Cecília do Sul dispõe de dois tratores que são cedidos aos agricultores pelo período de vinte horas para o plantio das lavouras nas safras de verão e de inverno. Se as vinte horas não forem suficientes, o agricultor paga o equivalente a 50% dos custos da utilização do trator nas horas adicionais.

O município conta com os distritos de Santo Antônio e de Vista Alegre, onde se localiza a Coopericla.



Figura 2 - Localização do município de Santa Cecília do Sul no Rio Grande do Sul

Fonte: Wikipédia – Santa Cecília do Sul (2012).

5.1.2 O distrito de Vista Alegre

O distrito de Vista Alegre está localizado na zona rural, a sete quilômetros da cidade. A área total correspondente a este distrito é de 800 hectares, sendo 600 agriculturáveis e 125 de mata. No distrito residem 50 famílias, sendo 42 beneficiárias do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), o que dá indicativos que os agricultores da localidade são predominantemente familiares. O principal produto cultivado é a soja, seguido do milho, trigo e pastagem, além de muitas famílias desenvolverem atividades leiteiras. O distrito conta com a existência de uma igreja, um salão comunitário e uma escola. Através da observação do seu entorno é possível ver que as propriedades são próximas, existem muitas residências de alvenaria, porém ainda podem ser encontradas casas de madeira. As vias de acesso são formadas por estradas de terra em boas condições para trafegar. Os moradores contam com transporte público (ônibus) do município que faz o transporte dos estudantes e também dos trabalhadores que exercem suas atividades na área urbana.

5.2 A Cooperativa de Recicladores Orgânicos e Inorgânicos de Santa Cecília do Sul

A Coopericla está situada no distrito de Vista Alegre, no município de Santa Cecília do Sul. Embora tenha sido constituída em 2003, a forma de trabalho coletivo que a caracteriza remonta a anos anteriores. Em 1991, um grupo de oito famílias de pequenos agricultores constituiu uma associação na forma de Condomínio Rural, objetivando evitar o êxodo rural e dar sustentabilidade, principalmente financeira, a essas famílias. O grupo buscava uma possibilidade para utilizar a força de trabalho disponível, procurando evitar que membros das famílias migrassem para outros locais. Segundo relato dos dirigentes da atual cooperativa, o grupo buscou inicialmente diversas alternativas, dentre as quais a produção e comercialização de produtos coloniais, tais como bolachas, salames, geleias entre outras. Porém, diante das inúmeras dificuldades enfrentadas, as pessoas passaram a buscar outras possibilidades de negócio para a associação quando então, em 1997 surgiu junto ao poder público municipal e outras instituições da região a ideia de reciclar resíduos orgânicos e inorgânicos. Para tanto, buscaram informações e os procedimentos necessários para ingressar no segmento da reciclagem.

Em 1998 o grupo encaminhou um projeto para Fundação Mauricio Sirotski, tendo sido atendido com a disponibilização de um galpão para reciclagem. Entre 2001 e 2002, um consórcio de prefeituras viabilizou a constituição de uma central de triagem com equipamentos para operacionalização. Inicialmente com 12 pessoas trabalhando o grupo foi crescendo e a cooperativa se consolidou naturalmente, favorecida pelo espírito empreendedor e de cooperação das pessoas. Segue o relato de um dos entrevistados sobre o processo que resultou na criação da Coopericla:

Em 1991 foi criada a associação dos agricultores onde tínhamos uma área que era arrendada para a associação, onde fazíamos o trabalho coletivo de soja, milho, feijão, trigo. Infelizmente, na época, tivemos um período de seca, as terras não eram corrigidas. Adquirimos um trator coletivo que estragou e nos deu um custo muito alto, tivemos que reforma-lo, e mais a seca que deu, inviabilizou o trabalho coletivo. Sendo assim, naquela época todos os associados disponibilizaram um patrimônio para quitar a dívida, todos nós nos desfizemos de alguma coisa, porque as dívidas precisavam ser pagas coletivamente. A partir de 2007, precisávamos de uma alternativa

para permanecer no meio rural e não ir para a cidade. Então surgiu a ideia de trabalhar com o lixo e, com a nossa necessidade e a demanda que tinha o município de Tapejara, “abraçamos” a causa e fomos felizes. Foram apresentadas à Fepam três áreas para serem feitas a análise e é esta a área atual hoje que foi aprovada por eles e adquirida pela prefeitura em 2006. Em 2007, quando assumimos tinha-se que fazer alguns trabalhos de recuperação e implantação das lagoas, dos piezômetros; e arcamos com os custos e havia uma outra empresa interessada e quando soubemos, já estava quase se perdendo, e daí interveio a câmara de vereadores de Santa Cecília que deu uma força muito forte pra nós. (ENTREVISTADO, F)

Atualmente a cooperativa conta com 113 associados, sendo que 68 estão em plena atividade, entre os quais 36 são homens e 32 são mulheres, todos provenientes das cidades de Tapejara e Santa Cecília do Sul (PROJETO COOPERCICLA, 2010).

A cooperativa tem como objetivos: congregar integrantes da atividade de reciclagem de resíduos orgânicos e inorgânicos, coletores, selecionadores de materiais recicláveis, buscando sua defesa econômica e social; criar condições para o exercício das atividades a que se propõem e aprimorar a prestação de serviços dos associados; coletar, separar, processar, armazenar e comercializar materiais recicláveis (PROJETO COOPERCICLA, 2010).

Atualmente a Coopercicla processa os resíduos de oito municípios da região, fazendo também o recolhimento e a coleta seletiva em três deles (Tapejara, Charrua e Ibiaçá), inclusive na área rural e numa reserva indígena, mediante contratos com as prefeituras. Com a reciclagem e a compostagem, a cooperativa reaproveita 88% de todo o resíduo que chega à triagem, 350 toneladas mensais, um índice considerado excelente pelos especialistas. O rejeito – o que não pode ser aproveitado – é encaminhado para um aterro sanitário próprio, ao lado da sede.

O Estatuto Social é que rege a Coopercicla e também um regimento interno próprio. Dentre as exigências para fazer parte da cooperativa está a necessidade de demonstrar conhecimento sobre os princípios e doutrina do cooperativismo. Caso o interessado não apresente tal conhecimento, deverá frequentar um curso de capacitação básica relacionado ao tema (REGIMENTO INTERNO, 2010).

A cooperativa conta com alguns fundos, destinados a gratificações e benefícios para os associados. O Fundo de Amparo ao Cooperado é constituído por 3% do valor da produção mensal, deduzido do associado, acrescido do mesmo valor correspondente a ser depositado pela cooperativa em nome do mesmo. Este fundo só pode ser utilizado pelo associado quando este se desligar da cooperativa, à

semelhança do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) dos trabalhadores contratados via Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). O outro fundo, denominado de Fundo Anual de Descanso, é composto por 3% do valor da produção mensal deduzido do associado, acrescido de mesmo valor correspondente a ser depositado pela Coopercicla em nome de cooperado. O associado tem direito a resgatar o valor após a cada período de doze meses de contribuição, além de gozar de quinze dias de descanso por ano (REGIMENTO INTERNO, 2010).



Figura 3 - Área externa da Cooperativa

Fonte: Pesquisa de campo



Figura 4 - Área externa da Cooperativa

Fonte: Pesquisa de campo

5.3 O perfil socioeconômico das famílias dos trabalhadores

Para traçar o perfil dos trabalhadores pluriativos, serão descritos e analisados nesta seção dados que caracterizam tanto o agricultor quanto sua família. Para isto, as variáveis utilizadas serão: sexo dos entrevistados, composição familiar, idade, grau de escolaridade, renda familiar e envolvimento dos membros familiares com atividades fora da agricultura.

Dentre os onze trabalhadores, sete são do sexo masculino, o que corrobora com dados gerais de que apesar da evolução quanto a inserção do gênero feminino no mercado de trabalho ainda prevalece o sexo masculino. No caso desta pesquisa, é possível associar este dado ao meio rural, que apesar de ter sofrido alterações como as apresentadas ao longo deste trabalho, ainda guarda traços conservadores quanto aos papéis sociais historicamente construídos, os quais sempre preservaram as diferenças de responsabilidades quanto ao trabalho e ao sustento da família como atribuição do homem, em conformidade com o velho jargão popular segundo o qual “o lugar da mulher é em casa.” Na divisão sexual do trabalho, às mulheres são incumbidas as tarefas domésticas e aos homens as produtivas, porém, na prática as mulheres sempre estiveram tanto na dimensão da reprodução quanto na esfera da produção, enquanto os homens, na sua maioria mantiveram-se exclusivamente na esfera da produção (ÁVILA, 2002).

Apesar das ressalvas feitas, considera-se o dado referente ao sexo dos trabalhadores relevante, pois mesmo estando em minoria, as mulheres pluriativas deixaram evidenciar durante as entrevistas que para elas a oportunidade de trabalho fora da agricultura é muito mais significativa, conforme poderá ser demonstrado mais adiante.

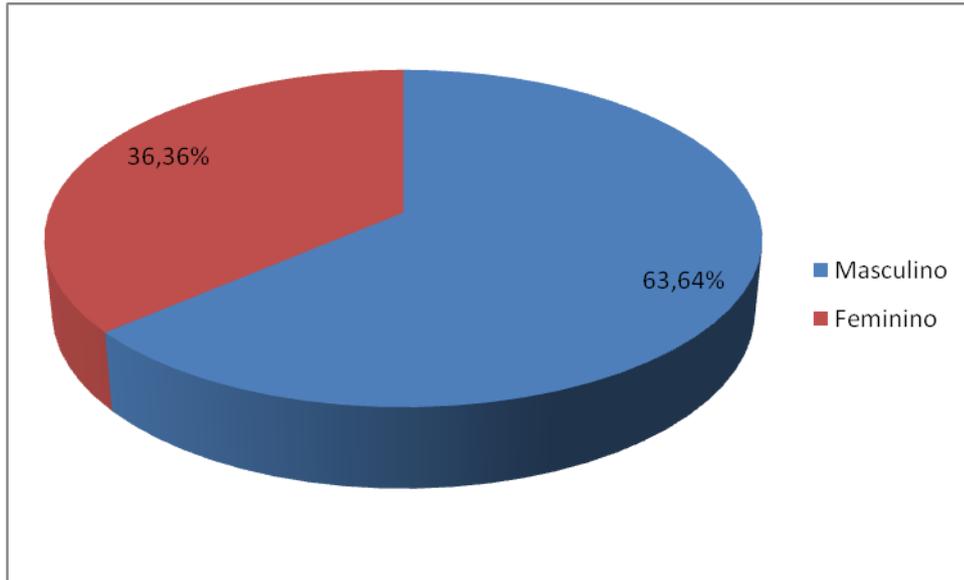


Gráfico 1 – Sexo dos trabalhadores pluriativos entrevistados

Fonte: Pesquisa de campo

As famílias são compostas, em sua maioria, por quatro a cinco pessoas, sendo normalmente o casal e os filhos. Em três famílias, além dos filhos, residem com os pais ou sogros. Cabe ressaltar que apenas duas famílias eram compostas por duas pessoas, sendo uma pelo casal e a outra pelo filho (trabalhador pluriativo) e pelo pai, viúvo e aposentado.

Considera-se pertinente assinalar que, apesar de apenas duas famílias terem na composição a presença dos pais ou sogros, foi possível observar durante as entrevistas que muitas já haviam tido estes em sua composição familiar e que a alteração ocorreu principalmente por motivo de óbito dos mais velhos. A presença das relações entre filhos e pais, genros e sogros vem ao encontro de uma das principais características da agricultura familiar, ou seja, de que na mesma a gestão da propriedade, as responsabilidades e os saberes relativos à atividade agrícola são transmitidos nas famílias pelas diferentes gerações. Ressalta-se que, ainda que tais relações tenham estado presentes entre os participantes da pesquisa, sabe-se que atualmente ocorrem dificuldades de sucessão e reprodução na agricultura.

O fato da maioria das famílias ser composta por cinco ou seis pessoas pode estar sugerindo que a pluriatividade esteja associada à composição familiar, ou seja, famílias maiores têm mais condições de dar conta ou dividir as atividades de trabalho por dispor de um estoque maior de mão de obra. Além disso, são maiores

as possibilidades de alguns membros se dedicarem a apenas uma atividade, seja ela na agricultura ou fora da mesma.

Com relação à idade dos trabalhadores pluriativos entrevistados, conforme demonstrado abaixo, verifica-se a predominância daqueles com idade entre 41 e 50 anos.

Tabela 1 – Idade dos trabalhadores pluriativos entrevistados

	Frequência	%
De 20 a 30 anos	2	18,18%
Entre 31 e 40 anos	1	9,09%
Entre 41 a 50 anos	6	54,54%
Mais de 50 anos	2	18,19%
Total	11	100%

Fonte: Pesquisa de campo

Quanto à faixa etária dos membros da família, chama atenção a presença de poucas crianças e a predominância de pessoas com mais de quarenta e um anos.

Tabela 2 – Faixa etária dos componentes das famílias dos trabalhadores pluriativos entrevistados

	Frequência	%
Entre 1 e 10 anos	3	10,00%
Entre 11 e 20 anos	8	26,67%
Entre 21 e 30 anos	2	6,66%
Entre 31 e 40 anos	1	3,33%
Entre 41 e 50 anos	8	26,67%
Mais de 50 anos	8	26,67%
Total	30	100,00%

Fonte: Pesquisa de campo.

Com relação à escolaridade dos trabalhadores pluriativos verificou-se que nenhum dos entrevistados é analfabeto, 81,82% possuem o Ensino Fundamental incompleto e 18,18% possuem o Ensino Médio incompleto. Dentre os que possuem

o Ensino Fundamental incompleto, destaca-se que os de idade mais avançada normalmente cursaram no máximo até a quarta série.

No que se refere aos demais membros da família, chama a atenção que a maioria possui o Ensino Fundamental incompleto, nenhum familiar possui nível superior e apenas dois estão cursando uma graduação. Outro dado que chama atenção é de que apenas duas pessoas nunca estudaram, o que é comum no meio rural, principalmente na faixa etária de idade em que predomina a maioria dos membros das famílias dos entrevistados.

Tabela 3 – Grau de escolaridade dos componentes das famílias dos trabalhadores pluriativos entrevistados

	Frequência	%
Não estudam	2	6,66%
Nunca estudaram	2	6,66%
Ens.Fund. Incompleto	17	56,70%
Ens. Fund. Completo	3	10,00%
Ens. Médio Incompleto	2	6,66%
Ens. Médio Completo	2	6,66%
Superior Incompleto	2	6,66%
Total	30	100,00%

Fonte: Pesquisa de campo

Quanto à renda familiar, a maioria, ou seja, 54,55% contam com uma renda que equivale de um até três salários mínimos mensais, 27% a renda corresponde de três até cinco salários mínimos e apenas 18,18% apresentam renda superior a cinco salários mínimos. Quatro famílias informaram receber algum benefício ou transferência social, como Programa Bolsa Família e aposentadoria.

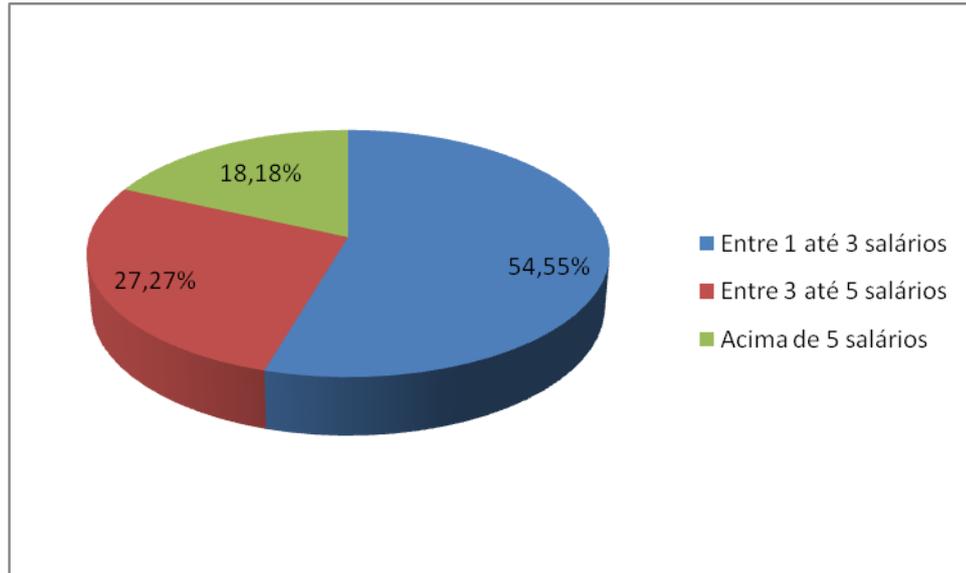


Gráfico 2 – Renda familiar dos trabalhadores pluriativos entrevistados.

Fonte: Pesquisa de campo

Cinco dos sujeitos da pesquisa informaram exercer a função de chefe da família¹¹ e seis não. Ressalta-se que dentre os seis, quatro são mulheres e dois compõem famílias na qual o pai tem como atividade principal a agricultura. Este dado demonstra que o trabalho pluriativo exerce uma função complementar na composição da renda familiar da maioria das famílias.

É importante colocar que em 45,46% das famílias pelo menos mais um membro, além do entrevistado, exerce também atividade fora da agricultura. Sendo que em duas destas famílias os demais membros da mesma família também trabalham na cooperativa e nas outras o trabalho é realizado em uma indústria de leite na cidade vizinha de Tapejara.

Observa-se que a faixa etária dos membros das famílias que exercem a atividade é entre onze e vinte e dois anos, indicando assim que os mais jovens são os que representam maior envolvimento com atividades fora da agricultura entre os membros da família. Este dado está de acordo com a afirmação de Schneider (2009), segundo a qual o fenômeno da pluriatividade pode assumir particularidades muito distintas em estados, localidades ou famílias diferentes. Pesquisas já realizadas sobre a pluriatividade demonstram que os trabalhadores pluriativos, em sua maioria, tem idade entre 18 a 31 anos. No caso dos trabalhadores entrevistados na pesquisa, a situação revelada foi a seguinte: considerando apenas a faixa etária

¹¹ Nesta pesquisa se considerou como chefe da família aquele que possui a maior renda.

dos trabalhadores pluriativos da Coopercicla, estes apresentam idade mais avançada; em contrapartida, entre os demais trabalhadores pluriativos da família que não foram entrevistados são encontradas pessoas mais jovens.

5. 3.1 Características da propriedade rural e do trabalho na mesma

Nesta sessão serão apresentados dados que caracterizam as propriedades rurais e o trabalho desenvolvido pelas famílias nas mesmas. Para isso, serão descritos dados referentes ao tamanho da propriedade, o acesso ao PRONAF e a forma de obtenção das terras pelas famílias.

A maioria das propriedades possui até vinte hectares, dentre estas 45,46% possui de cinco até dez hectares, 27,27% possuem de dez a vinte e 9,09% possuem de um a cinco hectares de terras. Destaca-se que apenas 18,8% dos agricultores possuem mais de vinte hectares. No que diz respeito ao PRONAF, 72,73% das famílias são beneficiárias do programa.

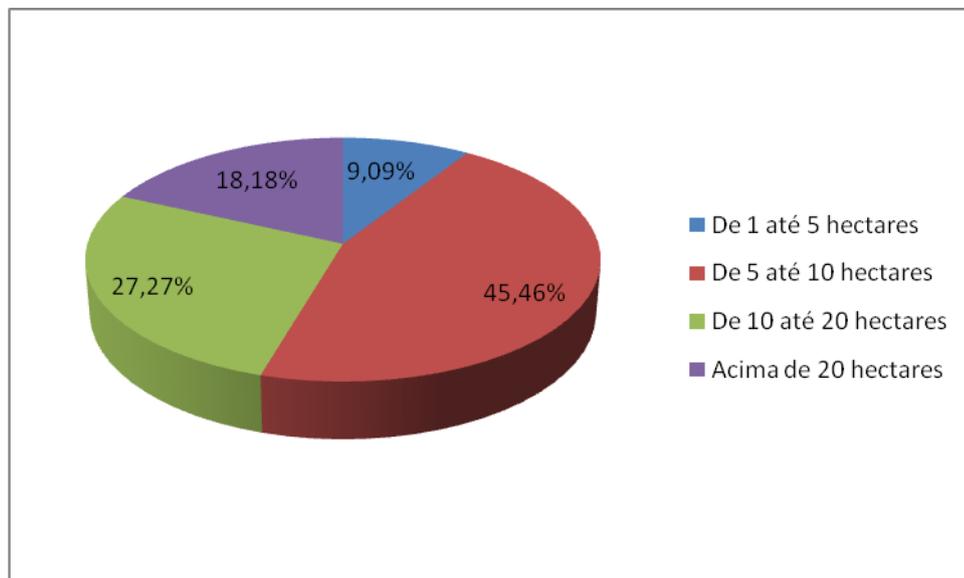


Gráfico 3 – Tamanho das propriedades rurais dos trabalhadores pluriativos entrevistados.

Fonte: Pesquisa de campo

Sobre a forma de obtenção das terras pelas famílias, 54,45% das famílias obtiveram por meio de herança e os demais adquiriram através de compra de

parentes ou terceiros. Observa-se que nenhum agricultor é não-proprietário, está em posse provisória ou trocou a terra. Ressalta-se que entre as famílias que compraram terras, algumas referiram também ter herdado uma parte da propriedade. O dado referente a quem foi o herdeiro não foi levantado, no entanto, vários mencionaram a obtenção das partes que compõem o total da propriedade por ambos os cônjuges. Segundo Schneider (2009) esta é uma característica bastante presente na região Sul do Brasil. Além disso, é possível verificar que há uma forte relação de parentesco que acompanha as relações de posse e uso da terra. Essas relações são muitas vezes um mecanismo que as famílias lançam para resistir e se reproduzir econômica e socialmente, mesmo que as forças econômicas exerçam forte pressão (SOUZA, 2004).

Com relação às atividades agropecuárias desenvolvidas na propriedade, os dados demonstram que as principais são ligadas ao leite, ao cultivo de soja e milho. Logo, todas as propriedades criam animais (porco e galinha) e plantam outras culturas para ajudar na subsistência da família. Em 90,91% a produção é comercializada, ou seja, não é exclusivamente para o consumo familiar.

Acerca das formas de utilização da terra, em 54,5% a exploração é realizada pelas próprias famílias, 27,27% trabalha em parceria e 18,18% arrendam para outros um pedaço de terra ou arrendam de outros.

Em 63,64% das famílias o trabalho na propriedade é realizado exclusivamente através da mão de obra familiar e em 36,36% por ambos. Ressalte-se que vários agricultores mencionaram que há na comunidade entre os parentes, principalmente um sistema de ajuda mútua, ou seja, eles se organizam para ajudar e também para receber ajuda especialmente, nas épocas de safra. Há ainda aqueles que fazem uma permuta, ou seja, em troca da mão de obra oferecem uma porcentagem (monetária ou em produtos).

Sobre a frequência com que os trabalhadores pluriativos ajudam nas atividades da propriedade, pode-se concluir que a maioria, 72,73%, contribui frequentemente, 18,18% às vezes e 9,09% quando resta tempo. Este dado nos faz inferir que o envolvimento com atividades fora da agricultura não significa uma anulação do trabalho agrícola.

Outro dado que se relaciona com este faz referência ao número de membros das famílias que fornecem ajuda nos trabalhos realizados na propriedade. Cerca de 70,73% das famílias informaram contar com alguma forma de contribuição dos seus

membros no trabalho da propriedade. Acredita-se que a porcentagem relativa aos membros que não têm colaboração direta, refere-se às pessoas idosas e crianças em idade escolar.

Sobre as formas de trabalho foram consideradas atividades de trabalho na propriedade: as atividades agrícolas e também de auxílio relacionadas ao cuidado com pequenos animais, limpeza, entre outros.

Com relação à forma da divisão das receitas agrícolas das famílias, apesar de não ter sido questionada diretamente nas entrevistas, foi possível observar que normalmente é o casal que centraliza as entradas e divide conforme a sua decisão e necessidade. Nenhuma família mencionou que a renda obtida através da agricultura é dividida de forma igual entre todos os membros que trabalham na propriedade.

Com relação à renda obtida por meio do trabalho pluriativo, pode-se observar que quando é um filho ou a mulher que realiza o trabalho fora da agricultura, estes gerenciam o seu próprio dinheiro contribuindo de acordo com a necessidade da família. Já com relação àqueles que assumem o papel de chefe das famílias o rendimento é gerenciado pelo casal e utilizado para despesas do conjunto familiar, assim como na agricultura. Este dado leva a à suposição de que o trabalho pluriativo para os filhos e mulheres gera certa autonomia com relação a gestão dos seus ganhos monetários, o que reflete em outros aspectos da vida e convívio social, conforme poderá ser percebido mais adiante.

Quanto à porcentagem do valor da renda familiar separada por atividade agrícola e não agrícola, apesar de considerarmos que seria um dado importante para a pesquisa, não foi possível obter o dado com precisão, pois alguns não souberam responder com objetividade, principalmente os que não exercem a função de chefe da família. Observou-se que os que exercem a função de chefe da família eram cientes de que para informar a renda obtida por meio da agricultura é preciso considerar aquilo que sobra depois de realizados todos os descontos e pagamentos das despesas. Já para outros trabalhadores, quando estes referiam a renda maior como proveniente do trabalho pluriativo, consideravam apenas a renda bruta. Outra consideração que é possível fazer é de que aqueles que não exercem a função de chefe da família, em função do desconhecimento do balanço financeiro, acabam tendo poucas condições de contribuir para uma avaliação sobre a gestão da propriedade e assim apontar estratégias e meios de aprimorar a produção e os

ganhos da família. Ou seja, embora a forma de trabalho seja familiar, em alguns aspectos das atividades alguns membros não têm participação.

5.4 O sentido do trabalho para os agricultores familiares pluriativos

Conforme se pôde observar no primeiro capítulo, o trabalho assumiu e pode assumir diferentes sentidos¹² e significados. É possível identificar que ao longo da história o mesmo apresenta duas perspectivas distintas: uma de caráter negativo e a outra positiva. Em alguns períodos representa punição, fardo, castigo divino e incômodo. Em outros, lugar de criação, realização, crescimento pessoal, possibilidade de o homem construir a si mesmo e demarcar sua existência e importância no mundo. Sobre o trabalho na contemporaneidade, especialmente a partir do contexto de acumulação flexível, há autores que convergem e divergem sobre o seu significado. Antunes (2001, p.27) refere que quando se reflete sobre o mundo do trabalho, logo emerge o seu lado destrutivo, ou seja, o ser social que trabalha vivencia seu cotidiano entre a violência do trabalho, a violência da precarização e a violência ainda maior do desemprego. Tendo presente estas alterações, nesta seção analisa-se o sentido do Trabalho de forma geral para os agricultores familiares pluriativos, sendo que os aspectos associados ao trabalho pluriativo serão explorados nos próximos itens deste trabalho.

Através dos relatos é possível perceber, primeiramente, que o trabalho para os agricultores é visto como intrínseco à vida de todo o ser humano desde muito cedo. Isso se percebe quando os entrevistados fazem questão de afirmar por várias vezes durante as entrevistas que sempre trabalharam, mesmo quando crianças. Sobre isto nos chamou atenção o seguinte questionamento de um dos entrevistados em relação à legitimidade da proibição do trabalho infantil:

¹² Estudos como de TOLFO e PICCININI (2007) diferenciam sentidos e significados. Porém, algumas semelhanças são apontadas, entre elas o fato de que ambos são produzidos pelos sujeitos a partir de suas experiências concretas. Os significados são construídos coletivamente em um determinado contexto, enquanto que os sentidos são uma produção pessoal a partir da internalização individual dos significados coletivos nas experiências do cotidiano. Sendo assim, os sentidos e significados são transformados constantemente por meio de uma relação dialética com a realidade.

A gente ía pra roça, eu me lembro que o pai colocava a gente pra colher uva, ainda mais que nós tínhamos um tamanho bom pra ficar debaixo do parreiral. Agora, hoje, tu não pode mais fazer isso e eles também não querem. Nós não tínhamos escolha(ENTREVISTADO, C).

Relacionado ao acima exposto, é possível verificar que o sentido do trabalho aparece associado à penosidade ou dificuldade. Este aspecto é percebido quando, durante as entrevistas, ao abordar o tema do trabalho, os sujeitos resgatam as antigas formas de trabalho e as experiências vivenciadas por seus pais e avós em comparação com o trabalho na atualidade, assim como foi demonstrado anteriormente.

Sobre as dificuldades enfrentadas pelas famílias antigamente, foi mencionado principalmente o desgaste físico ocasionado pela falta de disponibilidade de equipamentos e tecnologia, seguido das más condições das vias de acesso ao meio rural e a falta de incentivos públicos (como o PRONAF), entre outras questões.

Chama atenção que dois entrevistados sinalizaram dificuldades decorrentes das relações familiares que eram estabelecidas no passado e que influenciavam negativamente no trabalho. Observa-se, através dos relatos, que antigamente as famílias eram muito numerosas e que os filhos depois de casados continuavam dividindo a mesma moradia, assim as relações familiares permeavam todas as instâncias da vida dos sujeitos, gerando desgaste no grupo familiar.

As colocações até aqui mencionadas nos fazem associar o sentido do trabalho para os agricultores a uma questão geracional e familiar, ou seja, este está fortemente associado às experiências de trabalho vivenciadas pelos próprios entrevistados no passado e pelas antigas gerações da família.

Verifica-se também que o sentido do trabalho para os sujeitos da pesquisa está fortemente ligado ao aspecto da natureza, tanto na atividade agrícola como na reciclagem. O agricultor tem no solo, nas condições meteorológicas, nas suas plantações as principais bases para a sua manutenção econômica e social. Deste modo, o trabalho assume um sentido de prazer e também de sacrifício: de prazer porque muitos entrevistados mencionam a satisfação em manusear a terra, ver as plantas crescerem, ganharem vida e cuidar dos seus animais; ao sacrifício o trabalho é associado quando ocorrem imprevistos climáticos que impedem que o trabalhador se aproprie do fruto do seu trabalho.

Na atividade não-agrícola, ou seja, na Coopericla, o sentido do trabalho também é associado em partes à natureza na medida em que reconhecem a contribuição do trabalho do reciclador para o meio ambiente. Zwik (2010) fornece subsídios para refletir sobre o sentido do trabalho neste aspecto quando afirma que o mesmo, enquanto capacidade de transformar a natureza para atender as necessidades humanas, é intenso de sentido para o agricultor familiar, pois ele realiza e entende a transformação da natureza de forma concreta e íntima.

Outro aspecto bastante significativo que é possível extrair das colocações dos sujeitos é que o sentido do trabalho é praticamente sinônimo de subsistência. Verifica-se assim que esta é uma particularidade que está relacionada à questão da produção para o autoconsumo, no qual o diferencial para o agricultor familiar está no fato de que este não tem como objetivo principal a mercantilização do trabalho. Aqui encontramos a compreensão de Marx acerca do trabalho quando este afirma que o mesmo pode ser compreendido genericamente como uma capacidade de transformar a natureza para atender necessidades humanas (MARX, 2003).

No caso do trabalho pluriativo observa-se um sentido negativo quando este é associado à sobrecarga de trabalho, conforme será explicitado nos itens seguintes.

Por último, verifica-se que o trabalho, além de ser sinônimo de subsistência também é fonte de prazer e satisfação, quando através do mesmo é possível atender às necessidades da família quanto a aquisição de bens que acolham as demandas, principalmente dos filhos, e quando configura-se como uma oportunidade de autonomia financeira para as mulheres do meio rural.

A partir dos dados constata-se que, de um modo geral, os sentidos do trabalho estão associados a questões geracionais, a fatores ligados à natureza, à subsistência e à satisfação do grupo familiar a partir da possibilidade de aquisição de alguns bens materiais.



Figura 5 - Os sentidos do trabalho para os entrevistados

Fonte: Pesquisa de campo

A seguir, os sentidos do trabalho para os sujeitos da pesquisa serão explorados a partir das motivações e repercussões do trabalho pluriativo vivenciados pelos agricultores familiares associados a Coopericla.

5.5 As motivações e repercussões do trabalho pluriativo.

5.5.1 Considerações sobre a relação dos agricultores com a pluriatividade

Antes de tratar dos motivos que levaram os agricultores a se dedicarem às duas atividades, uma agrícola e outra não-agrícola, é pertinente inicialmente apresentar o período em que os trabalhadores estão vinculados à Coopericla. Observa-se que a minoria dos associados trabalha na Coopericla há um período inferior a três anos, os demais já estão trabalhando há mais de cinco anos, destes a

maioria está desde a fundação da cooperativa ou desde os primeiros três anos em que foi criada.

Apenas três sujeitos informaram já ter tido outras experiências de trabalho fora da agricultura, sendo estas na indústria do município vizinho de Tapejara¹³. Os demais informaram que o trabalho na cooperativa foi a primeira experiência fora da agricultura, sendo que os associados mais antigos haviam trabalhado com carregamento de frangos em algumas propriedades rurais da localidade onde residem. Esta atividade, segundo os entrevistados, ocorreu nos anos precedentes à fundação da Coopericla, quando os agricultores faziam parte de uma equipe organizada para realizar a atividade que, conforme já relatado, mais tarde resultou em uma associação de agricultores e, posteriormente, na criação da cooperativa. Deste modo, se verifica que o projeto embrionário da atual cooperativa foi a organização do referido grupo que desde então possuíam um espírito associativo quando criaram uma organização informal entre os agricultores em busca de alternativa de sustentabilidade social para as famílias e indiretamente de desenvolvimento local.

A afirmação da maioria dos entrevistados de que o trabalho na cooperativa foi a primeira experiência fora da agricultura poderia nos conduzir a pensar que a conciliação da atividade agrícola com atividades não-agrícolas é uma prática recente. No entanto, foi possível constatar que algumas famílias já haviam vivenciado esta combinação de trabalho, porém não reconhecem as atividades da mesma forma com que reconhecem o atual trabalho exercido junto à Cooperativa. Duas entrevistadas comentaram o envolvimento com outras atividades fora da propriedade, uma como cuidadora de idosos na cidade e outra mencionou que aprendeu com a mãe a cortar cabelo e que esta se deslocava até as propriedades rurais para atender aos vizinhos e cobrava pelo serviço. Outro entrevistado, ao abordar as transformações do rural, mencionou que antigamente o pai trabalhava com corte de pinheiros e como motorista, conforme já demonstrado. Estas colocações afirmam o que encontramos em Schneider (2009) ao apresentar os argumentos de alguns estudiosos que afirmam que a combinação de atividades

¹³ Tapejara situa-se no nordeste do Rio Grande do Sul, pertencente à microrregião geográfica de Passo Fundo. A sua área é de 240,1 km², sendo 94% pertencentes à zona rural, e 6% na zona urbana. Possui como limites territoriais os municípios de Charrua, Santa Cecília do Sul e Água Santa, Ibiaçá, Sertão e Vila Langaro. A cidade conta com várias indústrias dentre as quais se destacam algumas de grande porte como a Plasbil, Laticínios Bom Gosto, Chocolates Pietrobon entre outras.

agrícolas com outras atividades é uma característica antiga nas famílias de agricultores. Para os convictos desta afirmação a novidade consistiria apenas no reconhecimento político e social do denominado setor de subsistência (SCHNEIDER, 2009). Há ainda aqueles que, além de sustentar a posição quanto a antiguidade da prática no Brasil como inerente à agricultura familiar, acrescentam o fato de que só recentemente alguns autores recorrem às noções de agricultura de tempo parcial e de pluriatividade para qualificar esta prática (CARNEIRO E TEIXEIRA, 2004).

Sobre isso, considera-se que, embora a combinação de atividades produtivas seja uma característica recorrente no meio rural, sobretudo entre camponeses, pode-se dizer que a pluriatividade distingue-se destas formas de trabalho complementares por ter deixado de ser um recurso ocasional e temporário, tornando-se uma estratégia planejada e permanente de inserção dos membros das famílias rurais no mercado de trabalho.

5.5.2 Os motivos do trabalho pluriativo

Com relação ao que motivou a ocupação em outra atividade além da agricultura, os entrevistados foram unânimes ao responder que o motivo principal foi a necessidade de agregar mais renda para a família. As causas apresentadas pelos trabalhadores pluriativos que levam a esta necessidade são argumentadas primeiramente em aspectos comumente característicos da atividade agrícola dos quais se destacam: a instabilidade financeira, a imprevisibilidade climática, o tamanho da propriedade e a falta de condições de manutenção e investimentos na propriedade. A segunda causa relacionada a renda está ligada à necessidade de atendimento de demandas do grupo familiar. Por último, as motivações podem ser agrupadas em fatores ligados a motivações pessoais.

Com relação à instabilidade financeira, os entrevistados referiram que na agricultura não existem condições para obtenção de um ganho fixo e sistemático, ao contrário de outros tipos de trabalho, a exemplo do que é realizado na cooperativa. Esta questão é expressa quando fazem colocações relacionadas à garantia do salário no final do mês que, conseqüentemente, traz a possibilidade de atender

determinadas demandas regularmente, como é exposto por um entrevistados ao mencionar a possibilidade de realizar a compra de supermercado mensal, conforme segue em duas falas: “Só na agricultura não dá pra viver. Na agricultura se produz pra dois ou três meses, com o salário daqui já fizemos o rancho do mês” (ENTREVISTADO, F2). “Porque a gente sabe que no emprego todo mês o salário é garantido e na agricultura se ir mal perde tudo e tem um prejuízo grande” (ENTREVISTADO, J).

Relacionado à instabilidade financeira e como uma das causas que levam a esta, citam a instabilidade climática a qual a agricultura está submetida. Vários agricultores mencionaram ter vivenciando situações de perda das lavouras por excesso ou insuficiência de chuva. Observa-se um "desgaste" significativo dos trabalhadores ligado a este aspecto. Conforme mencionamos no item anterior deste estudo, este é um fator que faz com que o trabalho para o agricultor assuma um sentido negativo. Este dado demonstra a necessidade de políticas públicas que ofereçam segurança relacionada aos riscos aos quais a atividade agrícola está submetida, principalmente para o pequeno agricultor que tem na atividade, na maioria dos casos, a sua fonte de subsistência. Mesmo tendo havido avanços em termos de políticas para o pequeno produtor, considera-se que o acesso aos instrumentos de política agrícola tem sido baseados em uma "competição" desigual entre os diversos setores rurais, que ainda coloca no mesmo patamar os agricultores patronais e os familiares, independente da sua condição econômica e de trabalho.

Com relação à motivação estar relacionada ao tamanho da propriedade, vários agricultores referiram que a extensão de terra é insuficiente para obter uma renda satisfatória, e que trabalhando somente na agricultura não enxergavam perspectivas de adquirir mais terras e ampliar a produção. A fala de uma das trabalhadoras retrata bem esta situação, quando a mesma argumenta que tem conhecimento da importância da produção de várias culturas e da criação de animais, no entanto, argumenta que o tamanho da propriedade impõe limites para que isto ocorra. Outro agricultor menciona que a família aumentou e que houve a necessidade de expandir a atividade agrícola, porém a extensão de terras que a família possuía não permitiu que isso ocorresse, assim tiveram que buscar outra alternativa de subsistência. A formação agrária no Brasil, como se pôde observar no capítulo que recupera parte da história de ocupação do país, impôs um modelo concentrador de terra que persiste até os dias atuais, modelo este confirmado no

relato do entrevistado, quando este afirma que o tamanho na propriedade fez com que a família buscasse outra alternativa de trabalho.

Além disso, verifica-se que o fato da cooperativa estar localizada no meio rural, próxima das propriedades possibilitando conciliar duas formas de trabalho, também foi motivo para os agricultores decidirem por trabalhar em outra atividade fora da agricultura:

Eu participava do sindicato dos trabalhadores rurais fazendo parte da comissão de mulheres, a gente ia para os seminários regionais em Passo Fundo e lá eles falavam que pra se manter na propriedade tem que ter vaca que produza bastante leite, porca que tenha bastante leitão, pra isso tem que ter bastante terra e a nossa propriedade era pequena e não dava mais pra viver só da agricultura, daí tivemos que ir em busca de coisas novas, daí apareceu essa oportunidade de trabalhar com o lixo (ENTREVISTADA, C).

O filho casou, trouxe a mulher e o enteado. A família aumentou e os ganhos com a agricultura não deram mais. Daí abriu a cooperativa aqui perto e eles disseram que a gente podia faltar para trabalhar em casa e eu disse pra mulher que iria tentar um tempo, até porque não precisava mais de nós todos, hoje com a facilidade, o trabalho que a gente fazia em dez se faz quase sozinho (ENTREVISTADO F1).

No mais que é aqui pertinho e cheguei aqui para trabalhar só uns dias e fui ficando, e vi que dava pra trabalhar aqui e em casa (ENTREVISTADA E).

Além dos pontos analisados, é possível identificar o reflexo direto da modernização da agricultura quando o agricultor menciona que a mão de obra familiar no momento em que buscou o trabalho fora da agricultura era suficiente para dar conta do trabalho na propriedade. Aqui encontramos uma das principais razões que tem estimulado a pluriatividade, ou seja, a modernização da agricultura, responsável em grande parte pela redução significativa da utilização da mão de obra disponível nas famílias (SCHNEIDER, 2009).

Sobre as condições de investimento na propriedade, os agricultores referem a questão da depreciação da propriedade (galpão e estrebaria), dos equipamentos de trabalho, as poucas condições de manutenção e aquisição de outros equipamentos que facilitariam o trabalho e qualificariam a produção. Citam a dependência dos outros para o plantio da lavoura, como um fator de desestímulo, pois conforme já relatado é bastante comum na localidade as famílias – por não possuírem tratores, colheitadeiras e caminhões – emprestarem, estabelecerem trocas ou locarem maquinário dos vizinhos e parentes, além de utilizarem o trator cedido pelo

município. Neste caso, nos deparamos com uma situação muito próxima do que vem sendo denominada de agricultura do tipo terceirizada na qual aqueles agricultores que possuem maquinário com capacidade superior prestam serviços atendendo a demanda de outros agricultores (ANJOS E CALDAS, 2004). Esta prestação de serviço demonstra também a criação de alternativa de trabalho por parte daquele que possui o maquinário, que assim como o agricultor pluriativo também extrapola a sua atividade de trabalho para fora da própria propriedade, tornando-se igualmente pluriativo. Esta prática é denominada de pluriatividade de Base Agrária (SCHNEIDER, 2007).

Com relação às motivações ligadas a renda, mas no campo do atendimento das necessidades e demandas domésticas do grupo familiar, foi possível identificar dois pontos: as despesas básicas da casa com alimentação e medicamentos e o futuro dos filhos. O primeiro ponto é destacado quando uma entrevistada refere: "Só com o que dava lá a gente não vivia. Quando o Marcos era pequeno ele era muito doente e só dinheiro do leite não dava" (ENTREVISTADO, A).

Além disso, é possível identificar que a família consome muitos produtos produzidos na propriedade, porém estes não atendiam plenamente as demandas da família porque estas apresentam também outras necessidades. Isso foi possível perceber através do seguinte comentário de uma agricultora: "a gente cria o frango, planta mandioca, o feijão, tem o ovo das galinhas daqui, mas também precisa do rinho, do gás..." (ENTREVISTADA, E).

Dentre os dois pontos observa-se que a questão principal foi a necessidade de contribuir com as despesas básicas que segundo os entrevistados não estavam mais sendo supridas através da agricultura. Quando esta necessidade é mencionada pelas mulheres, observa-se que estas se sentiam de certa forma compromissadas em contribuir com o marido neste aspecto.

A preocupação com a garantia do futuro dos filhos também foi visualizada no momento em que decidiram pelo trabalho fora da agricultura, ou seja, a complementação da renda seria uma possibilidade de garantir a qualificação dos filhos à medida que estes poderiam se dedicar prioritariamente aos estudos ao invés do trabalho, ao contrário do que ocorreu com a maioria dos trabalhadores pluriativos entrevistados.

Finalmente, verificou-se que as motivações foram de cunho pessoal, ou seja, são provenientes do desejo e da opção por exercer outro tipo de trabalho diferente

do que já haviam experimentado, seja ele na agricultura ou não, conforme se pode observar:

Foi a necessidade financeira e a vontade fazer algo para os outros, mas eu senti também que na empresa de queijo não era o meu lugar (ENTREVISTADO I).

Na época decidi trabalhar na Plasbil porque nossa renda era pouca e queria agregar valores, mas lá foi só uma experiência e eu não gostei muito e comecei a trabalhar aqui porque tinha vontade e estou aqui até hoje (ENTREVISTADO B).

As colocações expressam certa insatisfação ou a falta de adaptação dos trabalhadores com as atividades de trabalho fora da agricultura que já haviam experienciado anteriormente. Conforme já expressado, acredita-se que o fato da Coopericla estar localizada no meio rural, ser constituída por agricultores, conserva mesmo que indiretamente alguns traços e relações que de alguma forma se aproximam do trabalho rural ou mesmo do espaço rural, mesmo que a atividade desenvolvida, a reciclagem de materiais, seja bastante diferente da atividade agrícola. Ou seja, estes fatores podem ter pesado quando se decidiram por trabalhar na cooperativa. Acrescenta-se a isso a possibilidade que o trabalho oferecia de conciliação das duas atividades.

Observa-se enfim, que o trabalho pluriativo é decorrente de condicionantes advindos de questões econômico-sociais mais amplas que permeiam a sociedade. No entanto, o movimento e as decisões individuais e das famílias no seu interior são fatores que também influenciam na motivação para o desenvolvimento de outro trabalho fora da agricultura.

5.5.3 As repercussões do trabalho pluriativo na vida dos agricultores familiares

Conforme expressado no primeiro capítulo e no item que tratou de apresentar a posição dos principais autores que estudam a pluriatividade, percebe-se que a mesma pode assumir características bastante diversificadas que podem estar ligadas tanto às estratégias sociais adotadas pelas famílias como também pelas características do contexto socioeconômico em que estas famílias estiverem

inseridas (SCHNEIDER, 2009). Essa heterogeneidade também pode se apresentar no que se refere às repercussões desta forma de trabalho na vida das pessoas que a vivenciam. A maioria dos estudos já realizados tem demonstrado resultados bastante positivos. No entanto, resultados negativos não deixam de aparecer também e estes são abordados sob a crítica de que as ocupações rurais não-agrícolas expressam uma modalidade de "empregos de refúgio" e que bastaria que os agricultores vivenciassem um quadro mais favorável na agricultura para renunciar o exercício destas atividades. Considerando estas posições é que se passa a descrever e analisar o que os próprios agricultores associados da Coopericla percebem com relação à repercussão do trabalho pluriativo.

As repercussões do trabalho pluriativo podem ser divididas em aspectos positivos e em outros que se revelam, de certa forma, negativos porque expressam algumas dificuldades decorrentes da conciliação das duas atividades. Com relação aos positivos pode-se dizer que as principais repercussões concentram-se em três aspectos: no campo econômico/monetário, em questões relacionadas a sociabilidade e nas condições de trabalho. Ressalta-se que o aspecto econômico se sobressai significativamente diante dos demais e que dele derivam vários outros pontos, descritos a seguir:

O planejamento financeiro foi um dos principais pontos mencionados pelos agricultores pluriativos, ou seja, a partir do trabalho na Coopericla a família passou a ter condições de planejar os seus gastos e investimentos porque o associado recebe um salário¹⁴ mensalmente, o que não estavam acostumados a vivenciar na agricultura. Destacamos a colocação de um dos entrevistados que expressa esta alegação: "A gente sabe que no fim do mês vai cair na conta aquela quantia e na agricultura espera uma vez por ano pra receber e não sabe quanto vai ser e não sabe a despesa que vai ter" (ENTREVISTADO A).

O aspecto do planejamento é visualizado também quando os agricultores relatam que a família passou a efetuar compras de forma parcelada, o que deu condições de comprar mais e "honrar com as dívidas", ou seja, pagar as contas no tempo de vencimento correto. O mesmo agricultor que faz esta colocação contou que na época em trabalhava só com a agricultura teve por algumas vezes que adiar o pagamento das contas para o ano posterior. Outro agricultor mencionou ainda

¹⁴ Ressalta-se que o salário dos associados é pago de acordo com a produção da cooperativa, porém os agricultores relataram que conseguem manter uma média mensal.

possuir dívidas que não puderam ser quitadas devido à imprevisibilidade climática ter afetado a sua lavoura, este informou que uma porcentagem da renda obtida na Coopericla tem sido destinada para pagar a dívida.

Foi possível confirmar o que Schneider (2009) já havia constatado: que o trabalho fora da agricultura pode contribuir para melhoria das condições de trabalho na agricultura na medida em que alguns agricultores passam a ter condições de investir na própria propriedade, como é o caso de três dos agricultores entrevistados. Destacamos a fala de um deles que faz o seguinte relato: “Com o salário que eu ganho aqui eu ajudo em casa e daí sobra um pouco da produção. Antes sobrava muito pouco. Agora temos mais dinheiro e estamos pensando em construir uma casa ou um galpãozinho” (ENTREVISTADO I).

Verificou-se que melhoria da casa, o acesso a bens materiais para a mesma e a possibilidade de comprar roupas também foram pontos frequentemente destacados, principalmente pelas trabalhadoras:

É... Ajudou bastante. A gente começou a comprar as coisas pra dentro de casa, que a gente tinha pouco, melhorou pra se vestir. Antes dava pra comprar uma muda de roupa por ano e agora, a hora que quiser, compra uma muda de roupa. Também comprei uma geladeira (ENTREVISTADA, C).

A possibilidade de aumentar o patrimônio foi outro ponto mencionado. Dois agricultores referem ter conseguido adquirir mais terras, um ter construído uma casa nova para a família na propriedade e outro ter ajudado o filho a construir uma casa.

Melhorou. Compra de propriedade, conseguimos comprar mais uma propriedade que é onde eu moro em Santa Cecília, sobra mais dinheiro (ENTREVISTADO B).

As repercussões no aspecto da sociabilidade¹⁵ são localizadas em dois pontos: na convivência e interação comunitária, sendo que neste último a repercussão da pluriatividade tem sido apontada como negativa.

Sobre a convivência, os associados referem que o trabalho na cooperativa trouxe a possibilidade de novas amizades e de convívio cotidiano com outras pessoas que não se restringem ao grupo familiar. Como a maioria dos entrevistados

¹⁵ A sociabilidade é aqui compreendida como padrões e formas de relacionamento social concreto que ocorrem em contextos ou em círculos de interação e de convívio social determinado SIMMEL, (1979 *apud* Binda, 2002).

teve o primeiro trabalho fora da agricultura na cooperativa, esta foi a primeira experiência de convivência com outras pessoas fora do grupo familiar a partir do trabalho. Além da convivência no trabalho, a mesma também é mencionada, no âmbito familiar quando um dos entrevistados cita positivamente como reflexo dos benefícios trazidos a partir do aumento da renda, obtida através do trabalho pluriativo: “Agora podemos ter as coisas que precisamos dentro de casa, estamos conseguindo manter os filhos estudando, melhorou até convivência em casa” (ENTREVISTADA E).

O ponto negativo verificado que vem repercutindo na sociabilidade dos trabalhadores pluriativos relaciona-se à falta de tempo para outras atividades, consideradas de lazer e que os agricultores estavam habituados a realizar, como por exemplo, visitar os vizinhos e parentes e para participar de algumas atividades comunitárias. Dentre as atividades comunitárias citam os jogos de bocha que ocorrem aos finais de semana e o envolvimento na organização de algumas festividades religiosas na localidade. A fala a seguir retrata tanto a questão mencionada como também a dificuldade quanto à sobrecarga de trabalho. Demonstra também que as famílias criam estratégias e se organizam internamente em função do envolvimento de seus membros com o trabalho fora e dentro da propriedade, isso é percebido quando a entrevistada menciona a dinâmica de trabalho que ela e a sogra adotam para desenvolver o trabalho doméstico na propriedade.

Sim. A gente não tem mais tempo pra nada, é aqui e é em casa, tudo é a gente que tem que fazer. A sogra faz o serviço dela e eu tenho que fazer o meu e dar uma ajuda na lavoura. A principal dificuldade é falta de tempo, a gente não tem tempo pra nada, nem para ir à igreja, eu ia sempre, nós participávamos da comissão das festas da nossa Santa Cecília, mas agora tá difícil (ENTREVISTADA C).

Quanto às condições de trabalho como principal dificuldade decorrente da conciliação do trabalho agrícola com o trabalho fora da agricultura, os agricultores são quase unânimes ao citar o cansaço ocasionado pela carga excessiva de trabalho. Conforme já citado, 72,73% contribuem frequentemente com o trabalho agrícola desenvolvido na propriedade. Além de outras atividades agrícolas, a maioria das famílias possui vacas de leite e o trabalhador pluriativo contribui com a

realização desta atividade cotidianamente pela manhã antes de ir para a cooperativa e ao retornar.

A maioria dos agricultores informou que, além do trabalho frequentemente realizado durante a semana, utilizam os finais de semana e as folgas a que têm direito de gozar na cooperativa para trabalhar na propriedade. Durante a entrevista pôde-se observar que as famílias valorizam ter o domingo, especialmente como um dia livre para o descanso e atividades de lazer. Isso foi possível perceber porque muitas famílias fizeram colocações do tipo "até no domingo a gente trabalha ao menos até o meio-dia (ENTREVISTADO c)", nem no domingo dá pra descansar (ENTREVISTADO D)". Sabe-se que o domingo comumente é um dia destinado ao descanso e que no meio rural não deveria ser diferente, porém menciona-se esta questão porque a mesma foi mencionada de forma significativa, É como se este dia fosse um dia "sagrado" e que o trabalho realizado neste dia é uma espécie de "penalidade".

A cooperativa possui um "fundo de descanso" que prevê ao associado tirar quinze dias durante o ano para descansar. No entanto, os agricultores normalmente desfrutam deste benefício quando precisam intensificar o trabalho na propriedade, normalmente nos períodos de safra, o que faz com que não consigam utilizar este período para efetivamente descansar.

Ocasionalmente, durante o ano, o associado também pode tirar folgas para trabalhar na atividade agrícola, mas se estas forem adicionais aos quinze dias a que têm direito, o dia de trabalho não realizado é descontado. Alguns contratam mão de obra temporariamente para ajudar nas atividades da propriedade nos períodos que demandam maior envolvimento. Acreditam que mesmo tendo que contratar mão de obra para ajudar no trabalho agrícola, o trabalho na Coopericla ainda é compensatório. Isso é percebido através da fala de um dos entrevistados:

Eu não acho! Até inclusive que no fim de semana a gente contrata diarista para ajudar e mesmo assim compensa eu trabalhar lá e contratar alguém para trabalhar na propriedade. Porque a gente é novo, quem sabe quando ficar mais velho não aguento trabalhar com as duas coisas (ENTREVISTADO H).

Segundo os agricultores, a dedicação ao trabalho nos finais de semana é uma alternativa para conseguirem permanecer nas duas atividades, caso contrário, acreditam que teriam que optar por apenas uma.

No próximo capítulo, dois outros elementos serão inseridos na análise, ou seja, procuraremos compreender a repercussão do trabalho pluriativo com relação ao sentido que este assume a partir do envolvimento com a atividade de reciclagem e repercussão na identidade sócio-profissional dos agricultores.

6 A IDENTIDADE SÓCIO-PROFISSIONAL E A PERCEPÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES DA COOPERCICLA SOBRE O TRABALHO COM MATERIAIS RECICLÁVEIS

Alguns estudos têm se dedicado a discutir as repercussões das alterações no mundo do trabalho na vida dos trabalhadores. Neste capítulo procurar-se-á descrever e analisar o sentido do trabalho pluriativo e a identidade sócio-profissional dos agricultores familiares a partir do envolvimento com a atividade de reciclagem. Historicamente, as diferentes sociedades têm uma relação de afastamento e estigmatização com relação aos resíduos por ela produzidos. Estes estigmas em maior proporção são transferidos para aquelas pessoas que manuseiam e trabalham cotidianamente com ele: os catadores, coletores, recicladores ou garis. No imaginário social comum, o lugar atribuído e ocupado por estas pessoas não raramente é o de marginal, pobre, sujo entre outros. A partir destas questões é que se considerou importante esta parte da análise, a fim de compreender como estes elementos atravessam a vivência de trabalho dos agricultores familiares e ainda como a atividade, tanto como reciclador ou como agricultor, tem refletido na identificação profissional.

6.1 A percepção sobre o trabalho com materiais recicláveis

Antes de iniciar a descrição dos dados, é importante fazer um esclarecimento quanto ao tipo de trabalho realizado pelos associados da Coopercicla. Contrariamente ao que se possa imaginar, este não é de catação dos materiais recicláveis na rua, mas de separação e classificação dos materiais levados pelos caminhões da coleta seletiva urbana.

Na Coopercicla, os trabalhadores desenvolvem atividades diferenciadas. Entre os participantes da pesquisa, dois trabalham em atividades administrativas, um como motorista e os demais manuseiam diretamente os resíduos recebidos pela cooperativa, desempenhando as funções de controle do material e rejeito,

coordenador e separador dos materiais na esteira. As funções que cada trabalhador assume são determinadas pelo Conselho de Administração da cooperativa (REGIMENTO GERAL, 2010).

Para a compreensão da percepção dos trabalhadores acerca da especificidade da atividade que realizam enquanto recicladores de materiais recicláveis, os dados foram sistematizados considerando três pontos: inicialmente, como os trabalhadores concebem a atividade de reciclagem em relação a outras atividades de trabalho; em seguida, a concepção dos mesmos sobre os materiais reciclados ao longo das suas vidas e, por último, quanto a opção por mudança ou abandono da atividade de reciclador, caso houvesse a possibilidade de escolher por não trabalhar com resíduos orgânicos e inorgânicos.

Com relação ao primeiro ponto, a maioria refere não considerar o trabalho com recicláveis diferente de qualquer outro trabalho na sociedade. No entanto, durante as entrevistas, foi possível perceber que trazem à tona algumas especificidades que expressam o contrário. Foram identificados, a partir das entrevistas, alguns temas dessa contrariedade citadas pelos trabalhadores. O primeiro relaciona-se às características do objeto de trabalho, ou seja, os resíduos possuem características muito específicas como o cheiro, o aspecto, a sujeira, o risco de contaminação entre outros. Esta é uma característica legítima. Os materiais realmente cheiram mal, são sujos e chegam à usina bastante misturados. Sob este ponto, quando comparada à agricultura, a atividade apresenta diferenças significativas, já que nas atividades agrícolas o trabalhador tem contato direto com um ambiente natural, através do manuseio com a terra, plantas, animais entre outros. No entanto, acredita-se que o peso maior dado a estas questões não esteja nas características legítimas dos materiais reciclados, mas na influência da semântica negativa que estes materiais carregam ao longo dos tempos. Entende-se por semântica negativa os significados pejorativos atribuídos ao lixo, cujo significante pode remeter a significados como degeneração, decomposição, resto. Como objeto sem valor ou utilidade, pode levar à associação com coisa ordinária ou fora do lugar, caos, bagunça (CARMO, 2009). Duas colocações sustentam a nossa análise. Quando perguntamos se viam o trabalho com materiais recicláveis diferente de outro tipo de trabalho:

Não. O único problema é o lixo, mas se não fosse o trabalho seria praticamente igual qualquer outro. O lixo tem dias que vem bastante produto estragado, tem um cheiro ruim mas, se não, pra mim é um serviço normal igual qualquer outro desde que tenha os equipamentos como máscara e luva, pra se cuidar (ENTREVISTADO B).

A sociedade vê como um trabalho diferente, mas o trabalho com o lixo é igual qualquer outra atividade. A sociedade vê as pessoas que trabalham no lixo como pessoas carentes que não têm alternativa de trabalho ou é ex-presidiário eu vejo que não é assim. A diferença é que tem cheiro, é sujo, daí dá pra pensar que não é igual (ENTREVISTADO I).

Outro aspecto observado é que os trabalhadores reconhecem que o trabalho com materiais recicláveis é visto pela sociedade em geral como realizado exclusivamente por grupos marginalizados ou vulnerabilizados. Porém eles não se reconhecessem como pertencentes a estes grupos, considerando-se apenas como trabalhadores que buscam na atividade uma complementação de renda através da realização de um trabalho.

Foi possível verificar que os que desempenham atividades administrativas percebem o trabalho de modo diferente daqueles que manuseiam os resíduos diariamente. Estes últimos citam o cheiro, a sujeira e as demais características dos rejeitos como aspectos que diferenciam a atividade das demais. Os que desempenham atividades administrativas, ao responderem nosso questionamento, associam diretamente a atividade a um negócio, uma oportunidade do mercado. Deste modo, acredita-se também que a percepção é influenciada pela função ou cargo ocupado no desenvolvimento do trabalho.

Também é possível compreender que além de expressarem o gosto pela atividade percebem o trabalho com materiais recicláveis sob o ponto de vista do valor ambiental como é possível observar: "Eu acho diferente da agricultura. Eu não vejo que seja uma coisa ruim, eu vejo que beneficia o meio ambiente, mas não vejo coisa ruim" (ENTREVISTADO G).

Ao mesmo modo, verifica-se que a percepção da importância do trabalho com materiais recicláveis é expressa quando mencionam que a atividade "não é fácil, não é realizada por qualquer pessoa e que precisa ter conhecimento e persistência (ENTREVISTADO F)". Com relação a isso, citam a importância de conhecer a classificação dos resíduos, a resistência que algumas pessoas têm em trabalhar no ramo de atividade, o cuidado necessário e a utilização adequada dos equipamentos de proteção individual para manusear os materiais.

É um trabalho igual dos outros. Cada um se aperfeiçoa em um tipo de trabalho e a gente se aperfeiçoa a trabalhar com o lixo, então pra mim não tem diferença nenhuma em trabalhar aqui, na roça ou em qualquer outro trabalho. É questão de gostar e tu sabe que é o teu trabalho de onde vem o teu dinheiro e busca sempre aprender, se aperfeiçoa para fazer direitinho (ENTREVISTADO J).

Observa-se que, do ponto de vista da inserção no mercado de trabalho, a atividade é entendida pelos associados como qualquer outro trabalho formal na medida em que gera um valor monetário em troca da força de trabalho, que garante uma renda fixa e regular. A percepção da diferença está justamente nas características específicas da atividade e na influência do modo como a sociedade percebe o trabalho neste ramo de atividade, porém esta percepção com relação as características não é diretamente atribuída pelos trabalhadores.

6.1.1 A concepção dos trabalhadores pluriativos sobre os materiais recicláveis

Sobre a concepção dos mesmos a respeito dos materiais recicláveis ao longo das suas vidas questionamos se a que apresentam atualmente é a mesma da que apresentavam antes de se envolver com a atividade. Apenas um dos entrevistados respondeu que sempre enxergou do mesmo modo os materiais recicláveis e as possibilidades que podem ser geradas através destes materiais.

Os pontos comuns identificados que faziam com que os trabalhadores não tivessem a mesma concepção sobre os materiais recicláveis são primeiramente ligados a questão cultural, ou seja, a família não tinha o "costume" de separar os materiais e associado a isto faziam juízo de que tudo aquilo que descartavam era realmente "lixo" e sujo, portanto sem condições de ser reaproveitado. Por último, a falta de conhecimento sobre as possibilidades de reutilização destes e principalmente, de que a partir da atividade de reciclagem poderiam ser criadas oportunidades de trabalho e geração de renda.

Em alguns trechos das respostas dos entrevistados podemos visualizar o peso das questões culturais e costumes: "na minha casa nunca se separou o lixo", "para nós o lixo sempre era lixo, uma coisa sem utilidade. A gente só aproveitava os

restos de comida para os porcos", "na minha casa a mãe nunca cobrou isso de nós. A gente jamais pensava que podia ser aproveitado, o pai queimava e botava num buraco".

Entende-se que apesar de haver uma resistência a uma cultura do reaproveitamento dos resíduos no meio rural ao longo dos tempos o reaproveitamento sempre existiu. Antigamente, a gordura do porco era usada para fazer comida e fabricar sabão, as penas de aves serviam para encher os travesseiros e colchões. Além disso, as famílias que residem no meio rural sempre obtiveram com mais facilidades os alimentos básicos através de produção própria.

Assim, no modo tipicamente rural, o lixo consistia praticamente em restos de comida, não havendo uso exagerado de embalagens de papel e de plástico. A industrialização introduziu novos hábitos e modificou a vida no campo. No entanto, não no mesmo ritmo em que no espaço urbano.

A falta de conhecimento dos trabalhadores sobre as possibilidades de reutilização dos materiais como algo que influenciou na concepção que tinham fica clara em duas falas destacadas. Uma que demonstra o desconhecimento de um dos principais materiais que há anos faz parte da cadeia de reaproveitamento que é a garrafa PET, acrescentando-se ainda o comentário que já apareceu em outros momentos da pesquisa da ideia que tinham de que o trabalho com recicláveis se reduzia a catação de forma precária e que desconheciam os interesses econômicos e o mercado existente por trás da atividade. Destacamos três respostas que demonstram a questão e ainda demonstram que o trabalho com recicláveis estimulou a separação dos resíduos na sua propriedade.

...a gente não sabia que dava pra trabalhar como aqui, que da PET, por exemplo, dava para fazer até camiseta como esta que eu ganhei no seminário em Passo Fundo (ENTREVISTA B).

Nem pensava assim, nem sabia que isso valia. Eu chamava os caras de louco, a mulher não queria de jeito nenhum que eu viesse, mas agora a gente sabe o que é aproveitar o lixo, agora ficou melhor porque fica limpa a cidade. Na propriedade agora o lixo é separado, o orgânico é usado na horta e o lixo seco é recolhido pelo caminhão da cooperativa (ENTREVISTADO E)

Não se sabia, não se enxergava esse lado bom, a gente só via o lado daqueles que vivem na rua recolhendo os lixos, ainda mais aqui na roça. Mas tem muita gente com emprego, muita gente ganhando...

Acrescenta-se que nas entrevistas foi mencionado que no início a comunidade de Vista Alegre resistiu à usina de reciclagem, muitas pessoas referiam na época da criação da cooperativa que jamais trabalhariam com a reciclagem e muitos achavam que a cooperativa não daria certo por falta de mão de obra.

Este dado demonstra a resistência sofrida pelos associados que iniciaram a atividade. No entanto, pode-se perceber que hoje a concepção da comunidade local é outra. A Cooperativa é vista como geradora de oportunidades para a região e como um exemplo de trabalho associativo que teve êxito

Verifica-se que a mudança da visão dos agricultores pluriativos acerca dos materiais recicláveis, ocorreu fundamentalmente depois da experiência junto à Cooperativa. Identificou-se reconhecimento positivo da atividade que passou a ser vista como um empreendimento, que dinamiza o desenvolvimento tanto na localidade como na propriedade agrícola, como uma oportunidade de trabalho, como uma atividade que tem uma contribuição socioambiental. Além disso, diminui a visão dos materiais a partir dos sentidos pejorativos a eles atribuídos como lixo, como algo sem utilidade ou como uma atividade inerente a grupos marginalizados atribuídos, cujo manuseio levaria a uma noção de degradação social.

Sobre a opção por mudança¹⁶ ou abandono da atividade de reciclador, diante da possibilidade de escolher por não trabalhar com resíduos orgânicos e inorgânicos, cinco associados foram enfáticos respondendo que não trocariam a atividade por outra.

Primeiro, os motivos pelo qual não abandonariam, é porque gostam da atividade, porque já têm conhecimento da reciclagem e já estão acostumados. Com relação a este último ponto o entrevistado complementa dizendo que "no início o trabalho não foi fácil, mas agora que já estou acostumado não ligo mais, já me acostumei com o cheiro, com a sujeira, até a mulher não liga mais" (ENTREVISTADO E). A colocação retrata, além da posição do trabalhador, que o estigma e o aspecto negativo atribuído a atividade tem repercussão no grupo familiar, além de admitir que inicialmente teve dificuldade de se adaptar à atividade. Assim, como a maioria, o "gosto" pela atividade foi construído após a experimentação do trabalho.

¹⁶ Ressalta-se que a questão foi elaborada no momento da entrevista situando-a na especificidade do trabalho com materiais recicláveis, as questões econômicas e de outro campo foram abordadas e descritas em outras partes da análise.

Segundo, as argumentações concentram-se no grau de instrução, acreditam que, para trabalhar em outra atividade fora da agricultura que não fosse ligada a reciclagem, teriam muita dificuldade de se inserir no mercado de trabalho.

Com relação aos entrevistados que ficaram divididos, pode-se observar que os motivos principais não se relacionavam diretamente a atividade de reciclagem, ou seja, ao manuseio direto dos materiais, mas a outros aspectos que podem estar associados a dificuldades encontradas no trabalho coletivo, ou ainda, a remuneração da atividade que foi mencionada por dois entrevistados como "baixa". Ou seja, sob este aspecto enxergam que o trabalho ainda é pouco valorizado, na visão dos entrevistados são de certa forma explorados pela indústria da reciclagem que "ainda é muito fechada" (ENTREVISTADO F) porque apesar de ter se expandido ainda são poucos os que detêm o conhecimento dos caminhos mais adequados para as negociações. Segundo os recicladores vantagens econômicas são tiradas vantagem sobre quem trabalha na catação e na separação.

6.2 A identidade sócio-profissional dos trabalhadores pluriativos: agricultores ou recicladores?

Conforme se pode observar na parte do trabalho que tratou de conceituar a identidade profissional, a identidade de forma genérica pode ser determinada como um conjunto de características próprias do indivíduo que o diferenciam de outros e esta é construída a partir das relações sociais na qual a construção ocorre dentro de condições materiais e psicológicas influenciadas por mudanças no processo histórico, social, econômico e cultural. A identidade profissional seria o resultado da vinculação do sujeito a uma atividade, considerados as características e o contexto destas atividades, assim como os reflexos nesse sistema identitário.

No caso dos trabalhadores pluriativos que trabalham na Cooperativa a partir destas considerações, buscou-se identificar qual é a percepção dos agricultores sobre a sua própria identidade profissional.

Para obter este dado nós perguntamos aos entrevistados o que eles(as) respondiam quando questionados sobre qual seria a sua profissão.

A primeira observação que se pode fazer de um modo geral é de que a maioria dos entrevistados teve dificuldade de responder a questão e afirmar objetivamente a sua profissão. Apenas quatro entrevistados responderam de forma objetiva que são agricultores. A partir das argumentações destes verifica-se que as alegações estão relacionados a história de vida dos sujeitos e a sua relação com o meio rural através dos costumes, da família e das gerações passadas, ou seja, são pessoas que nunca moraram no meio urbano. A relação com a cidade sempre ocorreu limitando-se ao estritamente necessário para atender algumas demandas da família. Além disso, devido a sempre terem residido no rural o círculo de convivência comunitária e pessoal provavelmente sempre se deu também no rural. Inclusive a constituição familiar através da relação conjugal com exceção de apenas um do total dos entrevistados é com parceiros(as) provenientes do meio rural. Destaca-se uma fala que retrata a análise e demonstra o envolvimento com o trabalho agrícola ao longo da trajetória de vida de um dos sujeitos:

Sempre trabalhei na roça de segunda até sábado de meio-dia. Carpi, cortei soja, cortei milho, lavei com animais e adoro trabalhar na roça. Na cidade mesmo a gente só vai para comprar no mercado, na farmácia e para fazer alguma coisinha.

Verificou-se ainda que a identificação com uma das duas atividades, neste caso, com a agricultura pode também estar associada à idade e ao sexo, visto que três dos entrevistados que se consideram agricultores são do sexo masculino e apresentam idades mais avançadas na faixa etária de 41 a 50 anos.

Ressalta-se que estes agricultores que responderam ter a profissão de agricultor não negam o trabalho na atividade da reciclagem, no entanto, observa-se que a reconhecem como uma atividade secundária. Também não é possível afirmar que a reciclagem é para estes uma atividade passageira ou momentânea, pois trabalham na cooperativa há mais de três anos.

Dentre os quatro entrevistados que não escolheram como resposta apenas uma das duas atividades, foi possível verificar que se reconhecessem tanto como profissionais da agricultura como profissionais do ramo da reciclagem, conforme se pode observar nas colocações: "eu sempre fui agricultor, ainda sou, mas também sou reciclador" (ENTREVISTADO C), "difícil os dois são meu trabalho, nas ficha eu

sempre coloco agricultor" (ENTREVISTADO A), eu digo recicladora, mas sou também agricultora (ENTREVISTADO E), "não sei, agricultor "(ENTREVISTADO J).

Verifica-se nas respostas acima que apesar dos trabalhadores referenciarem que as duas são as suas profissões, as respostas demonstram uma ênfase indireta a agricultura, pois em quatro das respostas a atividade é mencionada. Acredita-se que por ser a agricultura uma atividade antiga a mesma já adquiriu configurações específicas de saberes práticos, saberes profissionais e saberes de organização que são condições que influenciam na identidade própria dos indivíduos e de um determinado grupo profissional (CHALITA, 2006).

Apenas três trabalhadoras afirmam ser a atividade de reciclador a sua profissão. Porém, a afirmação não é sustentada também plenamente, principalmente quando em outras respostas obtidas durante a mesma entrevista fazem algumas afirmações que expressam o contrário ou ao menos uma relação bastante significativa com a agricultura e com o meio rural. O que chama a atenção é que as três pessoas que optariam pela atividade ligada a reciclagem são do sexo feminino. Logo se pode fazer uma relação com a questão de gênero, já que em outros momentos da pesquisa já se verificou que o trabalho fora da agricultura possibilitou maior autonomia para as mulheres, conseqüentemente identificam-se com a profissão. Esta questão pode estar associada a uma possível alteração dos papéis sociais no interior das famílias, já que o trabalho fora da agricultura possibilitou que os filhos e as mulheres contribuam com a renda, que normalmente era vista como de responsabilidade prioritária do pai-chefe de família. Sabe-se que no trabalho agrícola essa contribuição já ocorre de forma indireta através da mão de obra familiar, porém, acredita-se que o trabalho fora da propriedade, numa outra atividade e que ainda garante um ganho fixo, faz com que a atividade não-agrícola assumam um *status* e um grau de importância diferente ou maior do que o trabalho realizado na propriedade. Em alguns casos, o trabalho pode responder à necessidade de realização profissional e abre, para a mulher, uma relativa autonomia de consumo, orientada para necessidades dos filhos, da casa ou para algum interesse próprio. Ela conquista um espaço livre das diferentes prioridades de gastos do marido, que poderiam implicar em condicionamentos e conflitos.

A partir dos resultados acima descritos pode-se observar que a pluriatividade, ou seja, a conciliação de duas atividades – na agricultura e na reciclagem tem gerado dificuldades para os agricultores familiares definirem sua identidade

profissional, neste caso, cabe a colocação de Hall (2006) referida no primeiro capítulo deste trabalho de que na atualidade as velhas identidades têm-se desfeito, dando lugar a uma “crise de identidade” nos indivíduos.

Outro aspecto além dos já mencionados que se acredita influenciar na percepção dos agricultores sobre a sua própria identidade profissional relaciona-se ao fato de que o trabalho voltado a reciclagem de materiais é relativamente recente no país, não alcançou ainda o devido reconhecimento social e tem um histórico de estigmatização social, mesmo tendo se verificado ao longo da pesquisa que a concepção dos agricultores sobre os materiais recicláveis e atividades a ela inerentes sofreu alterações desde que iniciaram o trabalho junto a cooperativa de recicladores.

Mais um aspecto é de que a profissão de agricultor é antiga e reconhecida formalmente, contando inclusive com direitos previdenciários específicos para a categoria o que não acontece com aqueles que trabalham como recicladores ou outros trabalhadores que trabalham em outras esferas do processo de reciclagem, como é o caso do catador de materiais recicláveis que trabalha na rua ou da maioria dos trabalhadores da reciclagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Originalmente derivado do vocábulo latino *tripalium*, que significa torturar, “trabalho” já teve seu sentido histórico associado ao castigo e à tortura. Contudo, novos sentidos vão dando ao trabalho significados positivos como fonte de riqueza material e a principal responsável pela constituição antropológica do ser humano.

O tema principal deste estudo foi o trabalho; seus conceitos e aplicações no dia a dia das pessoas, especialmente os agricultores familiares e, especificamente, o fenômeno da pluriatividade. Num contexto no qual os trabalhadores combinam o trabalho agrícola com a atividade de reciclador. O objetivo do estudo foi analisar o sentido do trabalho pluriativo para os agricultores familiares a partir da vinculação destes com a Cooperativa de Recicladores Orgânicos e Inorgânicos de Santa Cecília do Sul – Coopercicla. Para isso, buscou-se descrever o perfil socioeconômico das famílias dos trabalhadores rurais associados à cooperativa, verificar a contribuição do trabalho junto à mesma para melhoria das condições de vida do trabalhador que reside no meio rural, bem como compreender a percepção dos agricultores associados à Coopercicla sobre o sentido do trabalho que desenvolvem através do reaproveitamento de resíduos orgânicos e inorgânicos.

Para responder a estes propósitos, a pesquisa buscou primeiramente compreender alguns elementos que fazem parte do mundo do trabalho ao longo da história até a contemporaneidade. Ao identificar as transformações societárias no contexto da sociedade capitalista e suas repercussões no mundo do trabalho, verificou-se, de um modo geral, que muitas são as significações e os sentidos atribuídos ao trabalho.

O resgate de alguns elementos históricos revelou que a trajetória humana é marcada pela objetivação de distintas formas pelas quais o trabalho é realizado, das quais derivam diferentes concepções e, no caso específico do trabalho rural – sobre o qual este estudo se ateve – a realidade não é menos complexa. A população estudada está inserida em uma realidade procedente da modernização da agricultura e das transformações ocorridas no mundo do trabalho, principalmente a partir da década de 1990.

Percebe-se que a pluriatividade, como uma destas modalidades, se configura como manifestação dos processos de transformação das formas de ocupação da força de trabalho no meio rural que trazem consigo uma série de inquietações e alterações sociais que não se limitam ao mercado de trabalho, mas se estendem aos aspectos culturais, identitários e subjetivos dos sujeitos e conseqüentemente as configurações do espaço rural de um modo geral.

Considera-se que a experiência da Coopercicla e do trabalho realizado pelos agricultores é um exemplo que sustenta as inúmeras transformações que o rural vem sofrendo afirmando assim que estamos diante de um novo rural ou de uma nova ruralidade, conforme descrito no item que tratou do assunto.

O primeiro ponto que nos faz considerar o caso da Coopercicla como uma expressão das alterações do rural está relacionado à forma e aos motivos de criação da cooperativa. A mesma foi criada por iniciativa dos próprios agricultores que, diante das dificuldades enfrentadas, buscaram alternativa de trabalho fora da agricultura. Acrescenta-se a isso, que não foi uma iniciativa isolada ou individual, ou seja, partiu de um coletivo de agricultores mediante o argumento principal de coibir o êxodo rural.

O segundo ponto se relaciona à própria especificidade da atividade, ou seja, o grupo de agricultores se apropriou de um setor considerado ainda novo no mercado, cujas experiências no país ainda estão sendo construídas e as atividades carregam um estigma negativo e são marginalizadas pelo conjunto da sociedade.

O terceiro ponto está ligado à integração rural-urbano estabelecida a partir da atividade, ou seja, o rural passa a receber os resíduos produzidos no urbano e transforma estes em oportunidade de trabalho e geração de renda no meio rural. Destaca-se ainda o fato da apropriação pelos trabalhadores rurais de uma atividade que sempre foi desenvolvida por trabalhadores urbanos.

Observa-se assim que aspectos culturais tradicionais construídos historicamente de que o rural deveria comportar apenas atividades agrícolas, de produção de alimentos ou matérias-primas e que os trabalhadores deste meio, no caso os agricultores familiares, não teriam condição, capacidade ou habilidade para desenvolver outra atividade fora da agricultura se rompe dando lugar a visualização de outras potencialidades para este meio que se tornou multifuncional.

Todo este processo tem-se apresentado como possibilidade para as famílias permanecerem em seus locais de origem, como no caso dos agricultores vinculados

a Coopericla, ou seja, a permanência das famílias no espaço rural e a continuidade do desenvolvimento de atividades agrícolas como decorrentes da pluriatividade confirmam que a mesma tem importância significativa na reprodução da agricultura familiar e que os agricultores podem estabelecer estratégias diversas para assegurar a sua reprodução que não passam, fundamentalmente, pela modernização técnico-produtiva de seus sistemas agrícolas e estabelecimentos rurais (SCHNEIDER, 2009).

Também no caso analisado a pluriatividade representou, para os entrevistados, contribuições à melhoria de suas condições de vida, tanto no que se refere aos aspectos econômicos quanto àqueles relacionados às alterações dos papéis sociais ligados especialmente a questão de gênero, as relações familiares e de sociabilidade. Sendo que esta última se apresenta positivamente através da ampliação da rede de relações e convivência com outros trabalhadores no cotidiano das atividades na Coopericla e negativamente na medida em que a sobrecarga de trabalho passou a restringir as possibilidades de participação nas atividades comunitárias.

Ainda sobre os aspectos negativos foi possível constatar que a pluriatividade, embora seja reconhecida como uma alternativa diante das dificuldades dos agricultores, foi referida pelos entrevistados como situação geradora de uma sobrecarga de trabalho indesejada. Este dado pode estar indicando que a pluriatividade oculta, sob o seu manto de “modernidade”, uma nova modalidade de exploração do trabalhador rural. Conforme se pôde verificar através do resgate da história das relações de trabalho no meio rural brasileiro, esta exploração tem assumido distintas formas e o trabalhador rural tem ficado sob o jugo do capital ao longo de todas as etapas históricas.

Diante disso, a pesquisa demonstrou que, não obstante ser a pluriatividade uma alternativa capaz de produzir melhorias na condição de vida do trabalhador rural, estas se fazem também sob a lógica da significação e do sentido do trabalho como fardo, dado a sobrecarga de o que envolve. Desse modo, a luta por melhores condições de vida e trabalho no campo brasileiro continua mantendo a sua urgência.

A pesquisa constatou ainda que, sob a nova etapa do capitalismo, com a emergência da economia solidária, da pluriatividade entre outras formas de atividades laborais, o trabalhador vive um intenso processo de crise, perda ou redefinição da sua identidade sócio-profissional, fator que também pode influenciar e

trazer novos sentidos para o rural e para o trabalho exercido pelos sujeitos neste meio, especialmente o agrícola.

No caso estudado constatou-se que não existe ruptura da identificação profissional dos trabalhadores com a agricultura e sim a produção de uma nova identidade profissional que passa a agregar outra – no caso a de trabalhador da reciclagem.

Esses processos identitários nos fazem considerar que é preciso uma ampliação do que seja o agricultor, desvinculando categoria dos aspectos econômicos e das atividades produtivas agrícolas, pois, como se pôde perceber através dos resultados da pesquisa, o fato dos trabalhadores passarem a desenvolver outra atividade fora da agricultura gera certa dificuldade quanto a definição da identidade sócio-profissional destes trabalhadores. No entanto, esta não é suficiente para afirmar que os agricultores não se identificam profissionalmente com a atividade agrícola; ao contrário, mesmo que de forma indireta, é possível constatar de modo significativo a identificação sócio-profissional com a agricultura.

Foi possível verificar que a identificação dos trabalhadores com a atividade agrícola, mais do que a importância econômica que a produção apresenta para o sustento da família, está associada ao modo de ser e de se relacionar com o mundo, com o rural e com a natureza, ou seja, parece apoiar-se no sentido de manutenção de um determinado modo de vida, independente do trabalho na agricultura ser ou não a atividade principal.

Com relação a reciclagem considera-se que a conotação negativa, historicamente, atribuída ao "lixo" tem sido suplantada pela transformação deste em um problema que mobiliza um intenso debate, o qual coloca a reciclagem como atividade socialmente importante. No caso estudado, tal importância foi compreendida pelos sujeitos da pesquisa, fato que contribuiu de modo significativo para a construção de um sentido positivo dado o seu trabalho. A reciclagem do lixo passa, então, a ser vista como atividade digna, e não mais exclusivamente associada aos grupos marginalizados da sociedade.

Através das colocações anteriormente referidas, dos aspectos decorrentes do estudo e das categorias que utilizamos para análise dos dados da pesquisa, é possível afirmar que o exercício da pluriatividade pelos agricultores familiares passou a gerar outros sentidos que advêm de certo modo dos aspectos econômico-financeiros, mas extrapolam estes fatores.

Resumidamente é possível citar que os sentidos do trabalho atribuído pelos entrevistados na dimensão social estão relacionados a uma necessidade comum e intrínseca a todos os indivíduos, como promotor e também indutor de dificuldades relacionadas a sociabilidade, sobrecarga, como possibilidade de contribuição para o bem-estar social através da preservação ambiental e da produção de alimentos na agricultura. Nas dimensões pessoal e familiar os sentidos do trabalho se relacionam, fundamentalmente, com a maior autonomia dos trabalhadores, com a satisfação das necessidades básicas e sobrevivência das famílias, com as alterações nas relações familiares, com o aumento da renda familiar, com a possibilidade de planejamento financeiro, com a necessidade de diversificação das experiências laborativas e com a reelaboração ou indefinição da identidade sócio-profissional.

Enfim, tem-se a certeza de que a realização deste estudo não encerra o assunto e as indagações sobre os sentidos do trabalho pluriativo na agricultura familiar. Ao contrário, mais do que trazer conclusões, espera-se que o mesmo sirva para incitar outras pesquisas e chamar a atenção para a multifuncionalidade e a pluriatividade. E que estas venham a atender a necessidade de que se perceba o rural e a agricultura familiar no conjunto dos novos desafios que lhe são propostos pela interação entre práticas e valores sociais, culturais e econômicos variados que são influenciados pelo movimento geral da sociedade. Espera-se que o estudo sobre os sentidos do trabalho pluriativo possa colaborar para abertura de caminhos, assim como provocar novos desafios interpretativos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABINAGEM, Alfredo. **A família no direito agrário**. Belo Horizonte: Del Rey, 1996.

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Unicamp, 1992.

ABRAMOVAY, Ricardo; VEIGA, José Eli. Novas instituições para o desenvolvimento rural: O caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura familiar (PRONAF). In GUEDES, Vicente G. F.; SILVEIRA, Miguel Angelo. **A agricultura familiar como base do desenvolvimento rural sustentável**. 2000.

ABRAMOVAY, Ricardo. **Inovações financeiras para a economia solidária**. Gazeta Mercantil, 20 jun. 2000.

ABRELPE - Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais. **Panorama dos Resíduos sólidos no Brasil 2007**. Abrelpe, 151 p. 2007.

ALBORNOZ, Suzana. **O que é trabalho**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

ALENTEJANO, P. R. **As relações cidade-campo no Brasil do século XXI**. Terra Livre, São Paulo, v.2, n.21, p. 25-39, jul/dez. 2003.

ANJOS, F. e CALDAS, N.V. Pluriatividade e Ruralidade: Falsas Premissas e Falsos Dilemas, In: CAMPANHOLA, C.; GRAZIANO DA SILVA, J. (eds) **O Novo Rural Brasileiro: Novas ruralidades e urbanização**, v. 7, p. 71-105, Brasília: Embrapa, 2004.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do Trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2005.

ARAÚJO, Romilda Ramos de. **Os sentidos do trabalho e suas implicações na formação dos indivíduos inseridos nas organizações contemporâneas**. São Paulo: Revista da Gestão USP, jan/mar. 2007.

AQUINO, Rubim S.L. de; FRANCO, Denize de A.; LOPES, Oscar G.P.C. **História das sociedades: das comunidades primitivas às sociedades medievais**. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1990.

ÁVILA, B. S. O tempo e o trabalho das mulheres. In: COSTA, A. et. al. (Orgs). **Um debate crítico a partir do feminismo**: reestruturação produtiva, reprodução e gênero. São Paulo: Editora CUT Brasil, 2002.

BAUMAN, Zygmunt. **Vida para Consumo**. A transformação das pessoas em mercadoria. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

BECK, U. A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In: GIDDENS, A. Beck; U., e Lash, S. **Modernização Reflexiva**. Política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo: UNESP, 1997.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

CABECINHAS, Rosa; LÁZARO, Alexandra. Identidade social e estereótipos sociais de grupos em conflito: um estudo numa organização universitária. In: **Cadernos do Noroeste**, v. 10, n. 1, Portugal: Universidade do Minho, 1997.

CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessoa; CORRÊA, Walquíria Kruger. Ruralidades, urbanidades e a tecnicização do rural no contexto do debate cidade-campo. In: **CAMPO-TERRITÓRIO**: revista de geografia agrária. v.3, n. 5, p. 214-242, fev. 2008. Disponível em: < <http://www.campoterritorio.ig.ufu.br>> Acesso em: 18 dez. 2011.

CARMO, M. S. A **semântica negativa do lixo como aspecto positivo**: um estudo de caso sobre uma associação de recicladores na cidade do Rio de Janeiro, Brasil. Administração Pública e Gestão Social, 2009.

CARNEIRO, M. J. **Camponeses, agricultores e pluriatividade**. Rio de Janeiro: Contracapa, 1988.

CARNEIRO, Maria J. Ruralidade: novas identidades em construção. In: **Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro: CPDA-UFRRJ, n. 11, 1998. Disponível em <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/onze/zeze11.htm>> Acesso em 17 ago. 2011.

_____. Pluriatividade da agricultura no Brasil: uma reflexão crítica. In: SCHNEIDER, Sergio (Org.). **A diversidade da agricultura Familiar**. Porto Alegre: UFRGS, p.165-185, 2006,

CARNEIRO, Patricio. A.S. Desafios e oportunidades no contexto das novas Ruralidades. CAMPO-TERRITÓRIO: **revista de geografia agrária**, v.3, n. 6, p. 45-65, ago. 2008.

CATTANI, Antonio David. **Dicionário crítico sobre trabalho e tecnologia**. 4. ed. Porto Alegre: Ed. Da UFRGS, 2002.

CAVEDON, Neusa R. FERRAZ, Deise L. da S. **Tricotando as redes de solidariedade**: as cultura organizacionais de uma loja autogestionada de economia popular solidária de Porto Alegre. Organizações e Sociedade, v. 13, n. 39, out/dez, 2006.

CHALITA, Marie Anne N. **Cultura política e agricultura familiar: a identidade sócio-profissional do empresário rural como referencial de estratégias de desenvolvimento da citricultura paulista**. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

CHILDE, Vere G. **A evolução cultural do homem**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

CIAVATTA, Maria. Dilemas do Cidadão produtivo no trabalho e na educação. IN: BEHRING, Elaine Rosseti, ALMEIDA, Maria Helena Tenório de (orgs). **Trabalho e seguridade social**: percursos e dilemas. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: FSS/UERJ, 2008.

CUNHA, Gabriela C. **Economia solidária e políticas públicas**: reflexões a partir do programa Incubadora de Cooperativas, da Prefeitura Municipal de Santo André / SP. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002

DAJUI, Esteban M. **A construção da cidadania através da identidade socioprofissional das mulheres rurais que participam em programas de microfinanciamento**. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

DE PAULA, Silvana. **Quando o campo se torna uma experiência urbana**. Estudos Sociedade Agricultura, n. 17, out. 2001.

DURKHEIM, Emile. **A divisão do trabalho social**. v. 2, 2. ed. Lisboa: Editorial Presença, 1984.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**, 6. ed.. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

ENGELS, Friedrich. **Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem, 1876**. Disponível em: <<http://www.culturalbrasil.org>>. Acesso em 31 dez. 2011.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. v.1. Rio de Janeiro: Globo, 1989.

FERREIRA, Ângela D. Damasceno. “Processos e sentidos sociais do rural na contemporaneidade: indagações sobre algumas especificidades brasileiras”. In: **Estudos Sociedade e Agricultura**, n. 18, abr., 2002.

FROEHLICH, J. M. **Rural e natureza: as construções sociais do rural contemporâneo**. Tese de Doutorado (Desenvolvimento Agricultura e Sociedade, área de concentração em Sociedade e Agricultura) – UFRRJ, Rio de Janeiro, 2002.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. São Paulo: Ática, 1992.

GRAZIANO DA SILVA, J. **O novo rural brasileiro**. Campinas: Instituto de Economia, 1999. (Coleção Pesquisas, 1)

GRAZIANO DA SILVA, J. (Ed.) **O novo rural brasileiro - as novas atividades rurais**. v.6. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2004.

GRIPPI, Sidney. **Lixo: reciclagem e sua história: guia para as prefeituras brasileiras**. 2. ed. Rio de Janeiro: Interciência, 2006.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP & A, 2006.

HEREDIA, Beatriz M.A; CINTRÃO, Rosângela P. **Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro**. Revista Nera, ano 9, n. 8, jan/jun, 2006.

HUBERMAN, Leo. **História da riqueza do homem**, 12. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **Trabalho e Indivíduo social**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2006**. Disponível em: <www.ibge.gov.br> Acesso em: 02 jan. 2012.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Indicadores de desenvolvimento sustentável 2002**. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 02 jan. 2012.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional de Saneamento Básico - PNSB 2000**. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 02 jan. 2012.

KAGEYAMA, Angela. **Desenvolvimento rural: conceitos e aplicação ao caso brasileiro**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

KAUFMANN, Josef Nicolas. Turbulências no mundo do trabalho. Quais são as perspectivas. IN: **Serviço Social e Sociedade**, n. 69, Ano XXIII, São Paulo: Cortez, mar. 2002.

KAUTSKY, K. **A questão agrária**. Tradução: C. Iperoig. São Paulo: Proposta Editorial Ltda, 1980.

LAMARCHE, H. As lógicas produtivas. In: LAMARCHE, H (Org.). **A agricultura familiar: comparação internacional**. Campinas: Unicamp, 1993.

LECHAT, Nöelle M.P. **As raízes históricas da economia solidária e seu aparecimento no Brasil**. Palestra proferida na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) em 20 mar. 2002.

LÊNIN, V. I. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria**. Tradução: José Paulo Neto. São Paulo: Abril Cultural. 1982.

MAESTRI FILHO, Mário José. **O escravismo antigo**. São Paulo: Atual, 1985.

MAGNANI, José Guilherme Cantor; SOUZA, Bruna Mantese de (Org.) **Jovens na Metrópole**: Etnografias de circuitos de lazer, encontro e sociabilidade. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2007.

MARTINS, José S. **Introdução Crítica a Sociologia Rural**. São Paulo: Hucitec, 1986.

MARQUES, Inez Medeiros. **O conceito de espaço rural**. Revista Terra Livre, São Paulo, ano 18, n. 19, p. 95 - 112, 2002.

MARX, Karl. **O Capital**: Crítica da Economia Política. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MARTINS, José de S. **O cativo da terra**. São Paulo: Hucitec, 1990.

MATTOS, Neide Simões de; GRANATO, Suzana Facchini. **Lixo problema nosso de cada dia**. São Paulo: Saraiva, 2009.

MENEZES, Tayana D. A identidade social: uma análise teórica. Revista Pró-Língua, v. 5, n. 2, jul/ dez. 2010.

MICHAELIS, Moderno Dicionário da Língua Portuguesa Brasil: Melhoramentos, 1997.

MINAYO, M. C de S. (org.). **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. 25 ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

MOREIRA, Roberto José. **Ruralidades e globalizações**: ensaiando uma interpretação, Cadernos CPDA – Ruralidades. Rio de Janeiro: CPDA/ UFRRJ, n. 1. nov. 2005.

NETTO, José Paulo. **A ordem social contemporânea é o desafio central**. Boletín Electrónico Sura. Costa Rica, ago. 2006.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. **Modo capitalista de produção e agricultura**. São Paulo: Ática, 1990.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

PEIXOTO, K.; CAMPOS, V.B.C.; D AGOSTO, M.A. **A coleta Seletiva e a Redução dos Resíduos Sólidos**. Disponível em: <[http://aquarius.ime.eb.br/~webde2/prof/vania/pubs/\(7\)coletaresiduossolidos.pdf](http://aquarius.ime.eb.br/~webde2/prof/vania/pubs/(7)coletaresiduossolidos.pdf)>. Acesso em 1 dez. 2012.

PIRES, André. Um Sentido dentre outros possíveis: O Rural como Representação. In: CAMPANHOLA, Clayton; SILVA, José Graziano da.(ed. téc.). **O Novo Rural Brasileiro - Novas Ruralidades e Urbanização**. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2004.

PIVA, Ana Luíza. **Direito Ambiental, Desenvolvimento Sustentável e Cultura: Um enfoque Sobre a Responsabilidade Ambiental Pós-Consumo**. Dissertação de Mestrado (Direito) - Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2008.

POCHMANN, Márcio. **Economia solidária no Brasil: possibilidades e limites**. IPEA, Mercado de Trabalho, 24 ago. 2004.

PRATES, Jane C. **O Planejamento da Pesquisa Social**. Revista Temporalis, n 7, Porto Alegre: ABEPSS, 2003.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA DO SUL. Secretarias de Agricultura, 2011.

RIBEIRO, Helena. et al. **Coleta seletiva com inclusão social: Cooperativismo e Sustentabilidade Cortez**. Rio de Janeiro: FSS/UERJ, 2008.

RIBEIRO, Carla V. dos S; LÉDA, Denise B. **O significado do trabalho em tempos de reestruturação produtiva**. Estudos de Pesquisa em Psicologia, v. 4, n. 21, Rio de Janeiro, dez. 2004.

RODRIGUES, Francisco L; CAVINATTO, Vilma Maria. **Lixo: De onde vem? Para onde vai?** 2.ed. São Paulo: Moderna, 2003.

SANTOS, Carla V. Ribeiro; LÉDA, Denise B. **O significado do trabalho em tempos de reestruturação produtiva**. Estudos de Pesquisa em Psicologia, v. 4, n. 21, Rio de Janeiro, dez. 2004.

SANTOS, Clara. **A construção social do conceito de identidade profissional**. Interações, n. 8, 2005.

SCHNEIDER, Sergio. **A pluriatividade na Agricultura Familiar**. 2 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

SCHNEIDER, Sergio. **As transformações recentes da agricultura familiar no Rio Grande do Sul**: o caso da agricultura em tempo parcial. Ensaios FEE, Porto Alegre, v. 16, n.1, p, 107, 1999.

SCHNEIDER, Sérgio. **Os colonos da indústria calçadista**: expansão industrial e as transformações da agricultura no rio Grande do Sul. Dissertação Mestrado (Sociologia). - UNICAMP, Campinas, 1994.

SCHNEIDER, Sergio. **A pluriatividade no meio rural brasileiro**: características e perspectivas para investigação. México: Ed. Flacso, 2007

SCHIFFER, Sueli Ramos. São Paulo como pólo dominante do mercado unificado nacional. IN: DEAK, Csaba; SCHIFFER, Sueli Ramos. **O Processo de urbanização no Brasil**. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2004.

SHULTZ, Glauco. **Relações com o mercado e (re) construção das identidades socioprofissionais na agricultura orgânica**. Tese de Doutorado (Agronegócios) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

SINGER, Paul. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: SANTOS, B. **Produzir para viver**: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SOUZA, Marcelino de. pluriatividade e Nova Ruralidade: Reelaboração de identidades sociais em duas comunidades Paranaenses. In: CAMPANHOLA, Clayton; SILVA, José Graziano da.(ed. téc.). **O Novo Rural Brasileiro - Novas Ruralidades e Urbanização**. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2004.

STÉDILE, João P. **A questão agrária no Brasil**. São Paulo: Atual, 1997.

TOLFO, Suzana da Rosa; PICCININI, Valmíria. **Sentidos e significados do trabalho**: explorando conceitos, variáveis e estudos empíricos brasileiros. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822007000400007&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em 26 jan. 2012.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução a Pesquisa em Ciências Sociais: A Pesquisa Qualitativa**. São Paulo: Ática, 1987

VALLE, Ione R. do. **Da identidade vocacional à identidade profissional: a constituição de um corpo docente unificado**. Florianópolis : Perspectiva, v. 20, n. especial, jul/dez. 2002.

VEIGA, J. E. **O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica**. São Paulo: Hulcitech, 1991.

ZWIK, E. **Sentidos do Trabalho e do Meio Ambiente no Campo: uma Abordagem Interpretativa**. Seminários em Administração. Minas Gerais. set. 2010.

WANDERLEY, Maria de Nazaré B. **O Mundo rural como um espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

WANDERLEY, Maria de Nazaré B. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço singular e ator coletivo In: **Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro: CPDA-UFRRJ, n. 15, 2000. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/quinze/nazare15.htm>>. Acesso em 15 ago.2011.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**, 11. ed. São Paulo: Pioneira, 1996.

APÊNDICE A – Roteiro da Entrevista



Roteiro de entrevista com trabalhadores da Coopericla
 Instituição: Universidade Federal de Santa Maria - UFSM
 Programa de Pós-graduação em Extensão Rural

Título da Pesquisa:

Identificação: _____ Data: ___/___/___

Município: _____

1. PERFIL SÓCIO ECONOMICO FAMILIAR, CARACTERÍSTICAS DO TRABALHO NA PROPRIEDADE E NA COOPERATIVA:

1.1 Características da família:

Nº	Nome (iniciais)	Grau Parentesco	Sexo	Idade	Escolaridade	Ocupação Principal	Tempo p/ Ativ. Agrop. na UPA	Outras Ocupações	Renda	Quem foi entrevistado
1										
2										
3										
4										
5										
6										
7										
8										
9										
10										

1.2. Características da propriedade rural e do trabalho na mesma:

1.2.1 Qual é o tamanho da propriedade?

1.2.2 A produção agropecuária é somente para consumo familiar?

1.2.3 Quais atividades agropecuárias são desenvolvidas na propriedade?

1.2.4 O trabalho na propriedade é realizado exclusivamente pelos membros da família?

1.3 Características do trabalho na Coopericla:

1.3.1 Quanto tempo trabalha na Coopericla?

1.3.2 Exerceu outras atividades de trabalho (não agrícola) antes de associa-se a Coopericla? Qual?

1.3.3 O que motivou/ levou você a trabalhar na Coopericla?

1.3.4 Depois que você passou a trabalhar na Coopericla houve melhora nas condições de vida da sua família? Em quais aspectos?

1.3.5 Existem dificuldades para desenvolver o trabalho na agricultura e na Coopericla? Cite as principais:

2. A IDENTIDADE SÓCIO- PRODUTIVA DOS TRABALHADORES

2.1 Quando alguém pergunta para você qual é a sua profissão ou com o que você trabalha o que você responde?

2.2 Qual é a relação dos seus pais, familiares ou antecessores com o meio rural?

2.3 Qual é a sua relação com o meio rural? Sempre morou no meio rural? Visitava, convivia ou sempre trabalhou no meio rural?

2.4 Se pudesse optaria em trabalhar unicamente em uma das atividades (reciclador, agropecuária/agricultura)?

Se sim, qual seria a sua opção? Se sim ou não, por quê?

3. AS ESPECIFICIDADES DO TRABALHO COM RESÍDUOS ORGÂNICOS E INORGÂNICOS

3.1 Qual é a função de trabalho que exercia na Coopercicla?

3.2 Você acha que o trabalho com resíduos orgânicos e inorgânicos (lixo) é diferente de outro tipo de trabalho?

3.3 Você sempre teve a mesma concepção da atividade de trabalho com materiais reaproveitáveis (lixo)?

3.4 Se pudesse não trabalharia com resíduos orgânicos e inorgânicos (lixo)? Por quê?

3.5 Como você acha que a sociedade em geral enxerga o trabalho com materiais descartados (lixo)?

APÊNDICE B - Termo de Consentimento



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS RURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL

Título do estudo: O SENTIDO DO TRABALHO PLURIATIVO PARA OS AGRICULTORES FAMILIARES: UM ESTUDO À PARTIR DA COOPERATIVA DE RECICLADORES ORGÂNICOS E INORGÂNICOS DE SANTA CECÍLIA DO SUL/ RS

Professor orientador: Dr. Clayton Hillig

Aluno (a) pesquisadora (a): Isadora W. Cadore Virgolin

Instituição/Departamento: Universidade Federal de Santa Maria – Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural, Prédio 44

Telefone para contato: 32208165

Local de coleta de dados: Usina de Recicladores Orgânicos e Inorgânicos de Santa Cecília do Sul /RS - Coopericla.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado (a) Senhor (a):

A Universidade Federal de Santa Maria, através do Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural, estão desenvolvendo uma pesquisa sob a coordenação do Prof. Dr. Clayton Hillig, intitulado: Um estudo sobre a identidade sócio-profissional dos agricultores familiar trabalhadores da Usina de Recicladores Orgânicos e Inorgânicos de Santa Cecília do Sul que será desenvolvida nesta cooperativa e neste município.

- Você está sendo convidado (a) a responder às perguntas do roteiro de entrevistas de forma totalmente **voluntária**.
- Antes de concordar em participar desta pesquisa, é muito importante que você compreenda as informações e instruções contidas neste documento.
- Os pesquisadores deverão responder todas as suas dúvidas antes que você se decida a participar.
- Você tem o direito de **desistir** de participar da pesquisa a qualquer momento, sem nenhuma penalidade.

Objetivo do estudo: analisar o sentido do trabalho para os agricultores familiares pluriativos a partir da vinculação destes à Cooperativa de Recicladores Orgânicos e Inorgânicos de Santa Cecília do Sul.

Procedimentos: Para o desenvolvimento da pesquisa, precisamos da sua autorização para realizar uma entrevista com algumas perguntas e gostaríamos de ter a permissão do Senhor (a) para usar o gravador de voz. O Senhor (a) tem a liberdade de não querer gravar a entrevista ou de não responder alguma pergunta que possa lhe causar constrangimentos. A sua identidade e as informações da entrevista são sigilosas e usadas somente para fins da nossa pesquisa. O Senhor (a) também tem a liberdade de recusar a participar da pesquisa ou deixar de concordar, em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer prejuízo, bastando apenas comunicar o coordenador.

Benefícios: Os resultados da pesquisa poderão servir como um instrumento de apoio para elaboração de políticas públicas, voltadas a inclusão e oportunidades de trabalho no meio rural. Poderá ainda, subsidiar os associados da cooperativa na busca de melhorias, estratégias e alternativas no que se refere ao trabalho desenvolvido pelos sujeitos.

Riscos: A sua participação nesta pesquisa não representará qualquer risco para o Senhor (a), porém existe a possibilidade de desconforto emocional. O Senhor (a) tem total liberdade para não responder alguma pergunta que não lhe agrada ou não quiser falar a respeito da questão.

Crerios de exclusão: Serão excluídos do estudo aqueles que são associados a cooperativa, porém não trabalham na mesma e também aqueles que estão trabalhando na usina a menos de um ano. Nas famílias em que houver mais de um membro do grupo familiar trabalhando na usina, apenas um familiar será entrevistado, sendo priorizado sempre o que exerce função de chefe da família. Por orientação da ética na pesquisa, não serão entrevistados os agricultores que

por qualquer motivo não queiram participar da pesquisa, por meio da concessão da entrevista aos pesquisadores.

Sigilo: As informações fornecidas por você terão sua privacidade garantida pelo pesquisador responsável. Os nomes dos sujeitos da pesquisa não serão identificados em nenhum momento, mesmo quando os resultados desta pesquisa forem divulgados em qualquer forma. Além disso, os participantes terão o direito de se manterem atualizados sobre os resultados obtidos a partir da pesquisa, podendo buscar informações desta na sala 51 no Centro de Ciências Rurais/UFSM, prédio 44, localizado na Av. Roraima, nº 1000, Santa Maira - RS ou com a aluna pesquisadora no tel.. 55 91782636 ou email isadoravirgolin@yahoo.com.br.

Garantia de acesso: em qualquer etapa do estudo, você terá acesso aos profissionais responsáveis pela pesquisa para esclarecimento de eventuais dúvidas. Se você tiver alguma consideração ou dúvida sobre a ética da pesquisa, entre em contato: Comitê de Ética em Pesquisa - CEP UNICRUZ. (55) 3321 1618
comitedeetica@unicruz.edu.br

Ciente e de acordo com o que foi anteriormente exposto, eu _____, estou de acordo em participar desta pesquisa, assinando este consentimento em duas vias, ficando com a posse de uma delas.

Santa Cecília do Sul, de _____ de 2011.

Assinatura do sujeito da pesquisa

N. identidade

APÊNDICE C – Trabalhadores realizando a separação dos resíduos na esteira



APÊNDICE D – Trabalhador desmontando os eletro-eletrônicos recolhidos para separação dos materiais reaproveitáveis



APÊNDICE E - Área externa do entorno da Coopercicla



APÊNDICE F - Área externa do entorno da Coopercicla



ANEXO A - Matéria sobre a Coopericla extraída do Google

MATÉRIA EXTRAÍDA DO GOOGLE
<http://nutep.adm.ufrgs.br/projetos/proitapejara.htm>

Projeto: **Projeto Usina de Reciclagem de Lixo**

Área Temática: **Meio Ambiente**

Objetivos:

- O projeto visa envolver paulatinamente a Comunidade Tapejareense na seleção do lixo orgânico e inorgânico, formando uma consciência ecológica coletiva.
- Provocar no cotidiano das pessoas a reflexão, ação sobre o seu papel e a sua responsabilidade no que se refere à problemática do lixo por elas gerado.
- Beneficiar trinta e cinco pessoas, contribuindo na elevação da renda familiar, através de ações de assistência social.
- Apoiar uma iniciativa popular de geração de renda que ofereça alternativa de fuga da monocultura agrícola viabilizando a melhoria das condições de vida das famílias que se encontram em situação de risco social.

O Rio Grande do Sul, nas últimas décadas, tem sofrido uma aceleração no êxodo rural, também no deslocamento de população de pequenas cidades, para cidades de médio e grande porte. Em consequência disso, tem-se um crescimento acelerado de concentrações de população de baixa renda, confinadas em bolsões de pobreza e miséria.

Partindo disso, o referido Projeto pretende além de minimizar a poluição causada por resíduos sólidos, como a contaminação dos "mananciais de água", aproveitar os resíduos para reciclagem (inorgânicos) e para a produção de húmus (orgânico), produzindo matéria orgânica para ser vendida e gerar renda ao pequeno produtor, já que a mesma será instalada numa das comunidades do interior.

A fase inicial foi centrada na conscientização e organização comunitária sobre a responsabilidade de todos frente ao projeto. Hoje já se tem uma conscientização, entre os interessados, da necessidade de se aprofundar nas necessidades do projeto para que a qualidade do trabalho seja também compensatória sob o ponto de vista financeiro. No momento, a associação necessita de incentivo, de materiais e equipamentos para triagem e compostagem de resíduos sólidos.

O fundamental deste projeto é o associativismo das famílias e o apoio ao meio rural, evitando-se a centralização de ações de assistência social em centros urbanos.

*Responsável pelas informações: Sr. Paulo César Langaro
 Secretária Municipal de Administração e Planejamento*

ANEXO B - Matéria sobre a Coopericla extraída do BLOG "Tudo pela Reciclagem"

Matéria sobre a Coopericla extraída do BLOG "Tudo pela Reciclagem"
<http://a-reciclagem.blogs.sapo.pt/6444.html>

RECICLAGEM CONTRA O EXÔDO RURAL

É separando plásticos, metais, papel, vidro, dos restos de comida, frutas, verduras e todo o material que forma o lixo orgânico que Eloaine de Mello, 26 anos, ajuda o marido, pequeno agricultor, a sustentar a casa e três filhos pequenos. Ela integra a equipe de 62 trabalhadores da Cooperativa de Recicladores de Resíduos Orgânicos e Inorgânicos (Coopericla) de Santa Cecília do Sul (RS), um pequeno município a 300 quilômetros de Porto Alegre, próximo a Passo Fundo.

A cooperativa processa os resíduos de oito municípios da região, fazendo também o recolhimento e a coleta seletiva em três deles (Tapejara, Charrua e Ibiaçá), inclusive na área rural e numa reserva indígena, mediante contratos com as prefeituras. Com a reciclagem e a compostagem a Coopericla reaproveita 88% de todo o resíduo que chega à triagem, 350 toneladas mensais, um índice considerado excelente pelos especialistas. O rejeito, o que não pode ser aproveitado, é encaminhado para um aterro sanitário próprio, ao lado da sede.

A partir de 2012, a intenção da Coopericla é só trabalhar com municípios que façam a coleta seletiva, adianta o coordenador geral, Osmar Vidal. “Fazemos palestras nas escolas, no comércio e para a terceira idade sobre como é trabalhar com o lixo, os ganhos para o meio ambiente e a sociedade que nós temos com a reciclagem”.

Vidal é um dos fundadores da cooperativa, que começou sua história em 1991, como um movimento de resistência de um grupo de pequenos agricultores ao êxodo rural. Sem disposição de tomar o caminho da periferia das grandes cidades, como acontece na maioria das vezes, eles fundaram uma associação para tentar se manter no campo.

Com o tempo, passaram a prestar serviço a algumas prefeituras. Tapejara manifestou interesse na reciclagem e então formaram a Coopericla, em 2002. Para começarem, a prefeitura cedeu a área, o Governo do Estado repassou R\$ 94 mil para instalações e equipamentos e a Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho colaborou com R\$ 13 mil. Assessorias técnicas em todas as áreas (cooperativismo, contábil, ambiental, saúde e jurídica) ajudaram a organizar e aprimorar os serviços da cooperativa.

Material eletrônico

Além dos resíduos comuns, eles também fazem a coleta de material eletrônico e perigoso, num Ecoponto em Tapejara, onde recolhem televisores, computadores, lâmpadas fluorescentes e outros materiais, que são negociados com 27 empresas de descontaminação e reciclagem do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e São Paulo.

“Já enfrentamos muitas dificuldades, mas somos bem unidos, bem organizados”, conta o ex-agricultor Jandir Bogoni, 38 anos, que integra a cooperativa desde que ela foi criada, em 2002, fazendo de tudo, na carregadeira, na compostagem, na triagem, no desmonte de equipamentos para aproveitamento do

alumínio, ferro e cobre. Segundo ele, dá para viver bem com o que ganha e não trocaria a Coopercicla por outro trabalho.

Com um vencimento mensal de cerca de R\$ 700,00 líquidos, os trabalhadores, com a escolaridade média de primeiro grau incompleto, recebem vantagens que dificilmente teriam em alguma empresa das redondezas: transporte e almoço gratuitos, vale alimentação, fundo de férias, gratificação natalina, gratificação por tempo de serviço, adicional de produção, seguro de vida, convênio de saúde, entre outros benefícios.

A organização e a eficiência da Coopercicla, com um alto grau de inclusão social dos cooperativados, tem chamado a atenção dos especialistas no assunto. Ela foi a principal atração, por exemplo, no seminário sobre resíduos sólidos realizado pela Fundação Nacional de Saúde (Funasa) e a Universidade de Rio Grande (Furg), em agosto, naquela cidade da Metade Sul. “Queremos chegar a 100% de reaproveitamento dos resíduos coletados”, afirmou Vidal, em sua palestra.

Consultor do MMA

O engenheiro e consultor do Ministério do Meio Ambiente (MMA) para resíduos sólidos, Dan Moche Schneider, ficou bastante impressionado. Disse que, em geral, as cooperativas de catadores do país enfrentam muitos problemas, especialmente na relação com as prefeituras para quem prestam serviços. Existem ainda as “Coopergatos”, que são as cooperativas de fachada para exploração de mão-de-obra barata.

“Pelo que vejo a Coopercicla conseguiu avançar de forma surpreendente em todas as questões que dizem respeito ao seu gerenciamento, a ponto de prestar serviços a outros municípios, temos muito que aprender com ela”, disse Schneider. Segundo ele, hoje há muitas fontes de recursos disponíveis para as cooperativas de catadores na Funasa, Ministério das Cidades, MMA, BNDES e Caixa Econômica Federal.

O coordenador regional da Funasa no Rio Grande do Sul, Gustavo de Mello, visitou a Coopercicla e confirmou tudo que se diz sobre ela: “O Rio Grande do Sul deve ter orgulho do trabalho que vocês fazem aqui, vocês são um exemplo para o nosso Estado”, disse Mello aos trabalhadores reunidos no galpão de triagem. Também Ministério do Trabalho e Ministério Público já fizeram vistorias e aprovaram o que viram, com muitos elogios.

Com verbas da Funasa e do BNDES que já foram aprovadas, a cooperativa planeja comprar equipamentos, oferecer melhores instalações aos trabalhadores e dobrar sua produção. Assim será possível oferecer mais trabalho e renda a pessoas como Eloaine, a mãe dos gêmeos Renan e Luan, 6 anos, e de Alexandre, de 2 anos. “Adoro esse trabalho, tenho orgulho de estar aqui porque vejo como é importante, vai ser muito difícil trocar por outro emprego”, diz a catadora, numa pausa na esteira de triagem, onde os resíduos ainda chegam misturados.

Em pouco tempo, ela desenvolveu um olhar crítico sobre o desperdício que vê todos os dias passar à sua frente. “Aqui a gente aprende que tudo tem valor, falo isso para meus filhos, para minha família, chamo a atenção de quem joga plástico na rua... seria bom que todos se conscientizassem, haveria muito mais coisas para serem aproveitadas”.

Fonte: [ecoagencia](#)

Outubro 18 2010